



**«Moçambicanizar Moçambique»: o GUMO e as  
políticas de autonomização e autodeterminação  
para Moçambique (1973-1974)**

**Catarina Neves Mota Pinto**

**Dissertação de Mestrado em História  
Especialização em História Contemporânea**

**Versão corrigida e melhorada após defesa pública**

**Outubro 2024**

Ao Miguel Correia

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor Pedro Aires de Oliveira, por me ter providenciado os recursos que permitiram que esta tese visse a luz do dia, incluindo a cedência de documentação.

Em seguida, agradeço ao professor Colin Darch, por ter facultado uma hora do seu tempo para discutir este tema.

Finalmente, ao professor James Brennan, pelo indispensável auxílio na obtenção de certos documentos essenciais, sem os quais este trabalho não existiria.

# «Moçambicanizar Moçambique»: o GUMO e as políticas de autonomização e autodeterminação para Moçambique (1973-1974)

Catarina Neves Mota Pinto

## Resumo

**Palavras-chave:** Moçambique, descolonização, partido político, movimentos de libertação, colonialismo, Estado Novo, terceira força

O GUMO (Grupo Unido de Moçambique) formou-se no último quartel de 1973, enquanto associação cívica, com Máximo Dias enquanto presidente, e Joana Simião enquanto vice-presidente, tornando-se partido político após o 25 de Abril, e dissolveu-se em julho de 1974. Na fase final do Estado Novo, procurou afirmar-se como grupo de pressão sobre o governo para encontrar solução para a paz, enquadrando-se no discurso oficial e permitido da “autonomia progressiva”. No período de transição, e antes do Acordo de Lusaka, procura seguir a retórica de Spínola, e defender a realização de um referendo em vez da transferência imediata do poder para a FRELIMO.

## Abstract

**Keywords:** Mozambique, decolonization, political party, liberation movements, colonialism, Estado Novo, third force

GUMO (*Grupo Unido de Moçambique/United Group of Mozambique*) was formed in the last quarter of 1973, as a civic association, with Máximo Dias as president, and Joana Simião as vice-president, becoming a political party after the Carnation Revolution (25<sup>th</sup> of April 1974), and dissolving in July of that year. In the last stages of the Portuguese Estado Novo dictatorship, GUMO tried to affirm itself as a pressure group on the government to find a peaceful solution to the Colonial War, integrating itself within the official rhetoric of “progressive autonomy”. In the transitional periods, before the Lusaka Accords, it tries to follow António de Spínola’s rhetoric, defending the realization of a referendum instead of immediate transfer of power to FRELIMO.

# Índice

Agradecimentos .....	3
Resumo/Abstract .....	4
Introdução .....	6
1. Moçambique — entre o Império e a Independência.....	16
1.1. Desde os primeiros contactos ao fim da Guerra Colonial .....	17
1.2. Os movimentos de libertação—FRELIMO, COREMO e outros .....	22
1.3. Vetores do poder colonial em Moçambique .....	29
1.4. Religião em Moçambique—instituições, missionários e comunidades .....	33
1.5. Os <i>media</i> : imprensa e rádio .....	36
2. GUMO – Um projeto para “moçambicanizar Moçambique” .....	38
2.1. Formação de um grupo .....	38
2.2. Joana Simião: A (im)possibilidade de uma líder .....	46
2.3. Transições: da visita ministerial à viagem a Lisboa (novembro 73-março 74) ....	59
3. Do 25 de abril ao Acordo de Lusaka .....	76
3.1. Comícios e contestação .....	79
3.2. O colapsar do GUMO .....	93
3.3. FRECOMO e PCN.....	102
3.4. O “Movimento Moçambique Livre” .....	113
4. Os “traidores” .....	117
Conclusão .....	125
Fontes primárias .....	128
Bibliografia.....	130
Anexo I - Mapas .....	134
Anexo II - Figuras .....	136

## Introdução

O GUMO (Grupo Unido de Moçambique) formou-se no último quartel de 1973, enquanto associação cívica, tornando-se partido político após o 25 de Abril, e dissolveu-se em julho de 1974. Ainda durante o Estado Novo, este grupo pretendia, no contexto da legalidade vigente, trabalhar para uma “moçambicanização de Moçambique”, com a promoção social da maioria negra e mestiça do país. Após o 25 de Abril, com o surgimento de uma miríade de outros partidos políticos, o GUMO assume algum destaque nomeadamente a nível mediático, pretendendo constituir-se como uma alternativa à FRELIMO.

Este tema insere-se no âmbito da história colonial e pós-colonial, existindo num período de charneira entre o domínio colonial português sobre o território moçambicano e o processo de descolonização que culmina na assinatura dos Acordos de Lusaka, e, mais tarde, na independência oficial do Estado moçambicano. Situando-se entre a história de Portugal e a história de Moçambique, o GUMO funciona como veículo do questionar da história oficial moçambicana, que foca os “heróis” da luta de libertação nacional, e que apresenta o progresso histórico de um modo praticamente teleológico.<sup>1</sup> Os movimentos rivais/oposicionistas eram apresentados como “fantoques”, neocoloniais, conservadores, ou afetos ao tribalismo. Desconstruir esta imagem, analisando a fundo estes movimentos, revela-se fundamental para uma compreensão do passado e presente de uma nação como Moçambique.

A descolonização em África, no século XX, marcou-se, de modo geral, por um processo de constituição de movimentos de libertação nacionais. Estes movimentos, após a independência dos novos Estados, constituíram-se como partidos únicos. Esta concentração do poder num só partido levanta questões a nível do *porquê* e do *como* é que estes movimentos se constituíram como expressão única e total do novo poder estatal, e também sobre como se caracterizavam os movimentos que tentaram, de uma maneira ou de outra, constituir-se como “terceiras-forças” nestes territórios. É dentro deste enquadramento analítico que pretendo situar o meu trabalho.

---

<sup>1</sup> Larmer, M. (2011). *Rethinking African Politics: A History of Opposition in Zambia*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315605975>

A historiografia sobre os Estados africanos que alcançaram a independência a partir da década de 1950 marcou-se, inicialmente, por uma visão marcadamente nacionalista. Esta visão vê o estado-nação como o culminar do progresso histórico, algo praticamente inevitável (Larmer, 2011). Portanto, os historiadores que procuravam contar a história destes novos Estados construíram uma historiografia nacionalista, focada nos “grandes homens” dos movimentos de libertação vitoriosos, ignorando dissidências, colaborações, ambiguidades. A questão da identidade étnica era vista como uma nota de rodapé no Estado multiétnico que deveria anular todas essas divisões. Como afirma Miles Larmer:

«Academics (...) implicitly promoted the idea of national unity (...), depicting pre-colonial political structures or early anti-colonial political movements as the logical forerunner of nationalist movements and teleologically portraying the latter as the ultimate expression of an underlying African desire for self-determination on precisely the basis as that actually achieved.» (Larmer, 2011, pp.3-4)

Após este primeiro período de histórias nacionalistas, começaram a surgir estudos que procuravam um outro tipo de visão sobre os processos de independência destes Estados africanos. Contudo, essa nova historiografia, marcada por um enquadramento marxista, não era desprovida de certas lacunas: ao procurar encaixar a história das descolonizações africanas no âmbito de análise marxista (desenvolvido num contexto europeu). A década de 80 e 90 marcou uma nova evolução, com o pós-estruturalismo. Este foi marcado por um desafio à visão das elites modernizantes, constituindo, na opinião de Larmer, uma melhor alternativa crítica. No entanto, a sua abordagem relativista e falta de poder explicativo fazem com que possa ser insuficiente para analisar estes movimentos. (Larmer, 2011).

A grande dúvida, postulada por Larmer, é:

“How (...) can a political history of Africa avoid the pitfalls of teleological meta-narratives of nationalism, modernization and developmentalism (...), yet still provide a critical examination of nation-state power which also reflects the (...) importance of centre-local relations and the regional and international context?” (Larmer, 2011, pp.10-11)

Como se inserem os partidos de terceira força no desenvolvimento de uma nova historiografia dos processos descolonizadores?

A historiografia nacionalista caracterizava, naturalmente, os movimentos rivais/opositores de modo bastante negativo, ou com um carácter limitado (regionalista e/ou étnico). Contudo, como afirma Miles Larmer, estes partidos eram, pelo menos, parcialmente representativos de forças sociais localizadas, portanto relevantes para a análise histórica. (Larmer, 2011) Agora, que *tipo* de forças sociais, já é algo que deve ser analisado consoante o contexto e grupo que está em estudo. A divisão binária entre forças “reacionárias” e “progressistas” limita o estudo sobre estes movimentos a visões e ideais pré-concebidos (Larmer, 2011), que devem ser abandonados em favor de uma análise destes movimentos como fazendo parte de um processo de construção e disputa de vários nacionalismos.

Como argumentam Miles Larmer e Baz Lecocq, a distinção entre movimentos nacionalistas e étnicos/separatistas deveria ser substituída por um conceito de nacionalismos rivais, em que os sentimentos nacionalistas expressos no apoio de um Estado pós-colonial e os sentimentos nacionalistas expressos noutras formas de independência política não devem ser distinguidos *a priori*. A visão da história nacional deve declinar em favor de uma história da construção de nacionalismos, e não de Estados-nação. (Larmer & Lecocq, 2018)

It is rather necessary to study African nationalisms – official, dominant, alternative and everything else – in their entirety, encompassing more pacifist and, within the nation-state framework, legitimate forms, alongside more violent and/or separatist instances. However, in exploring all such forms under the rubric of competing nationalisms, we may usefully consider whether these are in practice best analysed as distinct types (Larmer & Lecocq, 2018, p.19)

A questão da “luta de libertação nacional” enquanto tal é questionada também por Michel Cahen (2012). Cahen, em vez de defender uma conceção de múltiplos nacionalismos, afirma que não existem movimentos de libertação *nacional*, já que não existiam sentimentos subjacentes em redor da identidade nacional moçambicana/angolana/etc., enquanto tal. Por esse motivo, ele defende o uso da expressão “movimentos de luta anticolonial” ao invés do termo “nacional”. Como argumenta Cahen, a nação era um projeto, não um facto:

In the cases of the PAIGC, MPLA or Frelimo, the wish to expel the colonisers, to have new governments and ultimately to have new states, was made synonymous with new nations. But the desire for a nation was not produced by the social movement, it was (and has remained) a project, it was proclaimed, it stemmed from the political elite and was imposed to the social movement to deny the first nations’ relevance and promote the homogenised New Man. (Cahen, 2012).

Na minha opinião, ambos nos oferecem modos válidos de encarar este processo histórico. A ideia de “nação” e “nacionalismo” pode ser limitativa para descrever alguns destes movimentos. Nem todas as identidades são, necessariamente, nacionais. No entanto, é verdade que, entre estes movimentos, havia os que aspiravam a um outro tipo de nação, que não a idealizada pelo movimento vencedor.

De qualquer modo, o estudo dos partidos de terceira-força reflete uma necessidade de ir para além do foco nos “vencedores” destas independências. Podendo refletir maior ou menor apoio popular, maior ou menor instrumentalização por parte de agentes políticos da metrópole, etc., consoante as circunstâncias da sua formação, estes partidos—relegados para a classificação de “fantoques”—pertencem a um processo histórico complexo, pautado por vários interesses, ideologias, e tentativas de afirmação. Não se procura, deste modo, um julgamento anacrónico da legitimidade popular dos movimentos de libertação, mas sim o encontrar de uma abertura de narrativas históricas, de foco em interesses, personalidades, e grupos, que foram relegados ao pano de fundo, ao rodapé, ao papel de “traidores”.

Quem são, na verdade, estes “fantoques”?

A nível internacional, existem estudos historiográficos que se debruçam sobre partidos de terceira força, como é o caso da monografia de Miles Larmer sobre os partidos da oposição na Zâmbia<sup>2</sup>. Contudo, o caso das colónias portuguesas e da sua descolonização, carece de um estudo sobre a pluralidade de movimentos políticos surgidos (especialmente) após o 25 de Abril.

O caso moçambicano pauta-se por uma falta de estudos sobre estes partidos/grupos de terceira força, pelo menos quando se trata dos movimentos de maioria negra/mestiça. A participação da população branca no processo de descolonização, essa já foi analisada a fundo no livro *Branços de Moçambique*, de Fernando Tavares Pimenta<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Larmer, M. (2011). *Rethinking African Politics: A History of Opposition in Zambia*. Routledge.

<sup>3</sup> Responsável também por um estudo do elemento branco em Angola.

O próprio COREMO peca pela falta de bibliografia que se lhe dedique exclusivamente, e não como apontamento secundário à formação da FRELIMO e dos seus dissidentes.

Existem elementos bibliográficos de uma corrente de “história alternativa” como é o caso da biografia de Uria Simango, da autoria Barnabé Ncomo<sup>4</sup>, de um artigo sobre o percurso de Domingos Arouca<sup>5</sup>, que levanta a questão do esquecimento histórico dos expresos políticos em Moçambique, mesmo sobre a bibliografia (escassa) já existente sobre Joana Simião<sup>6</sup>. Esta bibliografia alternativa à história oficial pode, por vezes, correr um risco duplo: não questionar a fundo o *framework* da história oficial da FRELIMO; colocar as figuras injustiçadas pela história oficial num pedestal de excessivo heroísmo “nacional”, tentando idealizá-las do mesmo modo que a história oficial idealiza indivíduos como Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, entre outros. A divisão entre “heróis” e “vilões”, entre—na versão frelimista—reacionários e revolucionários, ou—na versão alternativa—ditadores e democratas, parece-me por demais simplista e redutora.

A literatura existente sobre a temática dos “partidos-fantoches” ou de “terceira força” é bastante reduzida. Existem alguns artigos sobre figuras como Joana Simeão e Domingos Arouca, que se movimentam nesses meios de uma alternativa à FRELIMO<sup>7</sup>. Contudo, de modo geral, não existe um estudo aprofundado sobre estes movimentos enquanto tal.

Em primeiro lugar, existem as monografias sobre o processo da descolonização portuguesa. Entre estas, destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Norrie MacQueen, *The Decolonization of Portuguese Africa*, e, mais recentemente, *O Adeus ao Império*, que

---

<sup>4</sup> Ncomo, B. (2003). *Uria Simango: um homem, uma causa*. Novafrica.

<sup>5</sup> Peixoto, C. B. T., & Meneses, M. P. (2013). Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 14, 86-104.

<sup>6</sup> Meneses, M.P. (2017). Autodeterminação em Moçambique: Joana Semião, entre a História Oficial e as Memórias de Luta. In Inocência Mata (Coord.), *Discursos Memorialistas Africanos e a Construção da História* (pp. 49-78). Colibri.

<sup>7</sup> Peixoto, C. B. T., & Meneses, M. P. (2013). Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 14, 86-104; Meneses, M.P. (2017) Autodeterminação em Moçambique: Joana Semião, entre a História Oficial e as Memórias de Luta. In Inocência Mata (Coord.), *Discursos Memorialistas Africanos e a Construção da História* (pp. 49-78). Colibri.

coleciona capítulos de diferentes autores sobre diversas temáticas da descolonização<sup>8</sup>. As obras que focam a ótica das relações internacionais, como *Os Despojos da Aliança e Portugal e o Fim do Colonialismo*<sup>9</sup>, são também de importância para o estudo desta época.

Especificamente sobre Moçambique, ainda no período marcelista, o trabalho essencial de Amélia Souto<sup>10</sup> fornece indicações sobre a organização civil e militar da colónia, assim como uma análise sobre as reformas de Marcelo Caetano, a organização da FRELIMO, entre outros dados essenciais. A análise das minorias brancas e da sua intervenção política em Moçambique já foi desenvolvida por Fernando Tavares Pimenta, em *Branços de Moçambique*<sup>11</sup>. Também sobre o processo de descolonização em Moçambique e este tumultuoso período político, a obra de Fernando Amado Couto, *Moçambique 1974*, providencia uma importante contextualização histórica dos eventos.<sup>12</sup> Outro trabalho importante é o de João Cabrita, com a sua monografia *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*<sup>13</sup>, que em si já é uma alternativa à história oficial que a FRELIMO fornece.

As obras de Benedito Machava são também fundamentais para o estudo deste tema, nomeadamente a sua tese sobre os campos de reeducação, já que Joana Simião terminou os seus dias num destes campos<sup>14</sup>.

A literatura sobre figuras individuais, as biografias, é outra fonte de informação para este período. Aí se inserem as biografias de Baltazar Rebelo de Sousa, António de Spínola, Costa Gomes, Jorge Jardim, Uria Simango, entre outras<sup>15</sup>. Ou seja, tanto de

---

<sup>8</sup> MacQueen, N. (1997). *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. Addison Wesley Longman; Rosas, F., Machaqueiro, M., Oliveira, P.A. (org) (2017). *O Adeus ao Império. 40 anos de descolonização portuguesa*. Nova Vega.

<sup>9</sup> Oliveira, P.A. (2007). *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Tinta da China. Jerónimo, M.B. & Pinto, A. C. (org) (2014). *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*. Edições 70.

<sup>10</sup> Souto, A.N. (2007). *Caetano e o ocaso do «Império»: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Edições Afrontamento.

<sup>11</sup> Pimenta, F.T. (2018). *Branços de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*. Edições Afrontamento.

<sup>12</sup> Couto, F. A. (2011). *Moçambique 1974: O Fim do Império e o Nascimento da Nação*. Caminho.

<sup>13</sup> Cabrita, J.M. (2000). *Mozambique: the tortuous road to democracy*. Palgrave,

<sup>14</sup> Machava, B. (2018). *The morality of revolution: urban cleanup campaigns, reeducation camps, and citizenship in Socialist Mozambique (1974-1988)* (Doctoral dissertation).

<sup>15</sup> Sousa, M.R. (1999). *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia* (2ª ed). Bertrand Editora; Rodrigues, L. N. (2010). *Spínola: biografia*. Esfera dos Livros; Ncomo, B. L. (2003). *Uria Simango: um homem, uma causa*. Novafrica; Rodrigues, L.N. (2008). *Marechal Costa Gomes no Centro da Tempestade*. Esfera dos Livros; Antunes, J. F. (1996). *Jorge Jardim: Agente secreto*. Bertrand.

figuras ligadas ao governo colonial, como pessoas ligadas ao processo de descolonização, dissidentes da FRELIMO, etc.

O registo memorialístico é o outro filão importante, embora sofra de todos os problemas e vieses da memória pessoal. Desde registos cunhados por figuras ligadas ao regime, até figuras ligadas à FRELIMO, passando por membros dos Democratas de Moçambique. Alguns destes, foram escritos ainda durante ou pouco tempo após os acontecimentos relevantes, mas outros pautam pelo tempo decorrido entre os eventos transcorridos e a sua escrita<sup>16</sup>.

A questão central a que pretendo responder com a dissertação desta tese é: Como é que o GUMO se insere numa política de “autonomização progressiva” de Moçambique delineada por Marcelo Caetano (embora não praticada) e continuada por Spínola numa veia neocolonial e federativa? De um modo mais específico, até que ponto é que o GUMO era um partido/movimento com bases de apoio em Moçambique? O epíteto negativo (partido-fantoches) corresponde, ou não, à realidade? Como é que o GUMO se relacionava com as políticas coloniais do marcelismo, e a ideia da “autonomização progressiva”? Como é que, posteriormente, se relaciona com esta ideia federativa/neocolonial na ótica das ideias de Spínola? Até que ponto é que GUMO tem o apoio direto/indireto das autoridades governamentais da Metrópole ou da Província/Estado na fase final do Estado Novo? Que interesses internos ou externos convergiram neste partido?

Essencialmente, pretendo explorar a relação entre este grupo e, primeiro, membros do governo de Marcelo Caetano, e segundo, pessoas envolvidas no processo descolonizador. Importante é ainda averiguar o nível da organicidade deste partido, a que ponto é que tem uma base social ou não. Também a nível ideológico, procurarei compreender a evolução das ideias expressas pelo GUMO, embora seja necessário ter em conta que num contexto de censura e perseguição política, estas ideias poderiam ser bastante diferentes das realmente perfilhadas pelos seus membros constituintes.

---

<sup>16</sup> Mesquitela, C. (2014). *Moçambique. 7 de Setembro. Memórias de uma revolução*. Branco; Veloso, J. (2011). *Memórias em Voo Rasante*. JV Editores. Santos, J. A. (2021). *O último dos colonos. Até ao cair da folha*. Sextante; Lisboa, E. (2013). *Acta Est Fabula. Memórias - III - Lourenço Marques Revisited (1955-1976)*. Opera Omnia; Santos, A. (2006). *Quase Memórias*. Casa das Letras; Cardoso, R. (2014). *O Fim do Império: Memória de um Soldado Português. O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*. Caminho; Jardim, J. (1976). *Moçambique, terra queimada*. Intervenção.

Para efetuar esta investigação consultei vários fundos documentais.

Em primeiro lugar, consultei vários dos processos da PIDE/DGS, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Os processos mais importantes são o processo do GUMO, e os processos individuais de Joana Simião, João Tudela, Máximo Dias. Não foram encontrados por mim processos associados aos nomes dos restantes membros do GUMO. Pontualmente, consultei o processo do COREMO, mas este não foi visto a fundo, por se encontrar fora do âmbito deste trabalho.

Também no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o fundo documental Silva Cunha, do qual consultei os telegramas trocados<sup>17</sup> entre o gabinete do Ministro do Ultramar e o Governador-Geral de Moçambique. No entanto, não encontrei quaisquer referências ao GUMO e aos seus membros. Consultei também o fundo Melo Antunes, nomeadamente as caixas 40, 46, 50, 52, 126 e 177. No entanto, não havia na maioria destas caixas informação de relevo para o aprofundamento do estudo do GUMO e dos seus membros.

De seguida, consultei o Arquivo Marcello Caetano, nomeadamente a secção de correspondência entre o mesmo e Jorge Jardim, Baltazar Rebelo de Sousa, e Pimentel dos Santos.

Dentro do Arquivo Histórico Diplomático, consultei o fundo documental de Freire Antunes, autor de uma biografia de Jorge Jardim. No entanto, na altura da minha consulta, este fundo ainda se encontrava em processo de organização, e por isso extremamente disperso e difícil de consultar. Existem secções desse fundo ainda não disponíveis ao público, pelo que este merecerá uma revisitação futura. Também consultei vários documentos do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério de Negócios Estrangeiros.<sup>18</sup> No entanto não encontrei nada de relevante sobre o GUMO<sup>19</sup>. Vários dos documentos encontravam-se classificados e não os pude consultar Também consultei o processo de Joana Simião do Ministério do Ultramar, presente no Arquivo Histórico Diplomático<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> PT/TT/JMSC/A/001-001/0258, PT/TT/JMSC/A/001-001/0299, PT/TT/JMSC/A/001-001/0304, PT/TT/JMSC/A/001-001/0306, PT/TT/JMSC/A/001-001/0308, PT/TT/JMSC/A/001-005/0430

<sup>18</sup> PAA 15 – S16 P3 91792; PAA 83 – S16 A23 P1 91743; PAA 10 – S16 A24 P2 91783; PAA 80 – S16 A23 P1 91740

<sup>19</sup> Adicionalmente consultei: [Acompanhamento da] política interna e externa dos novos países ou estados de expressão portuguesa (88745). PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-900/030/015/000048 (S16 A08 P03 88745); Maputo (embaixada) (33230) Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-SC/SG-SC/050/000124 (S03 E06 P04 33230)

<sup>20</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

Consultei também o arquivo documental do CIDAC (Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral).

Em relação a fundos documentais de outros países, consultei parte dos Arquivos Nacionais do Reino Unido (*National Archives*)<sup>21</sup>, assim como documentação disponível em linha dos Arquivos Nacionais dos EUA<sup>22</sup>,

Dentro da imprensa, consultei vários periódicos metropolitanos (*Expresso, Diário de Lisboa, Diário de Notícias*) e moçambicanos (*Notícias, Notícias da Beira, Tempo*). Também consultei o periódico que servia como o órgão oficial da FRELIMO, *A Voz da Revolução*.

Também consultei monografias que agrupam e compilam fontes documentais, nomeadamente correspondência, como é o caso das *Cartas Particulares a Marcelo Caetano (1968-1974)*<sup>23</sup>, e *Massacres na Guerra Colonial*.<sup>24</sup> Neste último, existe um registo que referencia Máximo Dias. Nas cartas particulares, não encontrei qualquer referência ao GUMO, Joana Simião, Máximo Dias, nem a outros intervenientes.

Consultei também os Diários das Sessões da Assembleia Nacional para complementar alguma informação em falta sobre um discurso de João Bosco Mota Amaral, deputado da «Ala Liberal», sobre a autonomia progressiva.

Em relação à metodologia, muitas das fontes documentais que utilizo ao longo desta dissertação pertencem ao arquivo da PIDE/DGS. É sabido que muitos dos documentos da PIDE/DGS de Moçambique foram destruídos, o que também dificulta o trabalho do investigador. É preciso também não esquecer que estas são informações derivadas de uma polícia política, que é a arma de vigilância de um Estado colonial. Como afirma Michel Cahen:

“Os arquivos coloniais portugueses são, mais do que obviamente, «arquivos colonialistas», na medida em que todos os documentos produzidos pela «Situação», a administração colonial, a PIDE, etc., com a exceção de documentação capturada no «IN» (por «inimigo», «comunistas», «turras», etc.) estão integrados neste paradigma. Esta situação constitui um problema geral e permanente de qualquer arquivo: o distanciamento crítico o investigador em relação às fontes e por outro lado a necessidade, por parte do investigador, de uma clara consciência do desequilíbrio arquivístico fundador

---

<sup>21</sup> Documentação cedida pelo meu orientador, Prof. Pedro Aires Oliveira.

<sup>22</sup> Record Group 59

<sup>23</sup> Antunes, J.F. (1985). *Cartas Particulares a Marcelo Caetano. 1968-1974*. D. Quixote.

<sup>24</sup> Dionísio, J.A. (2023). *Massacres na Guerra Colonial*. Espaço Ulmeiro.

da opressão colonial – há mais documentos produzidos pelo opressor do que pelo oprimido e a conservação dos primeiros é melhor que a dos segundos e a respectiva acessibilidade também”. (Cahen, 2005).

Mesmo a imprensa moçambicana a que tenho acesso, quando se reporta a períodos anteriores ao 25 de Abril, ou é afeta ao regime ou aos interesses de Jorge Jardim. A limitação do âmbito das minhas fontes a fontes disponíveis ou em linha ou em Lisboa significa que a representação das perspetivas metropolitanas, ou seja, da parte da autoridade colonial, é inadvertidamente privilegiada. A questão da informação obtida por interrogatório, num cenário de óbvia coação ou mesmo tortura, também se levanta. Isto é cumulativo com a minha limitação geográfica, e impossibilidade de deslocação a Moçambique. Para além disso, a maior parte dos intervenientes nos eventos decorridos já faleceram, encontrando-se excluída a realização de uma possível história oral dos acontecimentos. É preciso, portanto, entender este trabalho como uma análise necessariamente parcelar de uma época histórica.

## 1. Moçambique — entre o Império e a Independência

Moçambique é um território costeiro, no sudeste africano, bordejado pelo Oceano Índico a oriente e servindo como charneira entre a África Oriental e a África Austral. Tem pouca expressão em termos de prolongamento para o interior. Tem uma grande linha de costa e é cruzado por uma grande quantidade de rios e seus afluentes. Os principais rios são o Zambeze, o Limpopo e o Save. Em 1973-74, Moçambique fazia fronteira com a Tanzânia, a Norte, a Zâmbia e o Malawi a noroeste, a Rodésia (atualmente Zimbabwe) a oeste, e a África do Sul e Suazilândia, a Sul (cf. Mapa 1).

No período relevante para o nosso estudo, ou seja, os anos 70 do século XX, a demografia moçambicana era a seguinte: 162.967 brancos, 50.189 mestiços, 22.531 indianos, 3.814 chineses e 7.9 milhões de negros (dados de 1970). Os brancos eram cerca de 2% do total. (Pimenta, 2021a, 151). Isto demonstra que mesmo na fase final do colonialismo português em Moçambique, a presença branca era uma porção extremamente reduzida comparada com a esmagadora maioria da população negra. Significa então que os esforços do Governo na metrópole em “povoar” este território com elementos brancos vindos de Portugal tinha sido, em larga medida, um falhanço. A maior parte da população branca estava concentrada nas principais cidades, especialmente em Lourenço Marques e na Beira.

A maioria negra possui uma complexidade linguística e étnica que o epíteto “negro” não consegue descrever. As populações negras pertencem ao grande grupo etnolinguístico bantu, mas as etnias existentes no território são difíceis de quantificar. A nível linguístico, não existe um consenso sobre o número de línguas moçambicanas (Medeiros, 2008, p. 95) (Cf. Mapa 2). Pode-se, contudo, distinguir alguns grupos de maior proeminência. Algumas das etnias principais, por região, são: Macua-Lomwe, Maconde e Yao (na região a Norte do rio Zambeze) e os Shona e Thonga (na região a Sul).

## **1.1. Desde os primeiros contactos ao fim da Guerra Colonial<sup>25</sup>**

O período dos primeiros contactos entre portugueses e os povos constituindo o território atualmente designado por moçambicano remontam ao século XV. Esta presença portuguesa, só se vai de facto começar a afirmar como dominante no final do século XIX e início do século XX. De facto, desde a chegada dos portugueses até o final do século XIX, o domínio português estava limitado a fortes e entrepostos comerciais ao longo da costa ou do rio Zambeze.

Nos séculos XV e XVI, a costa leste do continente africano ganhou uma importância estratégica no panorama da expansão portuguesa devido, em primeiro lugar, à sua importância como ponto de passagem na rota do Índico, e, em segundo lugar, por ser ponto de partida para as rotas do ouro. Durante o século XVII, tomou forma o sistema de prazos, que iria sobreviver até ao século XX. Nesta fase, os prazos tornaram-se em reinos quase independentes, sustentados por exércitos de escravos (Hall & Young, 1997, p.2). Em 1752, Moçambique deixou de ser administrado pelo Governador-Geral de Goa, passando ser administrado de modo independente. Isto significou um avanço no estatuto e importância de Moçambique enquanto território. (Newitt, 2017)

No século XIX, começou a colonização efetiva do território moçambicano, para além das pequenas zonas na costa. O Congresso de Berlim significou que a ocupação efetiva passou a ser o único critério aceite para a dominação colonial europeia. Isto significou um esforço renovado das autoridades portuguesas para demonstrar o seu direito àquele território. Este século foi também marcado pelo estabelecimento de companhias comerciais com áreas de exploração definidas. As últimas concessões só terminaram em 1941, e só aí Moçambique passou a estar sob um sistema unificado de administração

Durante o Estado Novo, a colonização passou a ser uma parte fundamental da identidade portuguesa, do seu destino enquanto nação. A “missão civilizadora” do estado português era parte integrante da ideologia do regime. As colónias ganham uma importância, mais do que simplesmente económica, a nível da identidade nacional.

Em termos legislativos, em 1930, o Ato Colonial estabeleceu a nova política colonial portuguesa, em que Portugal e as colónias passavam a ser um único estado, e a administração e finanças coloniais eram centralizadas num ministério em Lisboa. (Newitt, 2017). O Ato Colonial corresponde também à criação do Estatuto do Indigenato, que

---

<sup>25</sup> Para uma história geral e resumida de Moçambique, cf. Newitt (2017).

dividia a população negra entre *civilizados* e *indígenas*, que havia de vigorar até à sua abolição em 1961,

Em termos económicos, os territórios africanos tornaram-se fonte de matérias-primas, como o arroz e algodão. Nos anos 40, as colónias africanas providenciavam a indústria portuguesa com 82% do algodão. Três quartos do total deste algodão vinha de Moçambique. Durante a Segunda Guerra os preços de produtos como o arroz, açúcar, chá e borracha aumentaram e Moçambique estava numa posição privilegiada para lucrar com este aumento. Para ajudar com a expansão da produção, o governo voltou a tornar o recrutamento de trabalho uma responsabilidade da administração. Também neste período diminuíram as restrições de investimento industrial em África. (Newitt, 2017)

O pós-guerra foi marcada pelos Planos de Fomento, planos de cinco anos. O primeiro foi publicado em 1953. O segundo, decorreu de 1959 a 1963. O terceiro Plano abrangeu o período de 1968 a 1973. Quanto ao quarto plano, que deveria ser aplicado entre 1974 e 1979, nunca chegou a ser posto em prática devido ao 25 de abril.

Central nestes planos era a promoção da emigração portuguesa para África através do estabelecimento de colonatos, povoados por imigrantes portugueses. O governo português oferecia extensões de terreno, dinheiro, crédito e assistência técnica aos que estivessem dispostos a realocar-se para Moçambique e outras colónias. A chegada dos colonos significou a expropriação de vastas áreas do território (Hall & Young, 1997) No segundo Plano de Fomento, foram desenhados grandes projetos de infraestrutura e pela primeira vez vastas somas foram alocadas para a educação e saúde. (Newitt, 2017)

Durante o governo de Caetano, houve uma série de reformas a nível económico para o território moçambicano. Além disso, a economia experienciou um crescimento, também devido ao esforço de guerra, e à abertura aos investimentos estrangeiros. (Newitt, 2017)

### **A Guerra Colonial/Guerra da Independência<sup>26</sup>**

A Guerra Colonial, travada entre as forças armadas da potência colonial portuguesa e os movimentos de libertação que surgiram nos territórios africanos sob domínio colonial, iniciou-se em Angola em 1961. O nome ‘Guerra Colonial’ poderia levar à ideia de que esta era uma guerra única, quando na verdade se tratavam de três guerras,

---

<sup>26</sup> O meu resumo dos acontecimentos segue de perto *Os anos da Guerra Colonial*, de Aniceto & Gomes, exceto onde explicitamente indicada outra bibliografia.

em Angola, Moçambique e Guiné. Cada um dos conflitos armados emergiu de circunstâncias locais e específicas, embora os movimentos possuíssem um grau de coesão ideológica. A matriz ideológica marxista, e a socialização das suas elites na antiga metrópole e vários países europeus ocidentais e de leste, serviu de base para a formação das políticas destes movimentos. (MacQueen, 1997, p.22) Em novembro desse ano, a Índia tomou o controlo de Goa, Damão e Diu—mais um golpe para o projeto colonial português.

Outro facto importante nesse ano, foi a abolição do Estatuto do Indigenato, que vigorava na sua última versão desde 1954. Também em 1961, estabeleceu-se o Espaço Económico Português, com vista à criação de uma zona de comércio livre. Moçambique, apesar do desenvolvimento industrial das décadas de 60 e 70, era um território com vários problemas a nível económico—nomeadamente, uma balança de pagamentos deficitária, o sistema de pagamentos interterritoriais, que impunha limites às importações portuguesas, e também o controlo das transferências. O contexto económico mundial, com uma crise financeira e petrolífera, também não contribuiu para a estabilização económica deste território. (Souto, 2007, pp. 82-83)

Em Moçambique, desde o início do ano de 1964 que a situação era de pré-insurreição. Em abril, foi declarado o estado de emergência a norte do rio do Zambeze e reforçaram-se as unidades existentes. Apesar da situação tensa no terreno, o Presidente da República efetuou uma visita oficial a Moçambique, como uma demonstração de confiança na estabilidade do Império.

A data de início da guerra que fica registada na história oficial da FRELIMO é 25 de setembro de 1964, com o ataque ao posto administrativo de Chai, em Cabo Delgado. No entanto, já antes dissidentes da MANU tinham iniciado atividades de guerrilha em agosto.

Como reação ao início da guerra em Moçambique a PIDE levou a cabo uma vaga repressiva, para evitar a consolidação da FRELIMO no centro urbano de Lourenço Marques, detendo vários intelectuais como José Craveirinha, Rui Nogar, Luís Bernardo Honwana e Malangatana Valente, assim como guerrilheiros da FRELIMO.

Em 1965, o conflito estava num verdadeiro impasse. A guerrilha controlava a maior parte do campo e das aldeias, mas os portugueses controlavam as cidades e zonas fortificadas. As estradas eram palco de frequentes emboscadas por parte da FRELIMO às forças portuguesas, assim como local de colocação de minas. Este impasse deveu-se à incapacidade do comando militar português, que não tinha um plano contra subversivo.

A Operação Águia, que teve o seu epicentro em Mueda, resultou num fracasso para as autoridades portuguesas. O objetivo da operação era remover a FRELIMO do planalto dos macondes e, embora a zona tivesse sido ocupada, tal resultou numa fuga em massa das populações, servindo apenas para aumentar os efetivos da FRELIMO. Como resposta, as autoridades portuguesas criaram aldeamentos estratégicos, mas quando o exército abandonou a área a FRELIMO recuperou-a rapidamente.

A ação militar no Norte era acompanhada por uma repressão nos centros urbanos. O Governo-Geral ordenou a dissolução do Centro Associativo dos Negros de Moçambique, ponto de encontro e de contacto das elites africanas. Do lado metropolitano, deu-se o encerramento da Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, importante ponto de socialização de muitos dos indivíduos que vieram a conduzir a luta armada nas colónias portuguesas.

No final de 1965, o *momentum* da luta armada no Norte tinha diminuído, e as tentativas da FRELIMO de expandir a guerra para sul, para Tete e a Zambézia, tinham falhado. (MacQueen, 1997, p.43)

Em 1966, a progressão da FRELIMO foi interrompida por uma melhor operacionalidade das Forças Armadas. Também houve uma alteração do dispositivo militar, com uma deslocação de parte do quartel-general das forças armadas de Lourenço Marques para Nampula. A fome alastrou pelas populações dos distritos de Cabo Delgado e Niassa, provocando graves problemas à organização da FRELIMO.

Em 1967, a atividade da FRELIMO continuou a centrar-se nas suas zonas de domínio a norte, tendo aí o apoio da retaguarda tanzaniana. Em agosto desse ano, o governo português tornou público o projeto da construção da infraestrutura hidroelétrica da barragem de Cahora Bassa, no rio Zambeze. As autoridades portuguesas queriam que a barragem funcionasse como uma barreira ao avanço da guerrilha. E não era apenas a barragem—o plano incluía a instalação de milhares de colonos brancos na região. Por este motivo, esta região vai-se tornar um ponto central para a atuação da FRELIMO. Deste modo, eles passaram a concentrar-se nesta região, sendo a frente de Tete definitivamente aberta em 1968. Este distrito era agora, sem dúvida, o ponto central da guerra em Moçambique.

Em 1970, Kaulza de Arriaga tomou posse como Comandante-Chefe das Forças Armadas. A sua tática de combate da guerrilha vai ser definida por operações de grande envergadura: a Operação Nó Górdio e a Operação Fronteira. A Operação Nó Górdio concentrava-se na zona norte, no “planalto dos macondes”. Este tinha sido o ponto central

da guerra durante os anos anteriores. No entanto, por essa altura era Tete, e não o Norte, o centro das atividades de guerrilha.

A Operação Nó Górdio foi um esforço hercúleo tanto a nível do número de tropas envolvidas, como do material de combate utilizado. Todavia, a utilização de métodos de guerra convencionais numa guerra de guerrilha resultou num insucesso. Em breve, a ofensiva da FRELIMO voltou à carga em Cabo Delgado e no Niassa, continuando a manter presença em Tete. (MacQueen, 1997). O exército português não tinha capacidade para defender efetivamente todo o território.

Em 1971, houve um deteriorar da guerra do lado português. Após a Operação Nó Górdio, a FRELIMO transferiu grande parte dos seus efetivos para Tete, reforçando atividades políticas e militares. As autoridades portuguesas tentaram consolidar a sua influência nesta região através da constituição de aldeamentos, mas parte da população aldeada fugiu para outras regiões, ou mesmo para fora de Moçambique, devido à falta de condições dos mesmos. Em geral, a ação de Kaúlza de Arriaga esteve longe da grande vitória pretendida: “O desgaste provocado pelas duas operações [Nó Górdio e Fronteira] em vidas humanas, equipamentos e recursos inviabilizaram, nos tempos mais próximos, um esforço militar de envergadura semelhante” (David Martelo *in* Aniceto & Gomes, 2010, p.539)

Outro elemento a salientar é a criação dos Grupos Especiais (GE), dos Grupos Especiais Para-quedistas (GEP) e da 4ª Companhia de Comandos Africanos. Este processo de “africanização” da guerra demonstra a necessidade das autoridades portuguesas de colmatar a falta de efetivos.

Apesar dos esforços de Arriaga, em 1972, tornava-se claro o avanço e progressão da FRELIMO em Cabo Delgado, com a fuga em massa das populações dos aldeamentos portugueses. Além disso, a FRELIMO possuía colaboradores em toda a estrutura da administração colonial. Em abril, as forças portuguesas realizam a Operação Penada. Em junho, sinal do avanço da guerrilha, abre-se a frente de Manica e Sofala, o que constituía uma ameaça à cidade da Beira, um importante porto comercial, especialmente na ligação com a Rodésia. Nesse ano, há também a atuação de forças rodesianas em Moçambique, com a realização da Operação Sable.

A resposta colonial foi caracterizada por uma elevada brutalidade, nomeadamente na realização de massacres contra populações civis. O caso mais paradigmático é o massacre de Wiriyamu, perpetrado em dezembro por uma companhia de comandos.

Quando este veio a público no ano seguinte, a imagem de Portugal aos olhos da comunidade internacional ficou gravemente afetada.

O ano de 1973 foi marcado pela passagem do decreto-lei 353/73, relativo às carreiras dos oficiais do exército, a 13 de julho. Foi este decreto que esteve na origem do movimento dos capitães, e mais tarde, do golpe de estado a 25 de abril de 1974. O governo ainda tentou debelar este descontentamento através do aumento dos vencimentos dos capitães, que entra em vigor em janeiro de 1974, mas já era tarde. Dia 22 de fevereiro de 1974, deu-se publicação do livro *Portugal e o Futuro*, da autoria do General António de Spínola. Foi o seu *timing*, mais do que o seu conteúdo, que constituiu um abalo tremendo para o regime. (MacQueen, 1997, 73)

Entretanto, em Moçambique, as ações da guerrilha em Moçambique alastraram para áreas, até aí, consideradas seguras, o que lançou o pânico na população branca. O descontentamento desta resulta nos “Acontecimentos da Beira”, que inadvertidamente deram um novo vigor ao Movimento dos Capitães em Moçambique. Eventualmente, o Movimento culminou no golpe de estado de 25 de Abril, na queda do regime, e na abertura do processo de descolonização em Moçambique.

## **1.2. Os movimentos de libertação—FRELIMO, COREMO e outros**

Os movimentos de libertação nacional, no contexto das descolonizações africanas, tiveram um papel preponderante no alcançar da independência de vários países africanos. O mesmo se aplica no território moçambicano. O termo “libertação nacional”, embora o mais utilizado e aquele que se cimentou na história oficial, é, contudo, contestado por Michel Cahen, que vê nestes movimentos uma base principalmente anticolonialista. A descolonização, ou seja, o processo de libertação do jugo do Estado colonial é o que define de modo geral todos estes movimentos. Cahen (2012) argumenta que não se pode “libertar a nação” pois esta ainda não existe—a nação tem de ser construída. A nação moçambicana é um projeto, e é um projeto que vai ser encabeçado pela FRELIMO.

A FRELIMO foi o principal movimento de libertação em Moçambique e aquele que sai vencedor da guerra, e futuro partido do poder no país independente. No entanto, não foi o único. Todos os outros movimentos, alguns precedendo a FRELIMO, outros surgindo como fações e dissidentes, têm uma parte nesta história.

A história oficial da FRELIMO apresenta a sua união como a simples junção de três organizações — a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), a MANU (Makonde/Mozambique African National Union) e a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente) — em Dar es Salaam, a 25 de junho de 1962. No entanto, a criação da FRELIMO não é tão linear nem tão simples como a história oficial (ou oficiosa) sugere ter sido.

A UDENAMO formou-se na Rodésia, em Bulawayo, em novembro de 1960. Foi a primeira organização a defender o uso da violência para obter a independência de Moçambique, influenciada pela política do Zimbabwe. Era liderada por Adelino Gwambe, um jovem de apenas vinte e um anos. (Cabrita, 2000) Uria Simango, um dos “fundadores do anticolonialismo moderno” e, mais tarde, importante no contexto das dissidências da FRELIMO, tornou-se o número dois deste movimento. Devido a ameaças da PIDE, o grupo teve de se mudar para Dar es Salaam, ficando sob proteção da TANU. (Cahen, 2010)

A MANU nasce do contexto da diáspora maconde no Quênia e no Tanganyika. Inicialmente, a União Maconde era uma associação de ajuda-mútua de trabalhadores migrantes. Em 1961, consolidam-se numa única organização sob o nome MANU, inspirando-se no KANU (Kenya’s African National Union) e no TANU (Tanzania African National Union). A MANU era favorecida pelas autoridades tanzanianas, dado o facto de que muitos dos seus membros tinham nascido na Tanzânia, trabalhavam nesse território e estavam até envolvidos na política do país. Alguns dos membros do governo tanzaniano tinham origem maconde. (Cf. Derluguian, 2012 e Cabrita, 2000).

Finalmente, o UNAMI formou-se na Niassalândia, entre a comunidade de trabalhadores migrantes provenientes do distrito de Tete, sob a liderança de Baltazar Chagonga. Não se sabe ao certo quando começou as suas atividades. (Funada-Classen, 2012)

Esta diversidade de origens vai ter as suas consequências, como alerta Michel Cahen:

“A heterogeneidade moçambicana teve (...) consequências importantes na estruturação do anticolonialismo: as clivagens não eram principalmente políticas, mas socioculturais; ou, mais exactamente, foram estas últimas que provocaram as primeiras.” (Cahen, 2010)

Os movimentos que se reuniram para formar a FRELIMO são habitualmente caracterizados como movimentos *regionalistas*, por oposição ao ‘nacionalismo’ da FRELIMO. No entanto, isto é contestado por Cahen, que vê neste termo uma maneira de descredibilizar e deslegitimar estes movimentos pré-FRELIMO. A narrativa oficial é a de

que estes movimentos “regionais”, ou seja, “não nacionais”, se unem numa frente e formam um movimento nacional – ou seja, o movimento que cobre todo o território moçambicano, como é definido pelas fronteiras impostas pelo colonialismo. Na opinião de Cahen, não houve uma unificação de três movimentos, mas sim uma criação de um novo movimento com pressão dos tanzanianos e dos americanos. (Cahen, 2012)

A pressão de Kwame Nkrumah, Presidente do Gana, e de Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia, contribuiu para a união da MANU e da UDENAMO durante a *All African Freedom Fighters Conference*, que decorreu em finais de maio e inícios de junho, em Acra, Gana. A FRELIMO portanto nasceu a 2 de junho, com Adelino Gwambe como presidente desta primeira união. É preciso ter em conta que “esta união permanecia uma frente, sem significar a fusão das duas correntes” (Cahen, 2010). A formação final da FRELIMO resultou, todavia, na imposição de um líder que era externo a todos os movimentos presentes: Eduardo Mondlane. (Cahen, 2010)

A semente das futuras divisões esteve semeada desde esta segunda fundação e a escolha do líder, a 25 de junho. Adelino Gwambe ausentou-se, muito voluntariamente, de estar presente nesta reunião. Chagonga também não se encontrava presente, e a sua aceitação da FRELIMO era apenas como frente que agrupava várias organizações, mantendo estas a sua independência institucional. (Cahen, 2010)

Eduardo Mondlane nunca foi completamente capaz de consolidar a sua posição, devido à composição heterogénea do novo movimento (etnias, ideologias, classes sociais, experiências coloniais, etc.). Também havia variadas discordâncias sobre como a independência deveria ser alcançada. Mondlane defendia um acordo negociado com as autoridades portuguesas, enquanto outros oficiais da FRELIMO defendiam a imediata ação militar. (Cabrita, 2000).

O primeiro Congresso da FRELIMO foi realizado no Tanganyika a 23 de setembro de 1962. Vários assuntos foram discutidos, e o principal objetivo do partido foi definido: a luta pela libertação nacional do povo moçambicano. (Funada-Classen, 2012) Contudo, havia divisões. O líder da UNAMI era contra a ideia de treino militar, querendo manter o movimento exclusivamente intelectual. Por causa destas diferenças de opinião, este abandonou a FRELIMO em dezembro de 1963. (Aniceto & Gomes, 2010)

Também surgiram divisões entre Eduardo Mondlane e Adelino Gwambe, o líder da UDENAMO. Gwambe tinha ligações ao governo do Gana, o que não era bem visto

pelo governo tanzaniano) Gwambe acabou por abandonar a frente, e reorganizar a UDENAMO, sob o nome UDENAMO-Monomotapa.

Outro grupo de indivíduos expulsos da FRELIMO, por terem acusado Marcelino dos Santos de nepotismo, reorganizou também a UDENAMO sob o nome UDENAMO-Moçambique. Entre eles estava Paulo Gumane, que se tornou presidente deste movimento dissidente. (Cabrita, 2000)

Eventualmente, Mateus Mmole, membro da antiga MANU, foi expulso por causa da sua associação com Gwambe, e juntou-se a ele constituindo a Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique (FUNIPAMO), que também incluía o Mozambique African National Congress (MANC). (Cabrita, 2000)

De novo em agosto de 1964, houve uma expulsão de seis membros da FRELIMO. Alguns destes membros expulsos formaram um movimento dissidente— o MORECO (Mozambique Revolutionary Council), que se uniu com o UDENAMO de Gumane em 1965 (Cabrita, 2000).

Em 1965, deu-se uma tentativa de unir as várias facções e movimentos de libertação moçambicanos, por parte do governo zambiano. As facções do UDENAMO de Gumane e Gwambe, assim como o MANC e a FRELIMO, reuniram-se em Lusaka. Eduardo Mondlane rejeitou a ideia de uma nova organização, mas os outros partidos chegaram a um acordo e uniram-se, formando o COREMO. A UNAMI e a MANU não se juntaram a este novo movimento. Gwambe foi nomeado presidente, e Gumane tornou-se vice-presidente. Desde os seus primórdios, o COREMO debateu-se de imediato com a falta de recursos para empreender uma campanha militar. (Cabrita, 2000).

O COREMO e outras organizações rivais não tinham a capacidade para ameaçar a liderança frelimista, seja em termos de apoio externo ou número de seguidores (Cabrita, 2000, 39). O COREMO começou a sua guerrilha na província de Tete, no final de 1965. Este movimento também foi marcado por disputas internas, como um plano para expulsar Gumane, no qual Artur Vilankulu participou. Em termos militares, o COREMO começou a perder terreno em meados de 1967. Além de ter de contender com as forças armadas portuguesas, o COREMO também lutava contra a FRELIMO—o primeiro dos conflitos entre os movimentos ocorreu em 1968. (Cabrita, 2000). Eventualmente, o COREMO tornou-se apenas um incómodo para os portugueses, e não uma ameaça real ao poder colonial.

Neste contexto, a morte do primeiro comandante militar da Frelimo, Filipe Magaia, poderá parecer ter contornos de assassinato, como argumenta alguma

historiografia. No entanto, Cahen (2010) indica a falta de evidências para suportar a tese de que a morte de Magaia teria sido uma morte planeada<sup>27</sup>. Os factos são que, após a morte de Magaia, o cargo é ocupado por Samora Machel.

Outro dos eventos que afetou a FRELIMO foi a revolta dos estudantes do Instituto Moçambicano (IM), em 1967. Essencialmente, o Secretário da Educação da FRELIMO decidiu que já não seria necessário depender da universidade de Dar es Salaam para suplementar educação, e que o mesmo currículo seria introduzido no IM. Durante as férias, os estudantes iriam ser submetidos a treino militar. Os estudantes rejeitaram, encontrando simpatia no Padre Mateus Pinho Gwenjere. Em março de 1968, mandaram prender os líderes da revolta de estudantes, e o Instituto Moçambicano foi encerrado. Dois meses depois, um grupo de guerrilheiros maconde marcharam para o quartel-general da FRELIMO com intenções de matar a liderança. (Cabrita, 2000)

O II Congresso da FRELIMO estava a ser preparado num clima de intensificar de uma crise — de um lado, a direção provincial de Cabo Delgado, sob direção de Lázaro Nkavandame, e de outro, a estrutura militar da FRELIMO. Houve um boicote por uma parte da FRELIMO de Cabo Delgado do congresso, querendo que a localização do congresso não fosse o Niassa, mas sim Cabo Delgado. Neste congresso, Uria Simango foi candidato contra Mondlane, e Mondlane apenas conseguiu a vitória por uma margem de dois votos. (Cahen, 2010).

Os resultados do II Congresso não foram aceites por algumas fações da FRELIMO, nomeadamente Nkavandame e os chairmen de Cabo Delgado, e os estudantes que tinham encontrado um “líder” em Gwenjere. Em dezembro, Gwenjere é preso (Cabrita, 2000). Outro evento que vai marcar este conflito é o assassinato de Paulo Samuel Kankhomba por militantes da Frelimo Youth League, partidários de Nkavandame, no final de dezembro desse ano. A responsabilidade (indireta) de Nkavandame na sua morte resulta na expulsão do mesmo em janeiro do ano seguinte. É esta crise, e não o assassinato de Mondlane, que resultou na rendição eventual de Nkavandame às autoridades portuguesas. (Cahen, 2010)

---

<sup>27</sup> “No entanto, uma coisa é certa: oficialmente a Frelimo anuncia que Magaia morreu em combate. Mas isso releva da evidência: nas condições de uma guerrilha, uma frente de libertação nunca admitiria que os eu comandante-em-chefe fora morto na sequência de uma gafe estúpida de um dos seus homens!” (Cahen, 2010)

A 3 de fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado por uma carta-bomba. Este evento teve consequências no rumo das políticas da FRELIMO.

Embora nunca se tivesse chegado a conclusões sobre o perpetrador do assassinato, é consensual que o plano foi congeminado pelas autoridades portuguesas, nomeadamente, com o envolvimento da PIDE<sup>28</sup>; e havendo possível colaboração africana no transporte da bomba. Algumas fontes indicam que a bomba foi montada por Casimiro Monteiro (Roberts, 2017)<sup>29</sup>. No seguimento destes eventos, todos os dissidentes da FRELIMO (Nkavandame, Gwengere, Simango e outros) foram acusados de conspirar para matar Mondlane. (Cahen, 2010)

Menos de duas semanas depois, uma carta-bomba semelhante foi recebida no quartel-geral da FRELIMO, endereçada a Marcelino dos Santos. Em março, apareceu uma terceira bomba, dirigida a Uria Simango em Nachingwea. (Cabrita, 2000, p.59).

Segundo a constituição frelimista, após a morte do Presidente o Vice-Presidente deveria tomar as rédeas do movimento. No entanto, as dúvidas quanto à lealdade de Simango levaram à criação de um Conselho da Presidência em abril de 1969, com três membros: Simango, Marcelino dos Santos e Samora Machel.

A 3 de novembro desse ano, Simango redigiu um panfleto, intitulado “Gloomy Situation in FRELIMO” – que acusava Samora Machel e Marcelino dos Santos de “assassinato”, “tribalismo” e “nepotismo”, e exigia a sua demissão e julgamento. Neste panfleto, expunha a fricção interna e as divisões que existiam no partido desde a sua fundação, falava de uma desmoralização generalizada entre membros do comité central, e na existência de um grupo que estava determinado a eliminar outros por ganhos materiais ou políticos. (Cabrita, 2000, p.64)

O Comité Executivo da FRELIMO reuniu-se para discutir o panfleto, optando inicialmente por suspender Simango do Conselho Presidencial, a 8 de novembro. Eventualmente, foi decidida a sua expulsão, em maio de 1970. Samora Machel foi então designado como o novo presidente da FRELIMO, e Marcelino dos Santos como vice-presidente. Uria Simango juntou-se, então, ao COREMO. As divisões no seio do movimento continuaram. (Cabrita, 2000)

---

<sup>28</sup> Oficiais da PIDE em Lourenço Marques celebraram a morte de Mondlane. Além disso, esta polícia já tinha considerado assassinar Mondlane, antes, planeando mesmo uma operação—Barbarossa—em 1967. (Cabrita, 2000, p.59)

<sup>29</sup> Cahen (2010) defende a tese de que a confirmação de Monteiro como autor da bomba significaria que o verdadeiro culpado seria, na verdade, outro.

## Recuperados

Havia elementos dos movimentos de libertação que desertavam e passavam para o lado português. Estes indivíduos eram “recuperados” pelo Governo, sendo úteis por vários motivos. Primeiro, enquanto fontes de informação sobre o funcionamento interno da FRELIMO, e em segundo lugar enquanto peças da ação psicossocial, e também para apresentá-los à opinião pública internacional, de modo a legitimar o Governo português e a sua ação nas colónias. (Souto, 2007, 232) Entre 1969 e 1973 houve vários casos de dissidentes da FRELIMO, que são noticiados com grande destaque.

“O regime pretendia que estes dissidentes se tornassem numa arma efectiva na desmoralização dos guerrilheiros e no aumento das contradições no seu seio. Pretendia também que servissem para mostrar que Portugal mantinha uma política de perdão (...). Mas, acima de tudo, serviam para demonstrar (...) que havia no seio da Frelimo elementos desiludidos com a luta (...). Eram uma arma de propaganda imensa nas mãos do regime.” (Souto, 2007, 232)

Dois dos casos mais mediáticos de dissidências da FRELIMO são os de Lázaro Kavandame (cujas circunstâncias estão expostas acima) e de Miguel Murupa. Miguel Murupa pertencia ao Departamento das Relações Exteriores no interior da FRELIMO. Tinha estado Economia e Finanças, e Sociologia nos Estados Unidos. Abandonou pela primeira vez o quartel-general da FRELIMO em Dar es Salaam em 1969, tendo enviado uma carta de demissão. Foi preso em 1970 pelas autoridades tanzanianas e entregue à FRELIMO; conseguiu escapar e entregou-se às autoridades portuguesas. Jorge Jardim foi responsável pela sua reintegração, e Murupa forneceu-lhe informações sobre a FRELIMO. Trabalhou primeiro para o serviço de relações públicas das Forças Armadas, e foi depois nomeado diretor do jornal *Voz Africana*, propriedade de Jardim. (Antunes, 1996)

O facto de ter uma formação superior e ser um indivíduo detentor de um alto cargo no seio da FRELIMO tornam-no um elemento valioso para a propaganda do regime colonial português. Deu conferências de imprensa, tanto em Moçambique e Portugal, como em Inglaterra, e escreveu artigos denunciando as suas ações passadas e a própria FRELIMO como agente estrangeiro. Segundo as suas afirmações, os africanos não tinham «preocupações de nacionalismo»:

«Os africanos não querem independência: querem melhores condições de vida, mais escolas, mais hospitais, maior progresso, maior acesso à civilização. E para eles em toda a África, a civilização é sinónimo de presença de elementos civilizadores» (Miguel Murupa in Souto, 2007, p.235)

### **1.3. Vetores do poder colonial em Moçambique**

Moçambique, nos anos 70, existia dentro do contexto da Revisão Constitucional de 1971 e da revisão da Lei Orgânica do Ultramar de 1972. Ambas fazem parte das chamadas “reformas marcelistas”, encabeçadas pelo Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, que tomou o poder em setembro de 1968, após a queda de Salazar. Com estas reformas, Angola e Moçambique passaram a denominar-se “Estados” e as colónias passaram a ser consideradas regiões autónomas (com exceção de Macau)<sup>30</sup>. Angola e Moçambique ganharam ambos mais vinte deputados na Assembleia Nacional em Lisboa. (Hall & Young, 1997, 10).

A primeira questão que se levanta em relação às reformas do sistema metrópole-colónia durante o governo de Marcelo Caetano é—até que ponto é que estas reformas mudaram, de facto, alguma coisa? Houve alguma alteração de fundo, ou mais não passaram elas de uma alteração de semântica (alteração da nomenclatura, províncias para Estados, Conselho Legislativo passa a Assembleia Legislativa, etc.)?

Como argumenta Amélia Souto, estas reformas passaram por uma continuidade da política salazarista, e por alterações “cosméticas” que não satisfizeram nem os colonos brancos, nem nunca poderiam satisfazer a população negro-mestiça do território moçambicano, com assento numa continuidade relativamente à Constituição de 1933: “quando se anunciou a revisão constitucional em 1970, afirmou-se que ela se mantinha «fiel ao estatuído em 1933». As províncias eram definidas como «regiões autónomas dentro do Estado Português unitário», e com uma «organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social.» (Souto, 2007) Estas reformas, de facto, tiveram um papel mais retórico e ideológico do que prático.

A posição do regime era a defesa do Ultramar português acima de tudo (pois essencial para a noção de unidade da Nação, segundo a lógica do Estado Novo), e a

---

<sup>30</sup> Em substituição do termo Província, que era usado desde os anos 50. Por sua vez, província tinha substituído a designação de Colónia (que vigorava desde 1911). (Moutinho, 2001, p.17)

continuação da guerra colonial como meio de a efetuar. Isto impossibilitou a prometida “autonomização progressiva” das colónias. Continuou também a centralização de poderes no Ministério do Ultramar, e a falta de uma definição explícita das funções dos governos das colónias- (Souto, 2007, p.67)

Apesar disto, a reforma suscitou uma grande perturbação na ala mais à direita do regime, que “viam nas propostas a eliminação dos preceitos integracionistas de carácter programática, na atribuição do título «Estado» um perigo para a unidade nacional, na autonomia (que na prática não existia (...)) o perigo de abandono” (Souto, 2007, p.76).

O poder governamental em Moçambique continuou, deste modo, a ser extremamente centralizado, tanto a nível da relação entre o poder provincial e o poder central, como internamente no território moçambicano.

O Governador-Geral e a Assembleia Legislativa (que se sucedeu ao Conselho Legislativo) eram os principais elementos do governo local. O Governador-Geral era o mais alto representante do Governo em Moçambique e, mesmo após as reformas marcelistas, o Governador, continuava a ser nomeado pelo governo central. Em Moçambique (como em Angola), o Governador-Geral era o líder do governo da província, composto por Secretários Provinciais e assistido por uma Junta Consultiva (eleita). O Governador-Geral podia publicar decretos, mantendo-se a defesa e a política externa do domínio exclusivo do governo metropolitano. (Pimenta, 2021b)

Uma das figuras mais importantes no rol de Governadores-Gerais moçambicanos foi Baltazar Rebelo de Sousa, governador no período de 1968 a 1970. Rebelo de Sousa defendia que deviam ser dados passos para a promoção social e económica dos territórios, com uma autonomização gradual e com participação da população nativa.

Na sua opinião, este processo de evolução gradual ainda era possível de modo a «salvaguardar a permanência de laços civilizacionais e culturais futuros com Portugal, e de evitar rupturas» (Sousa *in* Souto, 2007, p.124) Como parte deste programa, o Ministro efetuou uma visita oficial às colónias, para se aproximar das populações locais – um dos seus objetivos era a criação/fomento de grupos políticos de evolução, para quebrar o “monopólio” dos movimentos de libertação. Outra questão era a de articulação entre o poder civil e militar, apostando na “africanização” dos quadros dirigentes, (...). Joana Simião integrou-se neste ideal de “africanização” com o ideal de “moçambicanização”, como veremos mais adiante. (Souto, 2007)

A 12 de outubro de 1971, Manuel Pimentel Pereira dos Santos foi nomeado Governador-Geral de Moçambique, sucedendo-se no cargo a Baltazar Rebelo de Sousa. Ao contrário do seu antecessor, Pimentel dos Santos significou um regresso à mais pura ortodoxia do regime, completamente oposto a qualquer autonomia progressiva e participada. Esta decisão encontra a justificação interna no agravar da Guerra Colonial, que significou um “cerramento de fileiras” com a nomeação de um elemento mais conservador — “Pimentel dos Santos vai de facto representar a inflexibilidade final do regime a qualquer tipo de mudança e o recuo total de Marcello Caetano em relação às reformas” (Souto, 2007, p.123)

A nível local, depois do Governador-Geral, seguia o governador de distrito, e finalmente o administrador ou chefe de posto. Ao longo da guerra, a administração colonial sofreu um processo de militarização, de modo que no final da década de 60, cerca de metade dos governadores de distrito eram militares. Administradores de estatuto mais baixo eram por vezes recrutados entre a população local, e vários oficiais africanos eram integrados na administração como intérpretes, sipaios (policia) ou como régulos. Os régulos podiam ser líderes tradicionais, ou simplesmente nomeados pelas autoridades portuguesas, e estavam subordinados ao chefe de posto. (Hall & Young, 1997, 7)

A Junta Consultiva Provincial era o órgão sucessor do Conselho Económico e Social, tendo poderes idênticos à Câmara Corporativa em assuntos internos da colónia. (Pimenta, 2021b)

As Assembleias Legislativas ganharam alguns poderes com as reformas marcelistas, passando a poder fazer leis internas, aprovar orçamentos e lançar impostos. No entanto, também aqui há uma elevada centralização já que o Governador Geral e o Ministro do Ultramar podiam interferir na ação da assembleia, e esta não possuía competência para fiscalizar o executivo. (Souto, 2007, p.127)

A Assembleia Legislativa de Moçambique tinha 50 vogais, vinte dos quais eram eleitos por sufrágio direto e os restantes por sufrágio orgânico. Os eleitores restringiam-se à população alfabetizada, o que excluía a grande maioria da população. (Pimenta, 2021b) A partir de 1962, com as reformas de Adriano Moreira, houve tentativas de promover elementos negros para a participação nestes órgãos legislativos das colónias, embora os resultados em Moçambique tenham sido escassos. Baltazar Rebelo de Sousa, enquanto Governador Geral, procurou manter-se dentro desta lógica de promoção, que tinha tanto o objetivo de defender a posição portuguesa perante os organismos internacionais, e também deslegitimar os movimentos de libertação. Estes elementos

negros perdiam, no entanto, a sua legitimidade perante o povo, ao ficarem associados ao regime colonial. (Souto, 2007, pp.127-128).

Nas eleições para a Assembleia Legislativa de março de 1973, apesar das mudanças nas qualificações necessárias para o voto, que permitiriam o acesso às urnas a mais de um milhão de moçambicanos, pouco mais de cem mil o fizeram, dos quais cerca de um quarto eram de origem africana. (Hall & Young, 1997, 10-11) Vemos pela primeira vez uma presença significativa de indivíduos não brancos no órgão legislativo da colónia. A admissão de que estes eram os “autênticos representantes das populações” significava que o próprio regime tinha consciência que os brancos não poderiam representar os interesses do povo colonizado. Se havia elementos brancos na Assembleia Legislativa que tinham uma posição menos ortodoxa, era unicamente para defender os interesses da população branca, que também não apreciavam a centralização dos poderes na metrópole e a falta de participação que tinham na política ultramarina. (Souto, 2007, 130-131) No entanto, a presença multirracial neste órgão simbólico não era suficiente para satisfazer as vontades da população local.

Durante o Estado Novo, quanto à oposição política dentro da legalidade, esta só se podia verdadeiramente manifestar nas eleições para a Assembleia Nacional ou para a Presidência da República, em que o regime permitia as listas oposicionistas.

Neste contexto, a oposição política no território moçambicano exerceu alguma influência política, especialmente nos centros urbanos de Lourenço Marques e da Beira. É preciso ter em conta que as bases desta oposição tolerada eram brancos, maioritariamente advogados ou membros de outras profissões liberais, que por não estarem dependentes dos organismos públicos e por terem algum estatuto na colónia, não eram perseguidos ativamente pelo Estado (Pimenta, 2021a, pp.151-152).

### **PIDE/DGS em Moçambique**

Um dos instrumentos repressivos do poder colonial em Moçambique era, obviamente, a sua polícia política, a PIDE (que passou a DGS em novembro de 1969, sob o governo de Caetano). Um decreto-lei de dezembro de 1969 definia que a PIDE no Ultramar passava a ser constituída pelas delegações de Angola e de Moçambique, lideradas por um subdiretor, enquanto as outras províncias estavam a cargo de inspetores ou inspetores adjuntos. (Souto, 2007)

Sinal da centralização do sistema colonial português, a delegação da PIDE/DGS em Moçambique dependia diretamente da Direção Central em Lisboa, mesmo sendo

oficialmente uma estrutura civil ligada ao Governo da Província/Estado. Além disso, tinha uma ligação com as Forças Armadas — que lhe permitia estar informada sobre o que se passava a esse nível. (Souto, 2007)

A PIDE/DGS existia em Moçambique desde 1954, e a partir de 1960 houve um grande crescimento no quadro de pessoal, número de subdelegações e postos. Apesar disto, o quadro nunca foi preenchido. Na verdade, em 1974, de 1008 lugares do quadro, só estavam preenchidos 583. Nos lugares da direção e investigação, só estavam preenchidos cerca de 55%. (Mateus, 2011, p.35).

Devido à situação da guerra, as três colónias concentravam, juntas, mais de metade dos efetivos desta política. Na verdade, em 1974, 22% do total de efetivos da DGS estavam em Moçambique. (Mateus, 2011, p.40) Houve um reforço dos poderes da polícia política ao longo do tempo — “sinal claro de fraqueza do poder civil perante a situação política e militar (...) e o reflexo de uma política que, para se manter, exigia (...) maior repressão e maior violência” (Souto, 2007). A PIDE/DGS possuía autoridade na prisão, detenção, expulsão, realizava julgamentos secretos, sem qualquer controlo da autoridade judicial.

#### **1.4. Religião em Moçambique—instituições, missionários e comunidades**

A Igreja Católica, sob os termos da Concordata de 1940 e do Acordo Missionário de 1941, era oficialmente reconhecida como um agente civilizador no continente africano, e as suas atividades educativas privilegiadas pelo Estado português. Os bispos diocesanos igualavam o estatuto e o salário dos governadores de distrito.

Contudo, com o estalar da guerra colonial, agravaram-se os conflitos entre a Igreja Católica e o governo português; e também conflitos e divisões no seio da própria Igreja. Primeiro, os três principais movimentos de libertação (FRELIMO; MPLA; PAIGC) escreveram em 1969, uma carta aberta ao Simpósio dos Bispos Africanos, acusando a Igreja de apoiar a guerra. Isto resultou, mais tarde, em que o Papa Paulo VI recebesse os dirigentes desses movimentos, gesto que provocou um azedamento das relações entre o governo em Lisboa e a Igreja. O Vaticano fugiu à crise afirmando que tinha recebido aqueles líderes apenas enquanto cristãos. (Aniceto & Gomes, 2010)

Os conflitos no seio da Igreja intensificaram-se com o prosseguir da guerra, devido à sua violência, principalmente a partir de 1970 e da Operação Nó Górdio. Havia

duas fações principais, uma liderada pelo arcebispo de Lourenço Marques, D. Custódio Alvim Pereira, que se alinhava com o regime e defendia o domínio colonial português; outra, liderada por D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula, que condenava a repressão e violência perpetrada sobre a população africana, e estava mesmo pronto a defender a independência de Moçambique. Redigiu um documento—*Imperativo de Consciência*—assinado também pelos padres Combonianos, em que aceitava as reivindicações dos movimentos de libertação. Tal valeu-lhe a expulsão para a metrópole no Domingo de Páscoa de 1974, pela DGS. (Aniceto & Gomes, 2010).

Entre os missionários católicos em Moçambique, havia um número significativo de indivíduos provenientes de outras nacionalidades. Estes tinham menos lealdade e afinidade com o governo português e a sua propaganda. Foi um sacerdote inglês, o jesuíta Adrian Hastings, que levou o massacre de Wiriyamu ao *The Times*, com base em relatos dos missionários de Tete. (Aniceto & Gomes, 2010) A denúncia dos massacres de Mucumbura, pelos Padres do Macuti, também teve um grande impacto na imagem do regime colonial português. (Pimenta, 2018)

Além da importância da presença católica, também existia uma importante presença missionária protestante, com escolas missionárias geridas por anglicanos, metodistas americanos ou protestantes suíços. As autoridades portuguesas viam os protestantes com alguma suspeita, principalmente pelo seu encorajamento da literacia em línguas locais, quando na sua ótica a língua portuguesa era a única que deveria ser ensinada. As missões protestantes tiveram inclusive influência nos movimentos nacionalistas, especialmente a Igreja Presbiteriana Suíça. Eduardo Mondlane e outras figuras da FRELIMO tiveram na missão suíça a sua primeira educação. (Hall & Young, 1997)

Uma grande percentagem da população moçambicana era muçulmana. Dos anos 40 do século XX até a meados da guerra colonial, os muçulmanos eram considerados ameaçadores e difíceis de controlar; enquanto as populações “animistas” eram vistas como potenciais aliadas do regime colonial português (Machaqueiro, 2012). Tudo mudou nos anos 60, primeiro com uma viragem na atitude do Vaticano, e o foco no ecumenismo no Segundo Concílio. Ao mesmo tempo, as autoridades portuguesas viram-se obrigadas a mudar de estratégia por causa da evolução da guerra, focando-se em métodos “psicológicos” para atrair as populações. Nessa altura, o número de muçulmanos em Moçambique ultrapassava um milhão. A lógica por trás desta mudança era que se assumia

que os muçulmanos ficariam contra o regime marxista ‘ateu’ que a FRELIMO queria implementar. Por outro lado, os “animistas” eram agora vistos como possíveis alvos de recrutamento para os movimentos de libertação. (Machaqueiro, 2012)

Na visão portuguesa, o Islão em Moçambique dividia-se em duas principais categorias: o Islão negro/africano (descrito como “ignorante”, “superficial” e “sincrético”) e o Islão árabe/asiático (descrito como “verdadeiro” e “profundo”). O “Islão negro” era visto como mais influenciável pelas autoridades portuguesas, e que deveria ser usado como barreira contra os movimentos nacionalistas. (Machaqueiro, 2012).

Um dos indivíduos mais importantes na conceção da política do regime colonial português relativamente ao islão e às comunidades muçulmanas foi Fernando Amaro Monteiro. Adjunto dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM), entre 1965-1970, chefiou o Gabinete de Estudos destes serviços. Até ao final da guerra, manteve funções de consultoria enquanto investigador da Universidade de Lourenço Marques. Na visão de Monteiro, era possível explorar a heterodoxia de alguns segmentos do islão e explorar convergência entre eles e o Cristianismo português. Por exemplo, alguns muçulmanos mostravam devoção à Virgem Maria e aceitavam a verdade da Crucifixão, contrariamente ao registado no Corão (Machaqueiro, 2012).

Fernando Amaro Monteiro queria também implementar um centro islâmico em Moçambique — que deveria ser composto por figuras de prestígio escolhidas entre líderes islâmicos de raízes africanas. Este centro islâmico com apoio do regime iria reunir a liderança muçulmana moçambicana num único órgão, que as autoridades portuguesas poderiam então monitorizar devidamente. Além disso, através destes líderes, prevenir a exposição a ideias subversivas (anticoloniais), e separar os muçulmanos “africanos” dos “asiáticos”, prevenindo a influência e liderança destes últimos, que poderia ser usada contra o regime. No entanto, este projeto nunca se chegou a concretizar. (Machaqueiro, 2012)

Um dos indivíduos que surge com destaque nas tentativas de afirmação das comunidades muçulmanas e na sua ligação ao regime é Valy Mamede. Mamede era de origem indiana; a sua família tinha imigrado para Moçambique em finais do século XIX. Valy Mamede tinha ido para Lisboa em jovem, e aí, em 1968, fundou a Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL), juntamente com duas dezenas de muçulmanos sunitas. O seu objetivo era a difusão da cultura islâmica numa sociedade claramente dominada pelo cristianismo. (Machaqueiro, 2011). Valy Mamede tentou mesmo convencer o Ministro do

Ultramaria a dar ao CIL o estatuto de um centro islâmico com poder sobre todas as comunidades muçulmanas de Moçambique e da Guiné, um poder a ser usado em concordância com as políticas coloniais do Estado português (Machaqueiro, 2012). O projeto da criação de uma Universidade Islâmica, também sob a alçada de Mamede, nunca chegaria a ocorrer, devido ao facto de o regime o considerar uma potencial ameaça.

Isto apesar de Mamede ter trabalhado no Ministério do Ultramar, e se relacionar assiduamente com elementos do regime e da própria Igreja Católica. Mamede parecia estar dividido nas suas lealdades: de um lado, a lealdade ao Estado Novo e à política colonial oficial; do outro, a lealdade à sua fé, e ao projeto de tornar o Islão uma religião ao mesmo nível do Catolicismo. Claro que estas duas faces de Mamede nem sempre coexistiam pacificamente (Machaqueiro, 2011)

### **1.5. Os *media*: imprensa e rádio**

Os principais meios de comunicação em território moçambicano durante o Estado Novo eram, sem dúvida, a imprensa e a rádio. A história da imprensa moçambicana é uma história de progressiva repressão e domínio do Estado sobre os órgãos de informação, de modo direto ou indireto. O panorama, entre 1968 e 1974, era do domínio do regime sobre a imprensa.

O *Notícias*, um jornal diário fundado em 1926, passou a ser controlado pelo Estado em 1967 quando o Banco Nacional Ultramarino (BNU) se tornou o principal acionista do jornal. A *Tribuna*, fundada em 1962, tomou uma postura crítica em relação ao regime o que resultou na sua estatização em 1963, tornando-se propriedade do BNU. (Fonseca, 2014, 248 e 250)

Outro agente do domínio da imprensa foi o empresário e engenheiro Jorge Jardim. Na década de 70 ele controlava os seguintes periódicos: o *Notícias da Beira* (desde 1966); o *Diário de Moçambique* (desde 1969, e cujos exemplares foram destruídos por ordem de Jardim em 1971, cessando a sua publicação) e o *Voz Africana* (desde 1969). Outro dos periódicos simpatizantes ao regime era *O Brado Africano*, que se converteu no órgão de informação do partido único do regime em 1958, assim se mantendo até à Revolução. (Fonseca, 2014, p.250)

A *Voz de Moçambique*, fundada em 1959, teve uma renovação da equipa jornalística com elementos mais liberais em 1962, mas a censura constrangia os temas abordados. A revista *Tempo*, fundada em 1970 por jornalistas liberais saídos do *Notícias*,

conseguiu até 1972 publicar artigos sobre temas incómodos como “a liberdade de expressão, o feminismo, o analfabetismo e os conflitos de terra entre os colonos e os africanos”, mesmo que limitados pela censura. Nesse ano, a cláusula de independência editorial foi anulada, o que resultou num foco em temas menos polarizadores, como a modernização e o desenvolvimento. (Fonseca, 2014, 250)

Por outro lado, a rádio em Moçambique esteve desde o início dominada pela iniciativa privada, já que inicialmente não houve qualquer investimento da parte do Estado para estabelecer estações nas colónias. (Freitas, 2021, p.99)

No panorama radiofónico moçambicano, o principal elemento era o Rádio Clube de Moçambique (RCM)<sup>31</sup>, que iniciou atividades em 1933. Uma estação privada, rapidamente reuniu apoio das autoridades e se converteu numa das estações de rádio mais desenvolvidas, não só das colónias, como também do continente africano. (Ribeiro, 2014). Foi a primeira estação a desenvolver programação dedicada à população negra, incluindo nas línguas nativas. (Ribeiro, 2014).

Em 1962, foi criada a *Voz de Moçambique*, sob a alçada dos Serviços da Acção Psico-social. O objetivo d’A *Voz de Moçambique* era o de “fazer propaganda preventiva” para evitar que a Guerra Colonial se propagasse para o território moçambicano. Quando a guerra finalmente chegou a Moçambique, em 1964, a *Voz de Moçambique* tornou-se o principal meio de comunicação para fins propagandísticos (Freitas, 2021, 109-110). A partir de 1968, a *Voz de Moçambique* passou a “combater” contra a programação da *Voz da Frelimo*. (Freitas, 2021, 114).

---

<sup>31</sup> Além da RCM, também existiam a Emissora do Aeroclube da Beira, fundada em 1944 por Jorge Jardim, e a Rádio Pax, ativa desde 1954 sob a alçada da diocese da Beira. (Freitas, 2021, 108).

## **2. GUMO – Um projeto para “moçambicanizar Moçambique”**

O GUMO, enquanto associação/grupo/movimento/partido, possuiu um tempo de vida extremamente curto. Se usarmos a conversa de Máximo Dias com o Presidente do Conselho como seu ponto de partida oficial, no final de setembro de 1973, até à sua dissolução estrondosa após divergências irreconciliáveis entre o presidente e a vice-presidente, em julho de 1974, o seu tempo de existência nem sequer chega a um ano. Contudo, de todos os movimentos surgidos no pós-25 de abril, este é o grupo que ganha mais expressão mediática e que consegue reunir comícios surpreendentemente numerosos. Além disso, a sua formação no período pré-revolução indica o (re)ssurgimento de uma consciência política entre as elites não-brancas em Moçambique:

[this group] may prove to have no lasting significance, but it just might be an early sign of the emergence of new political consciousness among Africans who have chosen to cooperate with the Portuguese system in its new, and more actively multiracial, form. It is the first non-violent, specifically political, African movement inside Mozambique of which we have heard since the early 1960s.<sup>32</sup>

Apesar da sua fraca expressão popular, o GUMO surge como um caso de estudo de um período de charneira histórica. Outras questões – a relação mais ou menos próxima com algumas das autoridades portuguesas, incluindo membros do governo em Lisboa; e o envolvimento mais ou menos direto de Jorge Jardim, e como o GUMO se integrava (ou não) no seu projeto pessoal de independência para Moçambique.

### **2.1. Formação de um grupo**

Quando é que surgiu o GUMO? Esta questão é mais complexa do que aparenta ser ao início. A narrativa clássica da criação do GUMO coloca como baliza inicial o encontro de Máximo Dias com o Presidente do Conselho, Marcelo Caetano. Máximo Dias virá a ser o presidente do GUMO. Um advogado moçambicano, Dias era um dos membros da elite intelectual em Moçambique. Nascido a 26 de março de 1937, era natural de Pinda, no concelho de Morrumbala-Zambézia. Filho de João Manuel Nascimento Dias (goês) e

---

<sup>32</sup> African Group for Peaceful Independence, 19/09/1973 (US)

de Maria da Conceição Catija (mestiça, filha de branco), <sup>33</sup> formou-se em Direito em Lisboa, e depois concorreu ao quadro judicial do Ministério do Ultramar, tendo sido colocado como Conservador dos Registos da Comarca em Inhambane. Ficou nesse posto quatro anos, tendo depois aberto um escritório de advocacia<sup>34</sup>. O seu pai era um homem com relevo na sociedade civil, tendo fundado a Associação Africana de Manica e Sofala.

35

Dia 23 de setembro de 1973, Máximo Dias reuniu com Marcelo Caetano, do qual tinha sido aluno na Faculdade de Direito. Ao reunir-se com Caetano, exige ser recebido, não como ex-aluno, mas como político:

“(...) estava na Metrópole a passar férias aproveitando, segundo tem referido para os seus amigos, para se avistar com Sua Ex<sup>a</sup>. Presidente do Conselho de Ministros, Professor Dr. Marcelo Caetano, ao qual explicara que o panorama político-militar de Moçambique estava a caminhar para uma derrocada pelo que, em conjunto com um grupo de 50 indivíduos de boa vontade, pretendia fundar um partido político multirracial com vista à independência de Moçambique por meios pacíficos, de modo a Portugal poder retirar-se desta guerra com alguma honra”<sup>36</sup>

Máximo Dias, além de ter enviado uma carta diretamente a Caetano, escreveu a Baltazar Rebelo de Sousa, pedindo para que este intercedesse junto do Presidente do Conselho para que Máximo Dias pudesse expor junto dele o seu projeto político. Na altura, Baltazar não tinha um cargo relacionado com o Ultramar, sendo Ministro das Corporações, mas o seu histórico em Moçambique enquanto Governador-Geral deve ter sido suficiente para Dias calcular que este estaria recetivo às suas ideias. Rebelo de Sousa deu contas a Caetano:

Ainda a este propósito, atrevo-me a falar a Vossa Senhoria de uma carta de um tal Máximo que ele deveria nos ter entregue. Esclareço que se trata de um jovem advogado preto da Beira, aluno de Vossa Senhoria, contemporâneo do Marcelo Nuno. Está bem lançado na advocacia, parece admirar e dedicado a Vossa Senhoria e é hoje leader de um numeroso grupo de pretos e brancos evoluídos, interessados de participação social e política, no

---

<sup>33</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225

<sup>34</sup> Processo 5173/73-SR, NT 4127

<sup>35</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>36</sup> Processo 5173/73-SR, NT 4127

rumo da autonomia local oficialmente delineado. Mas é fortemente anti-Kaúlza e anti-Jardim e anti-promoção do preto só por ser preto. (Sousa *in* Dionísio, 2023)

Baltazar sublinhou o facto de Dias ter sido aluno de Caetano, e além disso ter sido contemporâneo de Marcelo Nuno [Rebello de Sousa] nos seus estudos. Baltazar descreve-o como “*leader* de um numeroso grupo de pretos e brancos evoluídos”, enquadrado na “autonomia local” que era a retórica oficial do Governo central na época. Destacou o facto de Dias ser contra Kaúlza de Arriaga e Jorge Jardim. Mas também era “anti-promoção do preto só por ser preto”, uma linha que era ecoada por Joana Simião, como veremos. A ideia de que a população negra tinha de facto de ser promovida socialmente era sempre enquadrada pela ideia de que esta promoção tinha de ser “merecida”. Ou seja, que os negros só poderiam ascender a esses cargos por “mérito” (o que demonstra uma certa parcialidade a favor daqueles que, como Máximo Dias, estudaram na universidade e fazem parte de uma população letrada, ou como diria Rebello de Sousa, “evoluída”).

Marcelo Caetano teria afirmado que estava disposto a aceitar uma derrota militar, mas nunca uma derrota política. Não “aprovou nem desaprovou” o plano de Máximo Dias, “limitando-se a encolher os ombros e dizer-lhe que não podia autorizar-lhe o solicitado, mas que, dentro da legalidade, pusesse, se quisesse, o seu plano em prática”<sup>37</sup>. Daí surgiu a ideia de constituir uma associação cívica, já que estas eram legais no Estado Novo.

A outra figura que formava o núcleo duro do GUMO, de tal forma emblemática que obscurece o próprio líder, era a vice-presidente do movimento, Joana Simião. Quando é que Joana Simião se associou a Máximo Dias?

A verdade é que, alguns dias antes da reunião de Dias e Caetano, precisamente dia 19 de setembro, Joana Simião entregou uma nota assinada por Aníbal Oliveira, um alferes negro dos GEP, ao consulado norte-americano, apresentando-se como membro de um grupo político clandestino:

“(…) a clandestine African organization calling itself group for the pacific solution of the Mozambican problem, which claims to be working, peacefully and "within system", for ultimate Mozambican independence, by pressing for accelerated African participation and

---

<sup>37</sup> Processo 5173/73-SR, NT 4127

activity in all levels of government. (...) Group thus wishes to mobilize people by "using legality to penetrate the state structure"<sup>38</sup>

Como afirma o telegrama do consulado, o grupo teria sido formado em fevereiro desse ano, sendo liderado por Aníbal Oliveira. Incluiria cerca de 30 membros, incluindo indivíduos de Lourenço Marques, Beira e Nampula.

O grupo estava aberto a indivíduos de todas as etnias, e tinha como um dos objetivos a participação nas eleições locais. Joana Simião é nomeada como a representante plenipotenciária junto dos órgãos diplomáticos.

Isto faz-nos compreender que uma versão embrionária do GUMO<sup>39</sup> existira pelo menos desde fevereiro de 1973. Inicialmente, o consulado americano parecia confuso com a existência destas duas figuras, postulando que Máximo Dias e Joana Simião pertenceriam a grupos separados. É verdade que, ao início, poderiam estar a agir separadamente, sendo a união feita apenas após o regresso de Dias a Moçambique.

Uma nota interessante é a do modo de angariação de membros para este grupo clandestino: "largely by word of mouth among former schoolmates". Máximo Dias e Joana Simião, nascidos ambos no mesmo ano, em 1937, estudaram na Faculdade de Direito de Lisboa.<sup>40</sup> Seria de calcular que ambos o tivessem feito nos mesmos anos. Mesmo que não se tivessem cruzado, Simião e Dias tinham este ponto em comum, tendo estudado na mesma "casa". Não existem, no entanto, evidências concretas que provem esta hipótese.

O consulado ficou com uma boa impressão de Simião – "articulada, segura de si, inteligente", e compararam a sua posição à de Miguel Murupa, postulando que o seu estatuto de recuperada lhe pode dar vantagens na obtenção dos seus objetivos políticos<sup>41</sup>.

Em outubro, Simião apresentou ao vice-cônsul MacDougall uma listagem de nomes e cargos do GUMO. E é aí que surgia Máximo Dias como presidente, em substituição de Aníbal Oliveira. Oliveira era um alferes dos GEP e a sua posição no exército não se coadunava com um cargo de presidência que exigia tempo e autonomia. Dias passou a ser a escolha ideal. Como vice-presidente, surgia não um, mas dois nomes:

---

<sup>38</sup> African Group for Peaceful Independence, 19/09/1973 (US)

<sup>39</sup> Que os americanos apelidam de Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem (GPSMP).

<sup>40</sup> Embora Simião tenha começado os seus estudos em Direito em Coimbra, tendo lá concluído um ano. Mudou-se depois para Lisboa, onde continuou os seus estudos.

<sup>41</sup> African Group for Peaceful Independence, 19/09/1973, LOUREN 00630 191230Z (US)

Joana Simião e William<sup>42</sup> Pott. William Pott era um advogado, e tinha estado envolvido na oposição democrática nos anos 50 e 60. (Pimenta, 2018).

Os outros membros eram Oliveira, já sem a posição de líder, e Cassamo Daúde<sup>43</sup>. Daúde era o ex-Presidente da Associação Afro-Maometana, presidente do Grupo Desportivo Beira-Mar<sup>44</sup>, estando associado ao Sindicato dos Profissionais da Estiva, sendo considerado um líder entre estes trabalhadores. (Couto, 2011, 226),<sup>45</sup>

Simião recontou também o modo como Máximo Dias conseguiu a acima descrita reunião com Caetano, o que parece dar a indicar que Dias já se tinha juntado ao grupo antes da reunião com o Presidente do Conselho. A reunião com Caetano foi feita com a intervenção de Pinto Balsemão e do filho de Baltazar Rebelo de Sousa:

“Maximo Dias—After contacting British, French, Italian, German and Danish embassies in Lisbon (US Embassy contact not mentioned) succeeded in arranging interview with prime minister Caetano, through intervention by editor Balsemão of expresso weekly and by son of minister Baltasar de Sousa. Caetano received Dias for almost two hours, apparently sympathetically. He suggested that Dias form “cultural organization” like SEDES in Portugal; Dias said this would make group seem to be Portuguese stooges”<sup>46</sup>

Em resposta à sugestão de formar uma organização cultural, Dias respondeu que isso faria o grupo parecer fantoches controlados por Portugal. Caetano prometeu contactar o Governador-Geral de Moçambique, no sentido de este conceder uma audiência a Máximo Dias para este discutir a formação de um grupo que, obviamente, não podia ser político.

Esta prometida reunião com o Governador-Geral revelou-se complexa. Em finais de outubro, Máximo Dias ainda não tinha sido recebido. O grupo decidiu aguardar até às eleições para a Assembleia Nacional (28 de outubro), e se por essa data ainda não

---

<sup>42</sup> Surge também como Willem/Wilhelm.

<sup>43</sup> “Cassamo Daude, casado, vigia do Cais de Lourenço Marques, nascido a 18.2.1918, em Magudo, filho de Daude Carimo e de Mariamo Fátima e residente em Lourenço Marques” (PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2)

<sup>44</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>45</sup> Further Information on African Group for Peaceful Independence, 16/10/1973 (US)

<sup>46</sup> Further Information on African Group for Peaceful Independence, 16/10/1973 (US)

tivessem recebido um convite do Governador, Dias e outros três membros iriam a Lisboa tentar outra audiência com o Presidente do Conselho.<sup>47</sup>

A verdade é que Máximo Dias só conseguiu audiência com o Governador-Geral a 6 de novembro, embora o governador ainda não tivesse recebido mensagem de Marcelo Caetano. O objetivo era obter permissão para realizar um congresso na Beira, que seria a primeira oportunidade de tornar os objetivos do grupo públicos<sup>48</sup>.

O consulado francês expressou a opinião de que a situação não estava ainda “madura” para uma organização como o GUMO poder vingar—e que Caetano estava numa posição demasiado periclitante para aceitar as suas propostas, devido à influência dos setores de extrema-direita. Por outro lado, os americanos pensam que é possível que Caetano compreendesse que a cooperação com tais grupos providenciaria um modo de manter a influência portuguesa nas colónias, mais do que a repressão. O apoio encoberto das autoridades portuguesas não poderia ser descartado.<sup>49</sup>

Em relação aos seus líderes, Joana Simião é descrita do seguinte modo: “As only university educated, politically conscious, nationalistic Mozambican woman to appear on scene, (...), Dr. Simiao is obviously someone to watch. She is aggressive and dynamic, but perhaps too much in a hurry to be able to work within a range of activities acceptable to Portuguese authorities.”<sup>50</sup> Por outro lado, Dias é descrito como “agradável, inteligente, sincero”, mas “pouco sofisticado” do ponto de vista político. Simião é descrita como “abrasiva” e “conspiratória”.<sup>51</sup>

Um dos objetivos iniciais do grupo era obter uma audiência na ONU para contrariar influência da FRELIMO,<sup>52</sup> e se Portugal não o permitisse esperava obter assistência de outro país do Ocidente que visse o GUMO com simpatia (talvez os próprios americanos?)<sup>53</sup>.

---

<sup>47</sup> Further News about Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem (GPSMP), 25/10/1973 (US)

<sup>48</sup> Meeting with President of Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem (GPSMP), 06/11/1973 (US)

<sup>49</sup> Further News about Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem (GPSMP), 25/10/1973 (US)

<sup>50</sup> Further News about Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem (GPSMP), 25/10/1973 (US)

<sup>51</sup> Meeting with President of Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem (GPSMP), 06/11/1973 (US)

<sup>52</sup> Further Information on African Group for Peaceful Independence, 16/10/1973 (US)

<sup>53</sup> Further Information on African Group for Peaceful Independence, 16/10/1973 (US)

Simião planeava também usar as suas ligações à Igreja Católica para obter apoio do Vaticano e esperava contactar o delegado apostólico em Paris. Também queria dar a conhecer o GUMO a outros líderes africanos. Através do cônsul francês em Lourenço Marques, procurava uma audiência com o Presidente Senghor, do Senegal. Procurava também contactos com o presidente nigeriano.<sup>54</sup>

Além de fornecer estas informações, Joana Simião informou o consulado que se iria encontrar com Jorge Jardim no dia 20, para “procurar o seu apoio”<sup>55</sup>. Sabemos que o próprio consulado americano ouviu falar de Simião em primeiro lugar através dele.<sup>56</sup>

Jorge Pereira Jardim, nascido em Portugal, mas residente na Beira desde o ano de 1952, teve um papel preponderante na história de Moçambique. Era um homem com poder e considerável influência política, económica, militar, diplomática. Colaborou com a PIDE, mas nunca foi agente desta polícia, e chegou a ser espiado por ela. Desempenhou vários papéis, primeiro ao serviço do regime, mas mais tarde distanciando-se deste ligeiramente, especialmente em relação à política colonial do final do marcelismo. Durante o governo de Salazar, era o seu principal informador sobre a situação moçambicana, mantendo uma correspondência assídua com o mesmo. Em 1964, é nomeado cônsul do Malawi, pelo presidente do recém-independente Malawi, Hastings Kamuzu Banda. (Couto, 2011)

Quando Marcelo Caetano se tornou Presidente do Conselho, a relação de Jardim com o governo da metrópole mudou, tornando-se mais distante. (Couto, 2011) Era amigo íntimo de Baltazar Rebelo de Sousa, desde os anos 30, e o seu relacionamento continua amigável pelo menos até ao ano de 1970. (Sousa, 1999). No entanto, a paulatina concentração de poderes nas mãos de Jardim e o seu afastamento da ortodoxia colonial do regime levaram ao seu afastamento.

Jardim, além de controlar o *Notícias da Beira*, desde 1966 (cf. Capítulo 1), ter contactos com a estrutura militar e a DGS, teve um papel fundamental na criação dos Grupos Especiais (GE) e Grupos Especiais Para-quedistas (GEP). O campo de treino dos GEP foi instalado no Dondo, perto da casa de Jardim. (Antunes) Tudo isto se inseria numa estratégia de africanização da guerra, com o uso de elementos locais em detrimento de homens trazidos da metrópole.

---

<sup>54</sup> Further News about Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem, 25/10/1973 (US)

<sup>55</sup> Further Information on African Group for Peaceful Independence, 16/10/1973 (US)

<sup>56</sup> African Group for Peaceful Independence, 19/09/1973 (US)

Jardim teve um papel central no panorama político moçambicano deste período transicional de 1973-1974, nomeadamente na realização do “Programa de Lusaka”. A primeira versão deste programa é entregue por Kaunda, o presidente da Zâmbia, a Jardim no verão de 1973. Essencialmente, era uma proposta para “desbloquear os conflitos” nas três colónias, e assumia como inevitável a independência dos territórios. (Antunes, 1996) Jardim queria trabalhar num acordo com os “negros em Moçambique”, mas não queria uma negociação direta com a FRELIMO, com receio de ir contra o governo ao qual guardava lealdade. As visitas de Jorge Jardim à Zâmbia terminaram em outubro de 1973, sem nunca Jardim se ter encontrado com uma delegação da FRELIMO. (Couto, 2011) Este era o ponto de situação dos planos de Jardim, aquando da sua reunião com Simião em finais de outubro.

Simião conversou com Jorge Jardim a 22 de outubro. Dessa primeira reunião resultou uma carta “muito secreta” que Simião entregou em mão ao consulado americano. A carta descrevia em termos breves a reunião de Máximo Dias com Caetano, e o facto de que até à data não tinha conseguido reunir com o Governador Geral. Descrevia também a conversa com Jorge Jardim, em que reviram “todo o panorama político Moçambicano”:

Jardim said his overt presence in GPSMP would be prejudicial (letter not clear whether to himself or to group). Simiao replied that they could establish areas of collaboration with clearly established limits, at which Jardim expressed concurrence and said he would tell Simiao on October 25 the area in which he would like to work with the group.<sup>57</sup>

Jardim afirmou que a sua presença direta no GUMO seria prejudicial, e concordou em colaborar com o grupo dentro de certos limites, dizendo-lhe que a iria informar de quais no dia 25. Aproveita esta pausa para ir falar com Domingos Arouca<sup>58</sup>. Domingos Arouca era à data um ex-presos político. Em 1965, foi acusado de pertencer à FRELIMO por presidir a um centro associativo nos quais vários membros deste movimento se reuniam. Saiu da prisão de Peniche a 16 de junho de 1973 e regressou a Moçambique. (Peixoto & Meneses, 2013). Apesar de estar em liberdade, a DGS continua a vigiá-lo.

Estes contactos com Arouca não deixaram Simião satisfeita — ela acreditava que Jardim estava a jogar um jogo duplo, e que o empresário tinha dito a Dias que ela era

---

<sup>57</sup> R 261458Z OCT 73

<sup>58</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-1 ; PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

suspeita. Ela suspeitava que tanto Jardim como Arouca estavam a trabalhar para os seus próprios fins: Jardim, esperando usar Arouca, Murupa e outros desertores da FRELIMO para formar um governo tipo UDI liderado por negros em que ele e outros brancos controlariam tudo nos bastidores; Arouca, procurando catapultar-se para uma posição de liderança.<sup>59</sup>

Simião e Dias destacaram também que a influência de Jardim estava a diminuir: já não tinha o apoio de Champalimaud, e tinha perdido o apoio da Igreja Católica devido ao seu processo contra os padres do Macúti. No entanto, os seus laços de proximidade com a DGS permitiam-lhe aceder facilmente aos desertores e “recuperados”<sup>60</sup>.

Mais tarde, a própria delegação moçambicana da DGS teceu dúvidas sobre a relação entre Simião e Jardim: “Ligações com o Eng<sup>o</sup> Jorge Jardim, que não sabemos verdadeiramente como se encontram, dado que se queixa amargamente dele e o acusa de proteger politicamente o Dr. Murupa, negro, em que ela afirma não acreditar”<sup>61</sup>.

Qual era, então, o papel de Jardim no GUMO? Segundo um relatório da DGS, este empresário moçambicano, (...), seria um “orientador e impulsionador do partido”<sup>62</sup>. Segundo Freire Antunes – “Silva Pais teve conhecimento da paternidade de JJ sobre o GUMO”. Contudo, até que ponto é que esta *paternidade* é verídica? Qual é de facto a influência de Jardim sobre a criação e as atividades deste grupo?

Mas também se levantam outras questões acerca do papel e da influência de Joana Simião neste grupo. Afinal, ela esteve presente desde que o GUMO tinha outro presidente, e desde os seus primórdios possivelmente desde o início de 1973. Ela era, no fundo, o vértice unificador deste grupo. Para responder a estas questões teremos de voltar atrás, ao percurso desta figura que definiu os rumos do GUMO, e do movimento que lhe sucedeu.

## **2.2. Joana Simião: A (im)possibilidade de uma líder**

Porque é que Joana Simião não começou por ser a Presidente do GUMO, aquando da sua formação em 1973? Simião iniciou a sua atividade política em Moçambique ainda antes da formação oficial do GUMO, foi ela que assumiu intenções de trabalhar “dentro

---

<sup>59</sup>R 061416Z NOV 73

<sup>60</sup> R 061416Z NOV 73

<sup>61</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>62</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

do sistema” e de usar a posição de Jardim para lançar as suas próprias atividades. Nas fontes, aparece mais o nome de Simião do que o de Dias. Os seus contactos, as suas viagens, a sua presença mediática—ela toma, desde o início, uma posição de primazia, mesmo que a nível hierárquico seja apenas a segunda. A todos os níveis, Simião age como uma líder de um movimento. Então, porque é que não o era?

É possível que uma das explicações seja o seguinte: Simião era uma mulher. Nos inícios do GUMO, o primeiro líder não é Dias. A posição de presidente, e quem a ocupava, não parecia ser tão essencial como a presença de Simião no partido, pelo seu estatuto de “recuperada”, pelas suas ligações com Jardim, pelos seus contactos.

Além da influência da sociedade colonial e patriarcal, em que a mulher é acima de tudo reservada ao lar, a ser mãe e esposa, não podemos esquecer as origens étnicas de Simião, essas mesmas origens que ela vai tentar alavancar para ganhar influência no panorama político. Simião pertencia ao grupo etnolinguístico dos macuas.

Macua é um nome dado a um grupo etnolinguístico, muitas vezes agrupado com o dos lómuès. Constituem o maior grupo linguístico em Moçambique. Em 1980, 26,7% da população moçambicana tinha como língua materna uma variante do emakhuwa (Medeiros, 2007). Tradicionalmente, o território macua (e lómuè) é limitado a este pelo Oceano Índico, a oeste pela fronteira do Malawi, a norte pelo rio Messalo e a sul pelo rio Lualua. O território da margem esquerda do rio Zambeze já tinha feito parte do território cultural macua, mas houve um deslocamento para norte do mesmo (Medeiros, 2007) (cf. Mapa 3). Estas etnias, longe de estáticas, tinham-se formado através de “migrações, povoamentos e contactos de culturas, incluindo as preexistentes sociedades de caçadores-colectores” (Medeiros, 2007), dos quais são originárias todas as etnias do norte de moçambique.

É preciso ter em conta que a palavra macua só a partir da segunda metade do século XX passou a ter uma conotação étnica. Antigamente, macua era um termo usado para designar todos os povos do Norte de Moçambique, agrupando vários grupos étnicos e linguísticos. Como alerta Medeiros, “muitos elementos culturais são comuns aos vários grupos do Norte de Moçambique e, como tal, as diferenças linguísticas não são tão significativas no quotidiano das populações como foi muitas vezes imaginado na época colonial e pós-colonial” (Medeiros, 2007).

A sociedade macua-lómuè é uma sociedade matrilinear, o que significa que os agrupamentos de linhagem e de clãs se fazem em relação à linha feminina:

“A matrilinearidade macua-lómuè era constituída por um conjunto variável de pequenas unidades uterinas, tantas quantas as do grupo de irmãs casadas e com filhos, todos nascidos de uma mãe comum, que era reconhecida e invocada até à sétima geração” (Medeiros, 2007).

Matrilinear não é sinónimo de *matriarcal* já que a autoridade política continuava a residir num homem, o chefe de linhagem (*mwene*). Apesar de tudo, havia sempre uma mulher “grande” associada ao *mwene*, a *pwiamwene*, que podia ser irmã ou sobrinha do *mwene*. Ela era o “ventre” da qual originava a linhagem, “era também a herdeira e a detentora da ancestralidade do clã [e] o elo de ligação entre os vivos e os mortos” (Medeiros, 2007). Tinha um estatuto bastante elevado na sociedade macua, e uma grande independência. É óbvio que o regime colonial exerce a sua influência, primeiro porque a economia colonial enfatiza o núcleo doméstico restrito enquanto célula de produção. (Medeiros, 2007)

O próprio consulado americano, no período pós-25 de Abril, fala do género de Simião como o seu maior *handicap*, dizendo que era motivo de rejeição entre os macuas:

“[N]ot being male may be her biggest handicap among both Portuguese and Africans (ConGen [Consulate General] contact who recently made random sampling of educated Macua opinion found considerable anti-Frelimo sentiment, but even greater objection to Simiao).<sup>63</sup>

O conjunto destas duas matrizes significa que, nesta época, qualquer mulher que se queira afirmar no panorama político moçambicano vai ter a sua vida muito dificultada. Para melhor justificar as minhas afirmações sobre a importância desta figura, apresento de seguida um resumo do percurso pessoal e político de Simião até 1973.

### **Antecedentes**

---

<sup>63</sup> Progress of Mozambique Political Groups, 27/06/1974 (US)

Joana Francisca Fonseca Simião<sup>64</sup> (também Yvette<sup>65</sup> Tshilenge), filha de José Luís Simião e Leopoldina Rebelo Fonseca Simião, nasceu em Nampula, Moçambique, a 4 de novembro de 1937. Destes anos da sua infância e adolescência, Joana relata episódios que testemunhou que constituíram a sua “primeira revolta política”, como os abusos físicos perpetrados contra negros e a discriminação que ela e a irmã (sofreram por parte das freiras num colégio em que ingressaram após o ensino primário. A admissão neste colégio de freiras tinha sido conseguida pelo facto de o pai de Joana ser, na altura, motorista do bispo de Nampula. Prosseguiu os estudos em Coimbra, no Colégio de Santa Cruz, para onde terá ido cerca de 1952<sup>66</sup>. A própria Joana Simião referiu em entrevista que esta entrada se deveu a “umas facilidades que obtivemos através do Ministério do Ultramar”. (Amaro, 1974)

No sexto e sétimo anos de liceu, Joana Simião tomou contacto com muitas obras políticas, e em 1958, redige o seu primeiro artigo desta natureza, n’*A Voz de Moçambique* (órgão da Associação dos Naturais de Moçambique). Fez parte da Casa dos Estudantes do Império<sup>67</sup>.

Ainda realizou um ano do curso de Direito em Coimbra, mas decidiu prosseguir os seus estudos em Lisboa, indo para esta cidade em 1960. Já em Lisboa, empregou-se no Ministério do Ultramar como arquivista/datilógrafa através do seu contacto com Adriano Moreira, do qual seria “amiga pessoal”.<sup>68</sup>

Em meados de novembro de 1961, Joana Simião fez um pedido de passaporte. A PIDE requereu que ela se apresentasse para prestar declarações, mas ela não compareceu, dado já se encontrar asilada na Embaixada da Venezuela, onde iria ficar até março de 1963. Numa carta a Eduardo Mondlane referiu como motivo para o asilo o seu receio de que a PIDE a interrogasse acerca da fuga de estudantes de 1961, na qual a sua irmã tinha participado.<sup>69</sup>

---

<sup>64</sup> Nalguns documentos (ex. passaporte), o apelido de Joana apresenta-se escrito “Simeão”. No entanto, nas suas cartas pessoais e documentos privados, Joana escreve o seu apelido como “Simião”. Há outras ocasiões em que o apelido é grafado “Semião”. Devido a esta discrepância, optei por usar a grafia utilizada pela própria.

<sup>65</sup> Nos documentos da DGS, tanto usam “Yvette” como “Ivette”. O nome Tshilenge também aparece grafado de diversas maneiras.

<sup>66</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>67</sup> Fichas de inscrição disponíveis em <https://www.uccla.pt/listagem-dos-associados-da-casa-dos-estudantes-do-imperio-existent-na-torre-do-tombo-em-lisboa>.

<sup>68</sup> PT-TT-PIDE-SC-SR-646-61

<sup>69</sup> PT-TT-PIDE-SC-SR-646-61; PT-TT-PIDE-SC-520CI2

A sua saída da Embaixada da Venezuela foi motivada por uma discussão com outro asilado.<sup>70</sup> Simião tentou fugir do país, mas é interceptada e interrogada pela PIDE. É subsequentemente libertada. Após este acontecimento, Joana Simião empregou-se como secretária da direção na Sonap-Cidla. A PIDE detinha material pertencente a Simião (cartas, poemas) com conteúdo claramente subversivo, e Simião defendia de modo bastante claro os movimentos de libertação, equiparando a sua ação à dos portugueses quando derrubaram a dinastia Filipina, retomando a independência de Portugal.<sup>71</sup>

Apesar de todos estes comportamentos suspeitos do ponto de vista da PIDE, depositou um pedido de passaporte para Espanha, legalmente, no Governo Civil, que lhe foi deferido. Isto apesar de a PIDE lhe ter supostamente proibido a saída do país. Partiu para Madrid em outubro de 1964, onde pede auxílio à Embaixada da Argélia. A embaixada contactou o governo, que por sua vez contactou a FRELIMO. Joana Simião seguiu para Argel, onde se encontra com Pascoal Mucumbi, um dos seus contactos feitos na sua visita a Moçambique em agosto de 1961, e tornou-se datilógrafa da FRELIMO. Mais tarde, caracterizará a sua filiação na FRELIMO como um “acidente de recurso”. Simião afirmou em declarações à PIDE que se desligou da FRELIMO em 1968 por “divergência políticas”<sup>72</sup>. Nesta altura, encontrava-se já em Paris (para onde se mudou em 1966, com o marido).

Nesta cidade, envolveu-se politicamente, nomeadamente com movimentos cristãos, sendo nomeada secretária-geral da Associação de Estudantes Protestantes em França. Em 1969, formou a organização *Jeunes Femmes Africaines*, subordinada à Igreja Católica, com o objetivo de ajudar mulheres africanas, solteiras, que chegavam a Paris e caíam na prostituição. Terá sido também nesta altura da sua permanência em Paris que Simião se tornou membro da *Women's International League for Peace and Freedom* (WILPF)<sup>73</sup>

A WILPF teve as suas origens no Congresso Internacional de Mulheres, realizado como em 1915 como um protesto contra a guerra que deflagrava então na Europa. A ideologia base da WILPF era o internacionalismo liberal, que defende a existência de estruturas supranacionais e organizações internacionais. A violência deveria ser usada apenas em último recurso, sendo favorecidos a diplomacia e o multilateralismo. A lei e o

---

<sup>70</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2; PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>71</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2; PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2; PT-TT-PIDE-SC-SR-646-61

<sup>72</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2; PT-TT-PIDE-SC-520CI

<sup>73</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

comércio internacionais são vistos como os dois grandes motores do progresso. (Bell, 2016).

Esta organização era constituída por mulheres de diferentes ideologias políticas, com a crença unificadora de que a guerra deveria ser eliminada e de que a justiça social e o desenvolvimento económico faziam parte de um sistema de paz. (Confortini, 2012).

A WILPF envolveu-se com a questão da descolonização, havendo uma exponencial divisão no seio da organização – entre aquelas que apoiavam um processo gradual de descolonização e aquelas que defendiam a retirada imediata do poder colonial.<sup>74</sup> É então neste contexto de divisão institucional que Joana Simião se junta à WILPF. Mais tarde, aquando da formação do GUMO, Simião vai, precisamente, defender a descolonização gradual, e defender os métodos pacíficos em vez de táticas mais violentas.

Em junho de 1970, fez uma viagem a Kinshasa pela *Jeunes Femmes Africaines*, mas também por motivos pessoais, para visitar a família do marido. Em Kinshasa, travou conhecimento com Holden Roberto, que por sua vez lhe pediu para ir a Lusaka contactar com Paulo José Gumane, líder do COREMO. Joana Simião aproveitou a oportunidade para se contactar com mais figuras da política moçambicana. Simião chegou à capital da Zâmbia com uma carta de recomendação para o Presidente do COREMO. Nesta cidade, deu também uma conferência de imprensa enquanto presidente das *Jeunes Femmes Africaines*.<sup>75</sup>

Antes de regressar a Kinshasa, Gumane convidou-a a entrar no COREMO. Ela aceitou e tornou-se chefe de missão do COREMO na Europa. Mais tarde, Joana Simião irá retratar o seu tempo no COREMO de forma bastante negativa. Já no seio da COREMO, Simião faz algumas viagens pela Europa, integradas nas suas atividades junto de associações cristãs e de mulheres: foi a Londres a uma reunião da Pax Christi e a Estocolmo à secção sueca da WILPF.<sup>76</sup>

O evento que precipitou a saída de Joana Simião do COREMO foi o rapto e morte de um grupo de indivíduos dos serviços agrícolas do Gabinete do Plano de Obras de Aproveitamento do Zambeze, em janeiro de 1971.<sup>77</sup> Estes, após terem sido levados para

---

<sup>74</sup> No final dos anos 60, chegou-se a um consenso pelo apoio das lutas pela independência, o que levou a uma resolução passada em 1971.

<sup>75</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2; PT-TT-PIDE-SC-520CI2.

<sup>76</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>77</sup> Raptada e internada na Zâmbia uma Brigada de Estudos de Moçambique. (1971, 5 março). *Diário de Lisboa*, pp. 1 e 19; O crime do procurador da República. (1971, 1 junho). *Época*.

Lusaka, foram executados pelo COREMO. Simião entregou uma carta ao enviado da Cruz Vermelha exigindo-lhe um resgate e passagens de avião para Paris, talvez sabendo do destino dos prisioneiros e querendo uma fuga fácil.<sup>78</sup>

O Secretário-Geral da COREMO informou a Cruz Vermelha que a oferta de resgate era falsa. Joana Simião fugiu de avião para Paris dia 27 de fevereiro de 1971. O seu medo de retaliação por parte do COREMO levou-a a “entregar-se” na Embaixada de Portugal em Paris. Ela fê-lo, facultando informações sobre o caso dos portugueses raptados pelo COREMO.<sup>79</sup>

Simião fez um resumo das suas atividades, do seu papel na FRELIMO, da sua ação como presidente da *Jeunes Femmes Africaines*. Informou a DGS de um suposto ataque que a COREMO estava a planear à barragem de Cahora Bassa. Expressou o desejo de ir trabalhar para Moçambique, “podendo fazer qualquer trabalho de recuperação e contra-propaganda, quer através da rádio (diz falar várias línguas), reuniões ou o que lhe for designado”.<sup>80</sup> Estas declarações de Simião foram transmitidas tanto ao Ministro da Defesa, ao Ministro do Ultramar e também a Marcelo Caetano, o que demonstra a importância deste tipo de elementos “recuperados” para o governo central.

Em abril de 1971, Joana Simião foi para a Beira, Moçambique. A DGS solicitou a Jorge Jardim para que Joana Simião ficasse alojada na sua casa de hóspedes, no bairro privativo da Luselite, no Dondo. É aqui que se iniciou a estranha “aliança” entre Joana Simião e Jorge Jardim.

É curioso que o nome de Joana Simião se encontre totalmente ausente do registo memorialístico de Jorge Jardim, *Moçambique, Terra Queimada*, publicado em 1976. É difícil de acreditar que seja um lapso de memória. Por outro lado, o nome de Domingos Arouca é mencionado claramente. A diferença entre Simião e Arouca é que este último não foi preso e assassinado pela FRELIMO. Claro que qualquer registo deste tipo não é uma visão objetiva dos acontecimentos. A ausência de Joana Simião e o silêncio que paira sobre o seu nome é talvez, sinal de um desejo de Jardim de se distanciar do destino trágico de Simião. Numa carta a Tudela, em janeiro de 1974, afirmava:

“Nesta guerra que nos é imposta, e que temos de conduzir friamente, não podemos orientar-nos por emoções pessoais. No entanto tenho muita pena da Joana, até porque

---

<sup>78</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>79</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2; PT-TT-PIDE-SC-CI(2)-12628)

<sup>80</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

poucas dúvidas me restam sobre a vingança que sobre ela os antigos camaradas exercerão. Será mais um elemento para o martirólogo de Moçambique. Honra lhe seja” (Jorge Jardim a Tudela, 5 janeiro 74).(Antunes, 1996)

Enquanto se encontra na residência do Dondo, Simião agiu de um modo confuso para a DGS, “que se viu na necessidade de despender um extraordinário esforço em pessoal e viaturas para assegurar uma vigilância permanente, mesmo nocturna”.<sup>81</sup>

Teve comportamentos que a DGS conotou como “agressividade”, “confusão” e “angústia”, fazendo declarações contra a DGS, e afirmando a sua “solução pacífica” para o problema moçambicano:

“Maior autonomia e mais cargos de Governo para os brancos e negros de Moçambique. O número de deputados à Assembleia Nacional devia ser aumentado de forma a traduzirem junto do Governo as verdadeiras aspirações das populações brancas e negras e não só das brancas como agora.”<sup>82</sup>

Simião chegou a escrever a carvão nas paredes da residência: “FRELIMO vencerá. Contribuam para a vitória. Libertação Moçambique. Viva FRELIMO. Abaixo os opressores. Viva Moçambique independente. FRELIMO. FRELIMO.” Isto expressa a sua revolta contra as autoridades portuguesas, e talvez as suas hesitações em ter abandonado ‘a luta’ e se ter entregado em Paris.<sup>83</sup>

Nas suas conversas privadas, afirmava que a FRELIMO traduz “duma maneira sanguinária e violenta o que a maioria silenciosa do interior deseja e aspira”. Defendia uma “remodelação que permita aos negros acesso a vários cargos do Governo” — e pensava que nesse caso era possível que “os Partidos [FRELIMO, COREMO] mandem pessoal evoluído aqui para o interior para se candidatar a esses lugares”<sup>84</sup>.

A revolta de Simião contra o domínio colonial é bem expressa numa conversa em que alguém levantou a questão da pobreza atual dos países africanos independentes: “Mas mais vale uma independência faminta que uma escravidão permanente com a barriga cheia!”<sup>85</sup> Também mostrava que não estava arrependida das suas associações passadas

---

<sup>81</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>82</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>83</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>84</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>85</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

com a FRELIMO e o COREMO, mas afirma o seu desejo de querer lutar na legalidade em vez de na ilegalidade:

“(…), a minha posição será a única posição que devo tomar: a de um realismo político absoluto. Esses que se entregam e vêm depois para os jornais com declarações demagógicas e repudiando o passado, estão cometendo uma farsa. (...) Eu nunca faria uma confissão destas. Quem é que acreditava no meu arrependimento? Mas arrependimento de quê? Eu nunca fui militar. Sou política. E, como mulher política, quero ajudar a promoção dos moçambicanos. Simplesmente, em vez de trabalhar na ilegalidade, trabalharei na legalidade. Só porque vim para cá, não vou agora dizer ámen a tudo o que o Governo quiser. (...) É por isso que vou continuar a luta, procurando, até onde as autoridades me deixarem ir, ajudar os negros na sua promoção social e política. Esta será a maior vitória dos movimentos de libertação. A luta pelas armas é difícil; mas a luta no interior, na legalidade, procurando agir através das brechas que o Governo for abrindo e no terreno que nos for cedendo, é muito fácil. Este trabalho, o trabalho dos elementos do interior na legalidade dá maior brilho e prestígio aos movimentos de libertação periféricos”<sup>86</sup>

Também fez críticas a Miguel Murupa, que caracterizava como um fantoche. Quando o interlocutor lhe perguntou se pegaria em armas para lutar pela independência, ela afirmou “que não será preciso”, e que acreditava que as políticas de Marcelo Caetano iam funcionar. Afirmou que uma independência do tipo Rodésia só iria tornar o racismo mais acentuado, e que “só haveria vantagens se se formasse um Governo de coligação, com larga representação negra”.

O governo português, talvez à luz do comportamento “rebelde” de Simião, hesitou em explorar o seu caso na imprensa, como tinha feito com outros recuperados: “por combinação sexa MU [ministro do Ultramar], Engenheiro Jardim e comigo [diretor Silva Pais] foi entendido não fazer a exploração na imprensa do caso Joana Simeão pelo menos por agora”.<sup>87</sup>

A 20 de Junho de 1971, Jorge Jardim escreveu a Silva Pais, explicitando qual a sua estratégia e aproximação relativamente à Joana Simião:

---

<sup>86</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>87</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

(...) exercemos sobre ela acção doutrinária e convincente quanto aos verdadeiros caminhos a seguir (negando a acção revolucionária) para a promoção da população moçambicana, no quadro das instituições portuguesas, e principalmente para a promoção social da mulher africana. (...)

No caso, que admito provável, de a Joana regressar a Portugal ficaremos a dispor de elemento de acentuada valia para a promoção que nos interessa realizar em Moçambique. Enquadrá-la-íamos no “Notícias da Beira” e sob o nosso directo controlo e influência<sup>88</sup>.

Até que ponto é que a acção doutrinária de Jardim foi responsável pelas ideias moderadas de Simião? Ou seria a sua moderação resultado do descontentamento com o assassinato de civis perpetrado pelo COREMO, motivo da sua saída do movimento? Qualquer que seja a resposta, as ideias reformistas e de promoção social agradavam claramente a Jardim, embora já fossem consideradas alarmantes por outros setores.

Entre 1971 e 1972, Simião teve uma relação instável com Jardim – abandona-o por duas vezes e por duas vezes regressa. Finalmente, em dezembro de 1972, Joana Simião entrou de novo em Portugal, sob os auspícios de Jardim<sup>89</sup>. Foi apresentada à imprensa estrangeira como reabilitada política Jorge Jardim falou da questão da Joana com Marcelo Caetano, Rui Patrício e Silva Cunha, e apresentou-a em Lisboa, durante um jantar (Antunes, 1996). De seguida, Simião seguiu para Moçambique, chegando a Nampula a 23 de dezembro de 1972.<sup>90</sup>

Durante a sua estada em Nampula, em pleno território macua, proferiu um discurso em falou das suas futuras intenções, ao regressar a Moçambique:

“Meus caros conterrâneos, como sabeis estive ausente de Portugal e do vosso convívio cerca de 15 anos, tendo-me resolvido a regressar por saber que o preto, em parte, deixara de ser escravo e as instituições vigentes em Moçambique têm tendência a melhorar. Vim para convosco trabalhar numa união multi-racial de pretos, mestiços e...brancos, por um Moçambique maior e melhor.”<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> Processo Nº 12.628-CI(2)

<sup>89</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>90</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>91</sup>PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

Ela falou numa mudança, para melhor, na condição da população negra em Moçambique, e na criação de uma união multirracial. Depois, critica de maneira bastante agressiva a sua própria etnia, referindo-se à sua pouca adesão aos movimentos de libertação:

Temos que acabar com a indolência macua, temos de trabalhar para isso, mas primeiro têm de pensar e deixar de ser alarves. Ainda há momentos constatei que alguns de vós, além de alarves e boçais são indignos de se sentarem à mesa de gente. Nada mais vos queria dizer, apenas que trabalhem por um Moçambique melhor e maior e se deixem de ser indolentes.”<sup>92</sup>

Regressou à Beira, onde colocou um anúncio no *Notícias da Beira*, “oferecendo-se para dar explicações de Francês, Português e Organização Política” Algo que deixa a DGS bastante indignada pelo seu uso colorido de pontos de interrogação e exclamação depois da expressão (no original: “Organização Política?!!!!”)<sup>93</sup> Numa reunião do Centro Africano de Manica e Sofala, em que foi debatido o tema da mulher, sugeriu voltar a debater o assunto de novo, e debater também o futuro da política do Estado de Moçambique. Os presentes não queriam discussões políticas, com receio de serem perseguidos.

Tendo em visto estas atitudes, a DGS chamou-a dia 2 de março, “para uma troca de impressões”. Mais tarde, ela envia uma missiva a DGS, a explicar a sua ação: “Quanto à minha actuação futura, ela se enquadrará dentro dos limites e parâmetros impostos pela legalidade e manifestar-se-á através de vias pacíficas. Minha posição actual se traduz na defesa dum reformismo acelerado (...)”<sup>94</sup>.

Terá sido aqui, algures nos primeiros meses de 1973, que foi criada a versão embrionária do GUMO, sob a presidência de Aníbal Oliveira, alferes dos GEP. É preciso ter em conta a influência que Jardim teve na própria criação dos GEP. Sem dúvida que Oliveira deveria ser alguém da confiança de Jardim. Era claro que Jardim pretendia usar os propósitos políticos de Simião para os seus próprios objetivos, mas o espírito revoltoso de Simião lhe iria dificultar o trabalho. Apesar de algumas declarações acesas, a DGS não agiu contra Simião. Afinal de contas, ela agia sob a vigilância de Jardim, que reportava diretamente ao governo central.

---

<sup>92</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>93</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>94</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

Entre abril e junho, Simião dirigiu correspondência a membros da WILPF. Escreveu, por exemplo, a duas mulheres pertencentes à WILPF, uma alemã e a outra italiana. Simião queria informações sobre como estabelecer um grupo/ramo da WILPF naquela parte do continente africano, já que não existia nenhum. Falou também nas “mudanças políticas” introduzidas pela eleição de um membro africano para a Assembleia legislativa, e atribuiu a sua existência diretamente à pressão da guerra de libertação — e que gostaria de informar o mundo sobre estes eventos. Os documentos em causa ficaram retidos na delegação da DGS, o que dá a indicar que as cartas não chegaram ao seu destinatário. Simião trocou também correspondência diretamente com a Secretária-Geral da WILPF, Edith Ballantyne. Ballantyne ofereceu-se para lhe enviar uma cópia do Boletim e da Constituição, que fornecia informações sobre as condições para formar secções da WILPF. Informou-a de uma reunião da WILPF em julho, e instou-a a escrever um relatório sobre a situação em Moçambique — “It would be most useful if you could prepare a memorandum on the situation in your country”.<sup>95</sup>

Dentro do âmbito das suas atividades em organizações femininas, Simião preparou uma comunicação para apresentar no IV Congresso das Mulheres da África Austral (4-9 setembro de 1973). A DGS tomou conhecimento de que Simião pretendia apoiar a política do governo de Caetano neste discurso, e apelar à mulher moçambicana para que “aconselhem os seus maridos, irmãos, filhos e parentes a não darem ouvidos à propaganda subversiva” e para que “sigam a política de paz, trabalho e progresso” de Caetano. No geral, a DGS não estava contra esta intenção de Simião, mas temiam a sua “índole arrebatada” e “reações temperamentais”, assim como a sua linguagem “revolucionária” — coisas que poderiam prejudicar as suas “boas intenções”.<sup>96</sup>

Devido ao teor político do seu discurso, a organização do Congresso recusou a sua participação como oradora. Foi-lhe também interdita a distribuição de cópias da comunicação no Congresso. Contudo, continuou a poder participar nos painéis e a assistir aos discursos<sup>97</sup>.

Apesar de não lhe ter sido permitido apresentar o discurso, é importante analisá-lo, para compreender que tipo de narrativa pretendia Simião apresentar no Congresso.

Primeiro, Joana Simião fala em nome da mulher e mãe moçambicana, apresentando-se neste discurso como porta-voz das opiniões de todas as mulheres

---

<sup>95</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>96</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>97</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

moçambicanas. Afirma que as mulheres estão cansadas da guerra e que a “violência, nesta fase histórica para Moçambique, não é mais operacional.”<sup>98</sup>

Lista uma série de ações reformistas do governo português, como o facto de devido a reformas de Caetano, haver “membros da comunidade negro-mestiça” na Assembleia Legislativa. Relativamente à acusação de que seriam “fantoques”, ela diz “fantoques ou não, eles são chamados, para durante quatro anos participarem do poder legislativo” e que “esta aprendizagem será benéfica para o Estado de Moçambique”. Afirma de seguida que: “[no] Governo do Estado estão presentes um mestiço e um indiano-muçulmano. Outros se seguirão certamente.” Elogia também as reformas nas condições do Trabalho, Saúde e Assistência Social, assim como na Educação. Fala por fim da presença de população negro-mestiça em áreas anteriormente reservadas a brancos, como o Exército, Marinha, Aviação e Polícia<sup>99</sup>.

“Face a estas realidades, a MULHER MOÇAMBICANA aconselha AOS SEUS HOMENS serenidade e convida-os a formarem consigo uma FRENTE interior de elementos étnicos variados, lúcidos e equilibrados para barrar o caminho aos excitados de ambos os lados. [...] Posto que o Governo Central não descansa, não dorme e procura afanosamente soluções viáveis e não de afogadilho, resta proclamar bem alto que hoje nesta etapa histórica do desenvolvimento sócio-económico e político de Moçambique, a MULHER MOÇAMBICANA deposita confiança naqueles que na Equipa Governamental trabalham nesse sentido.”<sup>100</sup>

Termina de um modo paradigmático: “A política não é aquilo que nós gostamos e ardentemente desejamos, mas ela é realidade fluída, viscosa, submetida a Acasos controláveis uns e incontroláveis outros.”<sup>101</sup>

O apelo ao papel da mulher enquanto esposa e mãe, à sua ação para pacificar os “seus homens”, exercendo no seio familiar uma influência política, é claramente marcada neste comunicado de Joana Simião. As mulheres eram vistas como agentes fundamentais para combater os movimentos de libertação, “a partir do interior”.

A ideia da mulher como elemento pacificador também está presente em associações como a WILPF. Nestes movimentos de mulheres pela paz, a mulher é vista como elemento fundamental para o combate à guerra e aos conflitos armados. O género feminino é visto como inerentemente pacificador e conciliador.

---

<sup>98</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>99</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>100</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>101</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

Esta narrativa alinha-se também com a construída pelo regime do Estado Novo, em que a mulher, responsável pelo lar e pelo ambiente doméstico, tem o papel educador e moralizador do núcleo familiar. O papel da mulher como pacificadora, elemento de estabilização sociopolítica, torna-se uma parte dos esforços do regime para manter o domínio sobre as colónias. (Stucki, 2019)

O apelo e apoio do governo de Caetano, o discurso sobre o papel feminino, todos estes são perfeitamente desenhados para despertar simpatias de certos elementos do Governo Central. Simião cumpre a sua palavra — os seus métodos serão pacíficos, procurando que o governo cumpra a promessa de autonomia progressiva das colónias. Depois de ter passado por dois movimentos de libertação, é trabalhando dentro do sistema que Simião procura obter mais direitos e oportunidades para a população negra moçambicana.

### **2.3 Transições: da visita ministerial à viagem a Lisboa (novembro 73-março 74)**

Em novembro de 1973, houve uma remodelação do governo, com a mudança de vários dos ministros. Uma das mudanças mais importantes foi a nomeação de Baltasar Rebelo de Sousa, antigo Governador-Geral de Moçambique para o cargo de Ministro do Ultramar (cf. Capítulo 1). A nomeação de Rebelo de Sousa a 7 de novembro provocou uma reação imediata no seio do GUMO: terminaram as intenções de se reunirem com o Governador-Geral. Simião afirmou ao consulado que Rebelo de Sousa era favorável relativamente ao GUMO, ao contrário do Governador. Natural, dada a posição de Pimentel dos Santos ser muito mais ortodoxa relativamente à política colonial.

Qual era a relação de Joana Simião com Rebelo de Sousa? Afirmou que Rebelo de Sousa já a conhecia, e também a Máximo Dias, e que ela jantava frequentemente na sua casa quando visitava a capital. Além disso, correspondia-se regularmente com a mulher de Rebelo de Sousa, Maria das Neves.<sup>102</sup> Numa carta de 24 de dezembro de 1972, em que Simião escreveu com familiaridade à sua “cara amiga”, o que implica que havia de facto uma relação amigável entre Simião e a mulher do agora Ministro do Ultramar.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup>Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem: Ministerial shuffle causes change in plans, 08/11/1974 (US)

<sup>103</sup> Processo 520-SC/CI(2)

Inicialmente, o GUMO planeou uma viagem a Lisboa para falar com o novo ministro, mas não seria necessário — foi ele que veio a Moçambique.

A visita do novo Ministro do Ultramar aos territórios ultramarinos de Angola e Moçambique era do seu plano para esta nova posição governativa. O objetivo desta visita ministerial era “conviver com as populações; dar confiança; mudar o discurso; criar ou suscitar movimentos políticos de evolução ou transição, quebrando o monopólio internacional dos movimentos de guerrilha” (Sousa, 1999). Rebelo de Sousa começou por visitar Angola, dirigindo-se depois a Moçambique, a onde chega dia 9 de dezembro de 1973.

Nesse mesmo dia, Joana Simião realizou uma conferência de imprensa na Sociedade de Estudos de Lourenço Marques.<sup>104</sup> Conferência que tem naturalmente ecos no jornal de Jorge Jardim – *Notícias da Beira* – que caracterizou Joana Simião, em primeiro lugar, como “membro da Liga Internacional Feminina para a Paz e Liberdade”. O jornal destacava a sua origem macua, “em terras longínquas do norte”. Simião falou da mistura da sua raiz macua com o contacto com a cultura portuguesa:

«[as] minhas raízes sócio-culturais moldadas através do agregado negro-mestiço a que pertença e a solicitações de elementos exteriores que me foram colocar através do contacto com o povo ocidental — o povo português».

Também foi integrada na comitiva ministerial, em Nampula, dirigindo um longo discurso a Rebelo de Sousa<sup>105</sup>. Segundo afirmou numa entrevista ao *Seara Nova*, mais tarde, foi convidada por Maria das Neves.<sup>106</sup>

No seu discurso apresenta-se como “negra moçambicana, nascida em Nampula” (as suas primeiras palavras), faz uma declaração da sua mudança e abandono da defesa do “uso de violência como único meio para resolver os conflitos”. No entanto, afirma que “esta reformulação não traduz uma traição dos [seus] ideais de juventude”, sendo sim fruto de uma análise geopolítica da situação moçambicana.

“O que é possível, hoje, em Moçambique? A constituição duma frente interna formada por elementos calmos, lúcidos e frios das comunidades aqui presentes: negra, mestiça, branca e asiática. Essa frente dinamizará a participação dos elementos mais

---

<sup>104</sup> Pretos, brancos e mestiços—Dra Joana Simião na Sociedade de Estudos (1973, 10 dezembro). *Notícias da Beira*.

<sup>105</sup> Carvalho, A. (1973, 22 dezembro). Moçambicanizar Moçambique: leitura da visita ministerial. *Expresso*

<sup>106</sup> Amaro, J. (1974, abril). Entrevista com Joana Simião. *Seara Nova* (1542), 12-16.

representativos dos grupos étnicos do Estado na gestão dos assuntos públicos no Governo do Estado.”<sup>107</sup>

Questões económicas, como o equilíbrio da balança de pagamentos e o combate à inflação, foram também mencionadas, além de se apostar na educação. Joana Simião interpelou diretamente Rebelo de Sousa:

É pois, com uma absoluta tranquilidade de espírito e desassombradamente que solicito que seja transmissor, que seja mensageiro junto de Sua Excelência o Presidente do Conselho da mensagem das mulheres e mães de Moçambique: As mulheres e mães do Estado de Moçambique, interpretando os anseios de paz expresso pela juventude e demais camadas sociais deste Estado dá o seu firme apoio aos elementos mais lúcidos da equipa do Governo Central. Pomos à disposição destes elementos de vanguarda a nossa incomensurável força para que possam formular, sem traumatismos, sem precipitações nem pânicos, os termos da problemática: PAZ.<sup>108</sup>

Uma mensagem que fez em nome das “mulheres e mães de Moçambique”, e não em nome de um grupo/associação civil ou cultural. Nem em nome do GUMO. Nesta visita, Joana Simião agiu a título individual, e não como vice-presidente do grupo de que fazia parte. Foi ela, e não Máximo Dias, que realizou uma conferência de imprensa e que integrou a comitiva ministerial, embora fosse este o Presidente do grupo.

Apesar disso, Máximo Dias deslocou-se também a Lourenço Marques para apresentar os seus cumprimentos ao Ministro do Ultramar, e acompanhou Joana Simião à receção oferecida pelo Governo-Geral em honra do Ministro.

Numa conversa entre Máximo Dias e Rebelo de Sousa este último teria afirmado que Simião era “muito perigosa”, e Máximo Dias terá respondido que ela estava a “atuar sob o aspeto do vedetismo pessoal”, mas que seria sua intenção “moldar” Simião. Supostamente, Dias ficou desmoralizado após esta conversa por alguns comentários feitos pelo ministro acerca do grupo.<sup>109</sup> Claramente que as opiniões de Rebelo de Sousa dos dois membros mais proeminentes do grupo eram bem diferenciadas. Parecia considerar Dias um elemento mais moderado e uma aposta mais segura.

Máximo Dias publicou no Diário de Lourenço Marques, uma carta ao Ministro do Ultramar, para assinalar a ocasião:

“Renasce uma esperança em todos os moçambicanos. Esperança sentida fortemente por sete milhões da civilização. É preciso, é condição sine qua non para a estruturação da paz,

---

<sup>107</sup> Carvalho, A. (1973, 22 dezembro)

<sup>108</sup> Carvalho, A. (1973, 22 dezembro)

<sup>109</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

que todos estejamos em condições de dar o nosso apoio à causa nacional. Não haverá forças externas capazes de submeter um todo constituído por todos os filhos... Cada moçambicano, senhor ministro, deverá ter possibilidades de se sentir português, quando pretender assumir a sua quota parte de responsabilidade na gestão nacional, para se alcançar o superiormente engendrado auto-governo»<sup>110</sup>

No contexto da visita, Joana Simião falou com Augusto de Carvalho, jornalista do semanário *Expresso* – que também entrevistou Máximo Dias. Ambas as conversas foram publicadas na edição deste jornal de 22 de dezembro de 1973, numa reportagem de Carvalho, intitulada “Moçambicanizar Moçambique”. Curiosamente, no artigo, Augusto de Carvalho não mencionou Simião e Máximo Dias como parte do mesmo grupo, atribuindo apenas a este último uma pertença ao GUMO<sup>111</sup>. O jornalista assinalou corretamente a sua ligação em termos de pertença a um movimento “legalista” que nascia em Moçambique: “Máximo Dias e Joana Simeão são os animadores desse movimento”, mas enfatizava que “cada qual usando de armas próprias”.

Augusto de Carvalho assinalava o afastamento de Joana Simião de Jorge Jardim<sup>112</sup>. Jardim afirmou que se tratava de um engodo: “A referência à minha “separação” da Joana só pode ser útil”, afirmou ele a Tudela numa carta poucos dias depois da publicação do artigo. (Antunes, 1996, 506) Contudo, como já vimos, Simião alimentava de facto reticências do seu envolvimento com Jardim, insatisfeita com o seu envolvimento com Arouca e Murupa.

Na sua entrevista com Augusto de Carvalho, Simião referiu “grandes mudanças” no panorama moçambicano, nomeadamente na existência de discriminação racial<sup>113</sup>. Além disso, referiu os membros do governo que acentuam a ideia da “autonomia progressiva”, afirmando: “A esses dou o meu apoio”.

Na sua conversa com Máximo Dias, este enfatizou a ideia de preparar o povo moçambicano para a participação política. Descreveu o GUMO (no artigo, referido como GUM (Grupo de União Moçambicana) como “um movimento dentro da esfera da legalidade”. E sugeriu como primeira ação pública do mesmo “um congresso subordinado

---

<sup>110</sup> Carvalho, A. (1973, 22 dezembro)

<sup>111</sup> Carvalho, A. (1973, 22 dezembro)

<sup>112</sup> Carvalho, A. (1973, 22 dezembro)

<sup>113</sup> “Um negro, se tiver dinheiro (grande problema este) pode frequentar qualquer estabelecimento de ensino sem-lhe acontecer o que se passou comigo: a freira directora do colégio de Nampula recusou a minha inscrição no colégio por eu ser negra. Só com uma valente cunha é que fui admitida. O facto marcou-me profundamente” (Carvalho, 1973).

ao tema: Multirracionalidade: utopia ou via possível?”. O próprio Augusto de Carvalho descreveu o grupo como um “grupo tipo Sedes”.

A presença de Simião na comitiva teve no jornal *Época* uma dimensão mais propagandista, designando Simião como ex-dirigente do COREMO, uma recuperada, ex-“terrorista”: “Ex-Dirigente da Coremo denuncia: «As superpotências estão mais interessadas no «contrôle» de espaços geográficos de potencialidade económica e estratégica do que na evolução real do povo moçambicano»”.<sup>114</sup>

### **Viagem de Joana Simião à Europa**

A 18 de dezembro, Joana partiu numa viagem para a Europa, por motivos pessoais<sup>115</sup>, mas também para estabelecer vários contactos em solo europeu.<sup>116</sup> Tencionava passar pela Suécia, Roma, Paris e Lisboa. Esta viagem deixou a delegação da DGS em Lourenço Marques bastante apreensiva, afirmando um relatório relativamente a Simião: “[é] incontrolável [o] seu procedimento pois incontroláveis são sempre suas reacções”.<sup>117</sup>

Esta delegação continuava com uma opinião muito hostil das atividades de Simião, salientando a sua imprevisibilidade:

Apesar de todas as advertências e tentativas de mentalização, a Ivette Thsillenge continua fria e deliberadamente a desenvolver actividades políticas marginais e a desafiar, com descaro e cinismo, a magnanimidade e a compreensão de um Governo que a recebeu de braços abertos depois de tantos anos de ausência ilegal no estrangeiro, ao serviço de movimentos terroristas e de organizações de feição comunista. [...]

A Direcção-Geral de Segurança é de opinião de que está longe a sua recuperação política e de que ela será sempre uma testa de ponte IN na nossa rectaguarda, tornando-se difícil ou até impossível destrinçar amanhã quando é que está a trabalhar dentro ou à margem dela.<sup>118</sup>

No entanto, apesar disto, a DGS recebeu um telegrama do Governo-Geral de Moçambique informando-a, e aprovando a viagem de Simião: “O Governo-Geral considera um bom risco que deve ser auxiliado directamente e propôs que se prevenissem

---

<sup>114</sup> Processo 520-SC/CI(2)

<sup>115</sup> A sua filha encontrava-se na Suécia.

<sup>116</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>117</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>118</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

as Embaixadas para o apoio necessário, não ostensivo”<sup>119</sup>. O Governador-Geral, que inicialmente se recusava a receber o líder do GUMO, visava agora apoiar (discretamente) a vice-presidente na sua campanha.

Mesmo assim, o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros alertou o Governador-Geral para o risco: “Face comportamento algo equívoco Joana Simião rogo Vexa pondere conveniência apoiar sua deslocação Europa.” Mas o Governador-Geral afirmou o seguinte: “Penso que no seu próprio interesse irá adoptar comportamento conveniente interesses nacionais a menos que fosse sua intenção não regressar o que não creio.”<sup>120</sup>

Em primeiro lugar, deslocou-se a Paris. Na capital francesa, reuniu com vários jornalistas, com o auxílio da embaixada portuguesa em Paris. A embaixada organizou um almoço, que proporcionou a Simião a oportunidade de conversar com quatro jornalistas (alemão, russo, japonês e americano). No dia seguinte, foi apresentada a um antigo presidente da Associação da Imprensa Estrangeira. Conseguiu também um encontro com Philippe Decraena, responsável no “Le Monde” pela informação sobre a África independente com quem conversou com alguma demora.<sup>121</sup>

Assistiu a uma reunião do comité executivo da WILPF, em que levantou a questão da guerra em Moçambique, e “a necessidade que a opinião europeia tem de tentar abordar esse mesmo problema sob um ângulo pacífico”.<sup>122</sup>

Numa entrevista em Londres, Simião explicou a razão dos seus contactos:

(...) doze anos de guerra em Moçambique, onde há uma guerrilha e o exército português, bastava. Quer dizer, há vítimas, há mutilados de um lado e de outro, supunha-se uma posição da parte da mulher, que afinal assiste, sem meios, a esse drama. E eu pensei que, como uma das mais evoluídas que existe em Moçambique, dados os meus contactos interiores com mulheres da Europa e de outros países do mundo, eu tinha de tomar uma posição [...] que estava ligada à minha situação de mulher, e minha situação de mãe [...]. E então vim a Europa, e vim dizer a Yvonne Fé, que é presidente da secção em França, a Ruth Osborne, que é presidente da secção inglesa, como vou dizer a Haia, Islândia, a Stockholm, que é necessário que se faça uma campanha de maneira a dar apoio a uma força política que nasce e que está vigorar dentro de Moçambique, no sentido de encontrar

---

<sup>119</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>120</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>121</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>122</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

meios pacíficos para resolver o conflito. Da maneira a dar uma satisfação a todas as partes!<sup>123</sup>

Depois, seguiu para Roma, onde solicitou à Embaixada portuguesa um encontro com a imprensa estrangeira, mas por ser véspera de Natal, não teve sucesso. Entregou um documento ao chefe do protocolo da secretaria de Estado do Vaticano, tendo sido apresentado por intermédio do cardeal Marty, de Paris.<sup>124</sup>

Em Londres, deu três entrevistas à BBC, em três línguas—francês, português e inglês.”<sup>125</sup> Possuímos a transcrição de uma delas.

De novo, temos a defesa da frente interna e multirracial. A reiteração de que “o povo de Moçambique está farto da guerra” e quer outra solução. Afirmou que esta vontade era “interna”, talvez uma crítica velada da FRELIMO que agia a partir do exterior. Ao longo da entrevista é possível ver como Simião abordou delicadamente a questão da independência, afirmando a sua defesa da “portugalidade”:

Locutora: Essa vontade interna parece-lhe que seguirá a presente - ou anterior, e digamos, a presente linha de ligação directa, digamos, até certo ponto, submissão com Portugal Metropolitano?

Joana Simião: [...] nós queremos através dos meios pacíficos, que não querem dizer de resignação, que serão activos, de diálogos com Portugal, [...] nós queremos a tal participação activa, que [...] está no espírito da própria constituição, que aliás foi remodelada em 1971 através do Decreto 270/71, deve ser aplicada todos os dias, e não fachada. Nós queremos dizer isto em termos abertos, sem bombas, nem explosivos [...]

Locutora: Portanto, quer dizer, é quase diriam uma independência total?

Joana Simião: Não falo em independência, porque a Constituição Portuguesa diz que nós podemos ter o que os ingleses dizem ‘self-government’, um governmento local com ligações com Portugal. Nós, afinal — eu, sou um produto das minhas raízes socio-culturais africanas-moçambicanas, mas também do carisma português. É essa portugalidade que é preciso defender, para dar satisfação aos nossos desejos.

A locutora questionou Simião sobre se esta, enquanto mulher numa posição única (estudou na universidade, no estrangeiro, etc.), tinha o direito de falar por todas as mulheres moçambicanas e representar a sua vontade e aspirações. Ela respondeu: “[e]u pretendo ser a voz dessas mulheres silenciosas,” que foram impedidas de ter as mesmas oportunidades devido às “circunstâncias históricas”. Simião afirmou que traduzia “o

---

<sup>123</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>124</sup> Joana Simião... (1974, 19 janeiro). *Expresso*.

<sup>125</sup> Joana Simião... (1974, 19 janeiro). *Expresso*

anseio profundo dessa mulher africana que quer realizar uma promoção”, mas uma promoção que não deve ser paternalista, nem uma “aculturação forçada”: “que a promoção se faça, não de uma maneira paternalista, mas (...) de uma maneira liberal, em que a mulher branca aceita valores que descobrirá de um contacto espontâneo com a mulher negra, como vice versa”.<sup>126</sup>

Simião esteve em Estocolmo de 31 dezembro a 3 de janeiro. Foram-lhe assegurados pela Embaixada diversos contactos com a rádio e com jornalistas. Contudo, devido a motivos familiares, não conseguiu realizá-los.<sup>127</sup> Deslocou-se então a Gotemburgo (*Göteborg*), onde realizou uma conferência de imprensa com a presença de dois importantes jornais suecos. Fez um discurso, falando sobre a evolução no território, essencialmente uma apologia das políticas de Caetano:

“Somos nós, os que vivem no país, quem tem de lutar pelos nossos direitos, e melhor maneira de o fazer, é ser-se politicamente activos e aprender como se governa. Não é simplesmente dizer-se que a população preta tem de fazer parte do governo local, pois nós temos de estar maduros para desempenhar tal missão, e levá-la a bom termo! Antes das últimas eleições não existiam pretos ou mestiços no governo local, mas presentemente temos dois 2 dum total de 6 membros.”<sup>128</sup>

Afirmou que, em Moçambique, já se atingira um grau de igualdade racial, por exemplo a nível dos salários. Convidou a Suécia a enviar observadores a Moçambique— para que não formasse a sua opinião do estado de coisas apenas com base nos movimentos de libertação. Claro que este tipo de discurso em muito agradava as autoridades portuguesas, indo de encontro à propaganda oficial do regime.<sup>129</sup>

### **Conferência de imprensa de Joana Simião em Lisboa**

De regresso a Lisboa, Joana Simião realizou uma conferência de imprensa no Hotel Embaixador no dia 18 de janeiro, com a presença de importantes órgãos de comunicação, incluindo a RTP<sup>130</sup> (cf. Figura 1). Entretanto, em Moçambique, decorreram os chamados Acontecimento da Beira (cf. Capítulo 1). Estes, porventura, vão condicionar

---

<sup>126</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>127</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>128</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>129</sup> PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

<sup>130</sup> <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-de-joana-simiao/>

a resposta à conferência de Simião, que ganha dimensões de polémica. Talvez, também, o discurso ter sido feito não em território moçambicano, mas em plena capital portuguesa, tenham mudado a situação, além da grande cobertura mediática do evento.

No artigo do Diário de Notícias (“Uma moçambicana em Lisboa”), Simião era designada como “[e]x-dirigente do movimento antiportuguês Coremo e actualmente a única portuguesa membro da Liga Internacional Feminina para a Paz e Liberdade”. Uma das suas afirmações em destaque é: “Não pactuarei com os violadores da constituição portuguesa”. Um breve trecho da conferência demonstra a sua posição:

Joana Simião entrou na sala do hotel lisboeta onde se realizaria a conferência de imprensa, pedindo aos jornalistas que fizessem «uma cobertura séria» das suas declarações, e não a «descrição folclórica de uma negra que veste capulana» [...] O jornalista insistiu em querer saber se se tratava de uma «reaccionários», o que mereceu um pronto comentário da moçambicana: «Os termos reaccionário, progressista, fascista e outros, como as designações europeias de esquerda e de direita, não têm significado em Moçambique»<sup>131</sup>

No Expresso, falaram da conferência num pequeno artigo intitulado “Joana Simião – Paris, Roma, Londres e Estocolmo”, em que além da conferência, mencionavam a sua viagem pela Europa. No seu discurso, Simião defendia: “[a] criação e dinamização de uma «frente interna de multirraciedade na linha da recente revisão constitucional», dando apoio (...) «aos membros mais lúcidos e progressivos do Governo Central”, entre os quais Joana Simião destacava Marcelo Caetano e Baltazar Rebelo de Sousa.<sup>132</sup> O jornal *Época* também deu cobertura ao evento, com o título: “A dra Joana Simião expõe as suas ideias sobre a paz em Moçambique”.<sup>133</sup>

Esta conferência de imprensa causou alguns incómodos naqueles setores do Estado Novo que não aceitavam estas ideias reformistas para as colónias. Um deputado da Assembleia Nacional, Gonçalo Mesquitela, pronunciou-se diretamente contra a intervenção da Joana Simião, afirmando que a ideia da “moçambicanização de Moçambique” era contra o ideal de portugalidade:

«É típico da nossa boa fé – disse – que tal pudesse ter sido exposta em conferencia de imprensa em Lisboa, por elemento de portuguesismo duvidoso porque dele carece da sua formação, sensibilidade e raciocínio. O que se ouviu defender foi mais a definição de

---

<sup>131</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>132</sup> Joana Simião.... (1974, 19 janeiro). *Expresso*.

<sup>133</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

como ideais terroristas podem ser realizados por via pacífica, sem hecatombes, do que a explicação de como se deseja Moçambique evolua dentro da unidade portuguesa»

«Há que estar precavido — acrescentou— contra as aventuras desse moçambicanismo não português, propalado por elementos semeadores da discórdia nacional e que saberão aproveitar estes períodos de essencial exaltação patriótica para a desvirtuarem e tentarem conduzir a atitude que, uma vez tomadas, atacam frontalmente a suprema necessidade de Unidade Nacional». <sup>134</sup>

Foram enviados telegramas contra a intervenção de Mesquitela. Um, da autoria de Joana Simião e Máximo Dias e outro da autoria de Jorge de Abreu. A resposta de Joana Simião a Gonçalo Mesquitela teve ecos no *Expresso*:

Moçambicanizar Moçambique significa acelerar a aplicação das decisões tomadas em matéria ultramarina pelo Governo Central a partir da reforma constitucional. Essa reforma (relembro) defende uma reestruturação político-administrativa no Ultramar através duma participação activa de elementos negros e mestiços asiáticos na gestão da coisa publica. A reforma de 1971 veio afinal refazer um reequilíbrio na matéria. Até aqui raros eram os pretos, mestiços a exercer cargos de responsabilidade embora considerados “iguais perante a Lei”. A hora que vivemos, sr deputado, é das realidades. Neste momento gravíssimo da história política do Estado de Moçambique urge que indivíduos serenos, lúcidos tomem a dianteira e proponham com serenidade ao Governo soluções viáveis e não de afogadilho. <sup>135</sup>

O artigo do *Expresso* afirmou também que “a actividade política da dr<sup>a</sup>. Joana Simião tem sido praticamente ignorada pela imprensa diária moçambicana, com excepção do «Notícias» (...), que sempre lhe tem referido com destaque e simpatia” <sup>136</sup>. O jornal de Jardim, o *Notícias da Beira*, não lhe dava a mesma simpatia que o *Notícias*—sinal do afastamento de Jardim e Joana.

Ainda em Lisboa, Simião deu uma entrevista ao *Seara Nova* <sup>137</sup>. A certo ponto, o entrevistador questionou “a que se deve a sua passagem de revolucionária activa, segundo é apresentada, a pacifista”, além do assassinato dos membros da brigada de estudos e da “esquizofrenia política” do COREMO que Simião criticou. Simião respondeu que foi a sua “análise fria da situação mundial”, “a observação de situações anacrónicas em vários Estados independentes, no Congo, na Zâmbia, no Senegal, (...), e de defender o princípio segundo o qual ninguém governa sem saber governar, e que não basta ser preto para ser

---

<sup>134</sup> Assembleia Nacional—Tempos difíceis em Moçambique. (1974, 2 fevereiro). *Expresso*.

<sup>135</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>136</sup> Joana Simião responde a Gonçalo Mesquitela. (1974, 9 fevereiro). *Expresso*.

<sup>137</sup> Amaro, J. (1974, abril). Entrevista com Joana Simião. *Seara Nova* (1542), 12-16.

destinado a governar.” Não rejeitou o seu passado, justificando-o com uma conjuntura política em que “não se podiam trocar ideias”; por outro lado, agora era “possível dialogar”. Delineia as linhas da sua futura atuação:

Trata-se de aplicar o espírito da Constituição no que respeita ao Ultramar. Pergunta-se: o que é que um moçambicano tem que fazer? O que está estabelecido é isto e aquilo. Pois bem, vamos fazer com que isso seja aplicado. Depois, vamos enquadrar-nos num campo qualquer de luta, dentro dos órgãos locais. Vamos bater-nos neles, concorrer à Assembleia legislativa, à Assembleia Nacional. Porque não? Há que mentalizar para que se cumpra o que está disposto. Ajudemos os elementos mais lúcidos do governo a fazer essa mentalização. O chefe de serviços, o dono de restaurante é que não o podem impedir. Não peço que este deixe entrar um negro mal vestido na sua casa, só porque é negro. Um parolo branco também não entra neste hotel só porque é branco, não? tem que vir bem vestido, não? Quero é que não façam discriminação só porque é negro.

Simião disse que o seu programa conduz à “autonomia progressiva de Moçambique”, passando pela “nomeação de negros e mestiços para cargos de responsabilidade”. Nota-se nela uma postura elitista, os nomeados para esses cargos deveram ser “negros válidos, qualificados. Nada de pretização”.

De novo Simião caminhava no limbo entre o aceitável e o inaceitável, relativamente às questões do entrevistador sobre a possível independência do Estado moçambicano, sendo possível discernir as suas intenções nas entrelinhas:

— a senhora não é pela independência de Moçambique mas pela sua progressiva autonomia no interior do Governo de Lisboa. É isso?

– Eu não disse isso! O senhor fez-me uma pergunta: o que é que eu proponho? Proponho autonomia progressiva! É isso que eu posso obter. E é só isso que eu posso defender.

Na verdade, em pleno regime, a autonomia era o que era possível defender. A menos, claro, que se pegasse em armas, como a FRELIMO fizera, ou se arriscasse perseguição e prisão pela polícia política.

Foi no contexto das reações negativas à conferência de imprensa que Rebelo de Sousa escreveu uma carta ao Governador-Geral moçambicano em que criticou a conferência feita por Simião em Lisboa: “não me pareceu bem a conferência de imprensa de Joana em Lisboa (eu estava na Guiné);” Incluiu esta expressão de distanciamento geográfico (a sua presença na Guiné), como se quisesse remover perante Pimentel dos Santos qualquer responsabilidade sua no sucedido. Rebelo de Sousa apresentava cautela relativa à “doutrina do perdão” de indivíduos como Joana Simião e Miguel Murupa, ex-

membros de movimentos de libertação, mas defendia a sua continuação, sem transformar estas figuras em “heróis” ou “privilegiados”.

“Tenho acarinhado a ideia de recuperação dos africanos afastados da nossa linha, de simpatia e compreensão para os seus anseios e até as suas justas revoltas, de progressivo chamamento a lugares onde se concretiza a nossa doutrina de igualdade de oportunidades e não discriminação, mas não sou ingénuo nem desejo comprometer o futuro político do País. » (Baltazar Rebelo de Sousa *apud* Sousa, 1999, p.449).

Apesar destas críticas contra Simião que faz em carta privada, a DGS sinaliza troca de correspondência entre Joana Simião e o Presidente do Conselho<sup>138</sup> e entre esta o Ministro do Ultramar, Rebelo de Sousa. A correspondência trocada entre Simião e estas figuras do governo português seria “levada e trazida em mão por dois pilotos da TAP”, para um maior sigilo.<sup>139</sup>

Numa carta de Areosa Pena, correspondente do *Expresso* em Moçambique, para Augusto de Carvalho, de 4 de fevereiro de 1974, este falava num “boicote” a Joana Simião por parte das hierarquias locais e do Governador-Geral, dizendo que estes a impediram de discursar em Tete. Também explicava que “os intelectuais (...) evitam-na como se fosse leprosa... Tem o estigma JJ [Jorge Jardim]”.<sup>140</sup>

Tinham o seu estigma, mas não o seu apoio: longe estava a aliança de Simião e Jardim. Em fevereiro, num relatório da DGS, indicava-se que Máximo Dias e Joana Simião “continuam a tentar estruturar o seu partido político, tendo-se tornado independentes do engenheiro JORGE JARDIM que, parece, começou a boicotar as actividades daquele” e que por esse motivo “pretendem antecipar-se a qualquer acção do referido engenheiro passando a apresentar os seus propósitos e pontos de vista, directamente ao Senhor Presidente do Conselho”.<sup>141</sup>

Apesar dos contratemplos, o GUMO avançava no seu projeto, levando também a cabo vários contactos. Numa reunião a 27 de fevereiro no Hotel Polana, em Lourenço Marques, foram trocadas impressões sobre os estatutos do GUMO, “que já começa a ser encarado como uma “força política” em Moçambique pelo seu crescente nº de adeptos”<sup>142</sup>. Estavam presentes Joana Simião, Cassamo Daúde, Máximo Dias e Isaías de

---

<sup>138</sup> Teria mostrado uma dessas cartas a Cassamo Daude (PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2)

<sup>139</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>140</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>141</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>142</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

Jesus Marrão<sup>143</sup>, Administrador-Delegado, em Tete, da “União de Compras e Vendas (SARL)” É a primeira vez que este membro é mencionado nas fontes.

Máximo Dias teria dito que tinha os estatutos do partido e que tencionava enviar cópias a Marcelo Caetano e ao Ministro do Ultramar, e que só depois de ouvir as suas opiniões ia entregar cópia ao Governador-Geral. Queixou-se de panfletos que apareceram na Beira cuja responsabilidade foi atribuída ao GUMO – mas que seriam ou de uma manobra da “oposição” ou do Jorge Jardim, segundo o mesmo. Deu também a entender que tinha falado ao telefone com Marcelo Caetano sobre o GUMO.<sup>144</sup>

Uma lista de membros do comité central do GUMO surge num relatório da DGS de 12 de março: Máximo Dias, como Presidente, Joana Simião como Vice-Presidente, Jorge de Abreu – “no papel de elemento de ligação com o setor europeu”, Lisete Simões<sup>145</sup>, como representante em Nampula, Cassamo Daúde, representante em Lourenço Marques, e Isaías Marrão, representante em Tete.<sup>146</sup> Nota-se a ausência de Aníbal Oliveira, o alferes da GEP que tinha sido nomeado líder do grupo antes de ser substituído por Máximo Dias, e de William Pott. A 14 de março de 1974, o GUMO enviou um telegrama endereçado a Marcelo Caetano, afirmando o apoio do povo moçambicano à sua política de participação progressiva.<sup>147</sup> Este telegrama, além de ser assinado por indivíduos já conhecidos da DGS, como Cassamo Daúde, Jorge Abreu, Máximo Dias, Lizete Simões, a própria Joana Simião, juntam-se novos nomes: Cassimo Rataji<sup>148</sup>, Luíz Gonzaga<sup>149</sup>, (Ahmed) Haider e Francisco Malawene<sup>150</sup>.

---

<sup>143</sup> A única informação biográfica que encontrei sobre Marrão foi uma referência a um artigo de jornal local moçambicano, ao qual infelizmente não tenho acesso: "Fazem-se casas e casas, sem ruas: Isaías Marrão um homem, uma história", Jornal Calowera, 22 de março de 2010, pp.18-19

<sup>144</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>145</sup> Lisete Simões ou Lisete Xavier é uma figura elusiva nas fontes documentais. Não me foi possível adquirir mais informações sobre ela. Os únicos dados que possuo é que ela e Joana Simião já se conheciam desde, no mínimo, janeiro de 1973, quando ela redigiu um convite para uma homenagem a Simião. (PT-TT-PIDE-SC-520C12)

<sup>146</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225

<sup>147</sup> “Transcrevo V.Ex<sup>a</sup>. telegrama endereçado S.Ex<sup>a</sup> Presidente do Conselho; Povo Moçambicano apoia vigorosamente V.Ex<sup>a</sup> continuação anunciada político diálogo participação progressiva populações vida política Estado. Assinam, Rataji, Cassamo Daude, Haider, Luiz Gonzaga, Joana Simião, Jorge Abreu, Máximo Dias, Lizete Simões e Francisco Malawene”

<sup>148</sup> De “origem asiática”, “exerce a profissão de enfermeiro no Hospital de Inhambane” (PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2)

<sup>149</sup> Gonzaga reside na Beira; é colaborador de Máximo Dias, desenvolvendo ainda a atividade de representante comercial naquela cidade. (PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2)

<sup>150</sup> Francisco Joaquim Manuel ou Malauene, ajudante de verificador da Repartição de Finanças, natural de Inhambane e residente na mesma localidade, filho de Joaquim Malauene e de Helena José Domingos. Em 1965, tinha sido detido pela PIDE ao tentar fugir para a Tanzânia. Em 1967, foi-lhe então aplicada a pena de dois anos de Medidas Administrativas. Foi membro do NESAM

Entretanto, o antagonismo contra o GUMO e seus membros acentuava-se. O diretor da DGS em Moçambique sugeriu limitar as atividades de Simião, através da retirada das “facilidades de deslocação que até aqui lhe vinham sendo concedidas pela Secretaria Provincial de Transportes e Comunicações”.<sup>151</sup>

Dia 15 de março, Costa Gomes e António de Spínola foram demitidos dos cargos de Chefe e Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, respetivamente. Estes eventos levaram Simião a telefonar a Dias, dizendo que tinha recebido ordens de Lisboa para “calma absoluta”, e que “[a] melhor maneira de ajudar o nosso amigo é termos muitíssima calma”. Quem é o “amigo” que Simião refere? Talvez Rebelo de Sousa?

Simião continuou, dizendo que Máximo Dias não deveria ir a Lisboa: “-...venho telefonar-te para te dizer que era melhor não vires a Lisboa. Não foi ela. Ela não disse nada na carta.”<sup>152</sup> Talvez em referência a uma carta de Maria das Neves Rebelo de Sousa em que ela recomendava a Simião “menos impulsividade na expressão das suas ideias e que deveria aguardar melhor oportunidade”, e afirmava “que seu marido estava [...] a ser muito pressionado não sendo, portanto, a altura propícia a grandes movimentos.”<sup>153</sup>

Simião suspende uma declaração que tinha feito para o *Expresso*, para que não fosse publicada, em que comentava uma intervenção de Mota Amaral na Assembleia Nacional<sup>154</sup> — incluindo-o entre os “lúcidos”, que via como solução para Moçambique um “princípio evolutivo sem quebra dos laços que têm de unir os povos que habitam o

---

(Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique), sendo ajunto da direção do jornal em 1960 (Neves, 2009, p. 295). Segundo entrevista com o mesmo, em 2006, ele teria conhecido Joana Simião em 1973, quando ela se deslocou como presidente da *Jeunes Femmes Africaines* ao distrito de Inhambane para fazer palestras sobre o papel e direitos das mulheres. (Maluaene, 2006). Em 1974, “ela voltou com projectos de beneficência e procurámos um arquitecto para desenhar a planta”. Dia 30 de março, deu-se o casamento entre Joana Simião e Francisco Maluaene. Os padrinhos de casamento foram o casal Rataji, da parte de Maluaene, e Cassamo Daude e uma tia de Maluaene, por parte de Simião. (Fontes: PT-TT-PIDE-SC-520CI2 e PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2)

<sup>151</sup> PT-TT-PIDE-SC-520CI2

<sup>152</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2

<sup>153</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-1

<sup>154</sup> “ [...] auxiliar, em coordenação de esforços com outros povos, o progresso económico-social dessas comunidades; promover nelas a crescente participação de todos os seus habitantes, de acordo apenas com as capacidades de cada um, na resolução dos problemas colectivos; encaminhá-las progressiva e aceleradamente para a autonomia de governo, de harmonia com a sua situação geográfica e as condições do respectivo meio social, sem recear diferenças que afinal enriquecem a Pátria comum ... <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/11/01/037/1974-03-07/731> Diário das Sessões, Nº37.

espaço português”. Simião sugeria nessa declaração no estabelecimento duma Comunidade Afro-Luso-Brasileira.<sup>155</sup>

Para aumentar ainda mais as tensões na metrópole, no dia seguinte à demissão de Costa e Gomes, dá-se o Golpe das Caldas, o pronunciamento do RI 5, das Caldas da Rainha, primeira tentativa de golpe militar do Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, que conduziu à prisão de cerca de 200 militares.

Todas estas convulsões provocaram o adiamento de uma viagem planeada pelo GUMO a Lisboa, alegadamente a ser realizada com financiamento de Champalimaud, por intermédio de Jorge de Abreu. “ligado, por interesses comerciais, à BOAC”<sup>156</sup>. Estariam possivelmente incluídos o Alexandre Lobato<sup>157</sup>, Manuel Saraiva Barreto, Cassamo Daúde, e a Senhora Haider<sup>158</sup>. Outros indivíduos como Valy Mamede (cf. Capítulo 1), Presidente do Centro [Comunidade?] Islâmico de Lisboa, que estaria a ser pressionado por Daúde para se juntar ao grupo, e Ibrahim Issufo, que Simião procurava convencer a ir, foram listados como hipotéticos participantes.<sup>159</sup>

Um dos objetivos da ida a Lisboa era encontrar apoio para enviar representantes do GUMO às Nações Unidas, para prevenir que a FRELIMO se estabelecesse como única interlocutora da vontade moçambicana, e de convencer as autoridades portuguesas da sua “boa-fé e desejo genuíno de ajudar a resolver o presente dilema”. Dentro desse objetivo, ela mencionou uma emissão da FRELIMO em que estes acusam GUMO de ser a “última tentativa” do regime português, como algo que podia, precisamente, ajudá-los a obter mais simpatia junto dessas autoridades governamentais.<sup>160</sup>

Por causa da crise política, a viagem a Lisboa foi programada para abril. O objetivo era a entrega das cópias dos Estatutos do GUMO (que tinham sido oficialmente redigidos a 30 de março) a Marcelo Caetano, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, e ao Ministro do Ultramar. Além disso, Simião queria falar com o ministro dos negócios

---

<sup>155</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2.

<sup>156</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2, PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-1

<sup>157</sup> Alexandre Lobato foi redator dos Serviços Culturais dos CTT e do Secretariado Nacional de Informação, e bibliotecário do ministério do Ultramar. Historiador ideologicamente próximo do regime, trabalhou para o Ministério do Ultramar e foi membro da União Nacional. Foi ainda professor universitário em Lourenço Marques.

<https://web.archive.org/web/20220121112943/https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/lobato.pdf>

<sup>158</sup> Provavelmente a esposa de Ahmed Haider.

<sup>159</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-1

<sup>160</sup> Gumo wishes plead case at UN; Dr. Simiao visit to US, 19/03/1974 (US)

estrangeiros, Rui Patrício, para pedir autorização para o envio de uma delegação do GUMO às reuniões do Comité dos 24 da ONU.<sup>161</sup> Isto depois de os americanos a terem informado que esse seria o único órgão adequado dentro da ONU a que ela poderia recorrer. Contudo, os EUA não eram membros deste comité, não podendo auxiliar em fazer arranjos para a apresentação de Simião perante o mesmo.<sup>162</sup> O Comité planeava realizar várias sessões entre as datas de 9 de abril e 3 de maio; e embora o assunto dos territórios portugueses já estivesse encerrado, americanos acreditavam que o Comité poderia estar recetivo a receber o GUMO no final de abril.

O primeiro membro do governo com que Joana Simião reuniu foi Baltazar Rebelo de Sousa, tendo-lhe submetido um dossiê a explicar a necessidade de enfrentar a opinião internacional (neste caso, a ONU). Explanou a Rebelo de Sousa que o GUMO reconhecia a soberania portuguesa em Moçambique e pedia a aplicação das reformas de 1971 para permitir o progresso na colónia. Aos americanos, explicou que pretendia ser uma via entre a FRELIMO e a política conservadora do governo português. Queria ser ouvida, mas não como parte da delegação do governo português<sup>163</sup>.

Simião reuniu-se depois com Rui Patrício, a 15 de abril, e nessa reunião terá conseguido aprovação para a realização da viagem a Nova Iorque e subsequente apresentação ao Comité dos 24. Disso informa o consulado americano, afirmando também ter recebido aprovação para fazer uma angariação de fundos para cobrir os custos da viagem. Simião planeava aproximações ao Malawi e a outros membros possivelmente simpatéticos pertencentes ao Comité dos 24.<sup>164</sup> O objetivo seria partir para Nova Iorque em finais desse mês, possivelmente dia 22 de abril. Os membros da delegação seriam Máximo Dias, Cassamo Daúde, Jorge de Abreu e Lisete Xavier.<sup>165</sup>

Os americanos queriam manter a sua política de neutralidade, para manter boas relações tanto com “africanos” como com os portugueses. Portanto, não se desejavam envolver diretamente com a planeada ida de Simião à ONU, remetendo-a para as autoridades portuguesas. A única coisa que podiam admitir era um encontro informal de Simião com um oficial da missão dos Estados Unidos junto da ONU.<sup>166</sup>

---

<sup>161</sup> PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2.

<sup>162</sup> GUMO an UN; Dr. Simiao visit, 22/03/1974 (US)

<sup>163</sup> Conversation with GUMO leader Joana Simiao, 15/04/1974 (US)

<sup>164</sup> Joana Simiao and Committee of 24, 17/04/1974 (US)

<sup>165</sup> Joana Simiao and Committee of 24, 17/04/1974 (US)

<sup>166</sup> Joana Simiao and Committee of 24, 19/04/1974 (US)

É recebida de novo por Patrício, no dia 19 de abril, altura em que este lhe reiterou o seu apoio, mas sem fornecer quaisquer detalhes sobre como tal apresentação deveria ser realizada. Encontrou-se com Rebelo de Sousa no dia 21, que a informou que o GUMO iria receber reconhecimento oficial do governo português:

“[...] this would appear certainly to harm GUMO credibility with Africans, but Simiao believed recognition would facilitate organization's activities within Portuguese world”<sup>167</sup>

Simião estava mais preocupada, claramente, com a aprovação das autoridades portuguesas do que com reunir apoio junto das massas moçambicanas.

Joana Simião regressou a Moçambique dia 22 de abril, com intenção de discutir a ida à ONU com os restantes membros do GUMO<sup>168</sup>. Meros três dias depois, os seus planos iam sofrer uma drástica modificação, com o golpe de estado do 25 de abril.

---

<sup>167</sup> Joana Simiao and Committee of 24, 23/04/1974 (US)

<sup>168</sup> Joana Simiao and Committee of 24, 23/04/1974 (US)

### 3. Do 25 de abril ao Acordo de Lusaka

O golpe de estado a 25 de abril de 1974 alterou por completo o panorama político no qual o GUMO se tinha estabelecido. O período que se seguiu foi de mudanças e transições, tanto em Portugal como nas colónias, que entraram num processo de rápida descolonização. Em Moçambique, o período transicional entre a queda da ditadura portuguesa e a assinatura dos Acordos de Lusaka, em que o poder foi definitivamente transferido para a FRELIMO, foi definido por “uma verdadeira «explosão de liberdade»” (Pimenta, 2021a, p.149). O período pós-25 de Abril em Moçambique caracterizou-se pelo surgimento de vários grupos políticos, assim como o desabrochar de grupos que, no caso do GUMO, começaram como simples associações cívicas. Os grupos são demasiados para enumerar, mas aqui vai uma listagem dos principais intervenientes (além do GUMO<sup>169</sup>):

- *Democratas de Moçambique* — não eram um partido político, mas sim um grupo de pressão sobre o regime colonial, e de apoio à FRELIMO. Este grupo foi formado pela antiga oposição democrática em Moçambique, constituída essencialmente por profissionais liberais e advogados (brancos). Destacavam-se indivíduos como Almeida Santos, Adrião Rodrigues, Pereira Leite e Rui Baltazar. Primeiro com origem em Lourenço Marques, acabaram por surgir vários grupos autónomos de Democratas espalhados pelo território (ex. Democratas da Beira). Isto levou a que estes núcleos dispersos se fundissem a 27 de maio, com a designação Democratas de Moçambique. Nesta reunião afirmaram os seus princípios—as negociações entre o governo português e a FRELIMO tinham de ser baseadas no direito à independência, e denunciaram quaisquer tentativas de criação de terceiras forças políticas. Portanto, os Democratas, desde logo, opuseram-se ao GUMO na sua comunicação e atuação, pondo todo o seu apoio na FRELIMO, que consideravam “o único movimento representativo de Moçambique”. Este discurso acabou por afastar a maior parte da população branca. Os Democratas também tiveram uma grande influência na reportagem dos acontecimentos

---

<sup>169</sup> Existem outros grupos constituídos por não-brancos além do GUMO, no entanto, pouca bibliografia existe sobre os mesmos.

nesses meses de transição, já que logo em maio, controlavam os principais órgãos de comunicação de Lourenço Marques—o jornal *Notícias* e o Rádio Clube de Moçambique. (Pimenta, 2021a)

- *FICO* — fundado no início de maio, era constituído pelos setores mais conservadores da população branca. Inicialmente, FICO era um acrónimo para Frente Independente de Convergência Ocidental; mas depois de uma moderação da sua mensagem (passando da defesa de que Moçambique era português e da recusa da independência, para a “manutenção de Moçambique no seio da Comunidade Luso-Brasileira” e aceitando a ideia de um referendo), passaram a designar-se ‘Ficar Convivendo’. (Pimenta, 2021a)

- *Convergência Democrática da Beira* — um grupo de brancos liberais, politicamente entre o FICO e os Democratas. Defendiam a social-democracia, o regime democrático e eleições livres. Pensavam que a transferência direta do poder para a FRELIMO não respeitava o direito à autodeterminação do povo moçambicano e que poderia resultar num regime autoritário. A Convergência Democrática suspendeu atividades a 28 de julho 74. (Pimenta, 2021a)

Sobre estas pequenas formações políticas, Vítor Crespo, que mais tarde foi Alto-Comissário em Moçambique, havia de afirmar:

Os partidos, as formações políticas, que apareceram em Moçambique (...) tinham pouca expressão pessoal. [...] as pessoas que os dirigiam não eram pessoas notáveis no território (...). Eram pessoas que tinham tido iniciativa política e formado organizações. Segundo, não tinham adeptos conhecidos. Faziam comícios ou organizações partidárias e não se conheciam cem pessoas pertencentes aquela organização. Não tinham relações internacionais conhecidas, não tinham história e tinham só a expressão que alguns jornais lhe davam e que eles próprios conseguiam produzir. Não se pode falar de organizações políticas com expressão nacional [...] <sup>170</sup>

Além de movimentações políticas, o 25 de abril desencadeou uma onda de greves, e reivindicações sociais. Estas greves contribuíram para uma destabilização da já frágil economia moçambicana <sup>171</sup>.

O golpe iniciou, como acima referido, o conturbado processo de descolonização em todos os territórios coloniais portugueses. A versão original do Programa do Movimento das Forças Armadas fazia uma promessa, embora algo vaga, de garantir a

---

<sup>170</sup> Painel dedicado a Moçambique (29 de agosto de 1996), PT-AHS-ICS-ML-B-DP-MZ

<sup>171</sup> Painel dedicado a Moçambique (29 de agosto de 1995), PT-AHS-ICS-ML-B-DP-MZ

autodeterminação e autonomia das colónias. Embora isto não fosse contrário às ideias expostas em *Portugal e o Futuro*, Spínola opôs-se à implicação da independência dos territórios coloniais. O problema não foi resolvido até às vésperas do 25 de abril, em que uma versão revista do Programa foi aceite para publicação no dia seguinte. (MacQueen, 1997, p.78) A versão final era um compromisso entre as visões do MFA e de Spínola, afirmando simplesmente que a política ultramarina se guiaria pelos princípios de: “a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar; b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino; c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.”<sup>172</sup>

A visão de Spínola aproximava-se muito mais do paternalismo colonialista de Caetano, como se pode verificar através do discurso por ele realizado após o 25 de abril, em que ele distinguia autodeterminação (“direito de cada povo escolher os seus destinos”) de independência. Além disso, afirmava que um povo só se poderia autodeterminar se estivesse “de posse de um nível cultural mínimo”, e que em África “não há ainda preparação intelectual e o número de elites é limitado”. Defendia a realização de um plebiscito “concretizado através de um povo com determinado nível cultural”, tendo então de se realizar a promoção e educação do povo moçambicano “que permita ao povo autodeterminar-se mas autodeterminar-se sob a bandeira portuguesa”.<sup>173</sup> Spínola foi claro: a autodeterminação teria de ocorrer, mantendo Moçambique um território português.

Samora Machel rejeitou estas ideias de modo decisivo, criticando o uso de termos que para ele levantam dúvidas como autonomia e autodeterminação. Machel foi perentório: a FRELIMO iria aceitar apenas a *independência total e completa*:

“No plano da propaganda, o inimigo recorre à mistificação política utilizando termos como «autonomia» e «autodeterminação», que ele deturpa e pelos quais ele procura desmobilizar a opinião pública, nacional e internacional. [...] Só a independência total e completa poderá permitir aos moçambicanos dirigirem o seu país, libertarem a sua economia da dominação dos monopólios estrangeiros, acabarem com a exploração e fazerem viver e desenvolver a sua cultura” (Machel, 1974)

---

<sup>172</sup> Programa do MFA, Centro de Documentação 25 de Abril, arquivado em <https://arquivo.pt/wayback/20230123045251/http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>

<sup>173</sup> General Spínola: Ultramar autodeterminado sob a Bandeira Portuguesa (1974, 30 abril). Notícias da Beira.

Ele negou, no mesmo discurso, os laços com Portugal: “não nos batemos para sermos portugueses de pele preta; temos a nossa história, temos as nossas tradições, temos a nossa personalidade que desejamos afirmar como povo livre e Soberano” (Machel, 1974) Após o golpe de estado, a FRELIMO intensificou as suas ações militares no território moçambicano, o que em muito vai pressionar as autoridades portuguesas<sup>174</sup>.

### 3.1. Comícios e contestação

Entretanto, em Moçambique, as notícias do golpe chegaram na manhã de 26 de abril, não se verificando distúrbios na capital. Segundo relato do consulado americano, a maioria da “população evoluída” favorecia a evolução política, e expressava-se a favor da nova liberdade de expressão dos órgãos de imprensa.<sup>175</sup> No dia 27 de abril, um grupo de tropas paraquedistas foi enviado para Lourenço Marques para efetivar a substituição do Governador Geral de Moçambique, por este não ter declarado a sua adesão à Junta de Salvação Nacional. (Aniceto & Gomes, 2010).

O 25 de abril significava para o GUMO uma completa alteração da sua estratégia. Longe ia a ideia de trabalhar dentro do regime, em colaboração com elementos considerados mais progressistas. O regime colonial tinha caído. Logo no dia 26, Joana Simião falou com o consulado americano, informando-os que os presentes desenvolvimentos implicavam uma alteração de planos, adiando os planos para ir à ONU. Essencialmente, tratava-se agora de converter o GUMO num verdadeiro partido político, capaz de disputar por via eleitoral o poder em Moçambique<sup>176</sup>. O GUMO enviou de imediato um telegrama de apoio à Junta de Salvação Nacional,<sup>177</sup> cujo presidente era o General António de Spínola.

Para estes efeitos, a primeira ação do GUMO após o 25 de abril foi a realização de uma conferência de imprensa. No dia 29 de abril, Joana Simião, Máximo Dias e Nurmahomed Issufo Salé apresentaram perante a imprensa e a rádio o seu manifesto, em

---

<sup>174</sup> “9 de Maio – Directiva da FRELIMO para as suas unidades intensificarem as acções da guerrilha, que de facto aumentaram cerca de 35%, especialmente em Cabo Delgado, Niassa e no eixo Dondo-Vila Fontes(Centro), sendo também reactivada a frente da Zambézia.” (Aniceto & Gomes, 2010)

<sup>175</sup> Lourenco Marques reaction to coup in Portugal (US)

<sup>176</sup> Lourenco Marques reaction to coup in Portugal, 26/04/1974 (US)

<sup>177</sup> Mozambique Situation as of 0800 Hours April 29, 29/04/1974 (US). Grupo Unido de Moçambique apoia Junta de Salvação Nacional (1974, 29 abril). Notícias da Beira

que explicam como foi impossível constituírem um partido político antes do 25 de abril, mas enfatizaram os esforços da constituição de uma “associação cívica” e fizeram um resumo das suas atividades (e dificuldades) antes da Revolução. (Pimenta, 2018, p.159)

Falaram no GUMO como sendo “fruto natural de injustiças sociais”, que incidiam sobre a “população negro-mestiça”. O programa apresentado passava pelos seguintes pontos: “[o]btensão duma autonomia política progressiva, adentro das instituições políticas vigentes no Espaço Português atendendo às novas aberturas”, com a participação de “todos os moçambicanos sem qualquer exceção”, num “clima de serenidade e disciplina”, consoante os princípios de “multirracismo”, “diálogo” e “respeito dos parâmetros legais legitimamente estabelecidos”. Importante destacar o sexto ponto do programa apresentado — o GUMO pretendia “servir os interesses duma comunidade luso-moçambicana pela defesa e fortalecimento de laços históricos, culturais e económicos”.<sup>178</sup> A comunidade luso-moçambicana, e não somente *moçambicana*.

Os membros do GUMO e os seus respetivos cargos eram os seguintes: Máximo Dias (Presidente), Joana Simião (Vice-presidente), Jorge de Abreu (Responsável das Atividades Económicas), Cassamo Daúde (Responsável Classe Operária), Nurmahomed Issufo Salé (Secretário Delegação da Beira), Cassiano Rataji (Delegado de Inhambane) e Lisete Xavier (Delegada de Nampula). (Pimenta, 2018, p.159)

No dia seguinte, 30 de abril, três dos membros do GUMO (Daúde, Simião e Abreu) realizaram uma conferência de imprensa, no Hotel Tivoli, com a presença de “todos os órgãos de informação de Lourenço Marques e Beira e o correspondente do jornal Lisboaeta «Expresso»”<sup>179</sup> (cf. Figura 2). A conferência foi essencialmente dominada por Joana Simião e Jorge de Abreu. Na conferência, afirmaram que a ação do seu grupo tinha como principal “público-alvo” as maiorias oprimidas, a sociedade negro-mestiça. O seu objetivo era uma integração destas populações no sistema económico. Na conferência, pelas palavras de Jorge Abreu, o GUMO rejeitava qualquer possibilidade de compromisso com a FRELIMO. Este afirmava que a solução dos problemas de Moçambique “não pode partir de fora para dentro mas de dentro para dentro”<sup>180</sup>. Mais do que a independência política, o GUMO lutava pela “independência económica:

---

<sup>178</sup> Na Beira. Grupo Unido de Moçambique reuniu com a Imprensa e a Rádio. (1974, 30 abril). *Notícias da Beira*.

<sup>179</sup> GUMO dá conferência de imprensa. (1974, 9 maio). *Tempo*.

<sup>180</sup> GUMO dá conferência de imprensa. (1974, 9 maio). *Tempo*.

“[...] a independência política apregoada não corresponde à independência económica, [logo] pretende o GUMO assumir a responsabilidade de reformular a estrutura económica, a fim de proporcionar ao negro-mestiço uma participação activa na economia da sua terra, que até então lhe tem sido madrasta».<sup>181</sup>

A revista *Tempo* questionou o GUMO, perguntando se tinha apoio dos grandes grupos económicos e empresas locais. A resposta foi, simplesmente: “O GUMO conta com as suas próprias forças”. Um jornalista presente aludiu ao grupo Champalimaud, mas Joana Simião, embora afirmasse simpatizar com esta figura, negou qualquer relação entre o GUMO e o empresário.<sup>182</sup> Também é esclarecido que o advogado Domingos Arouca não pertencia ao GUMO. O GUMO também se pronunciou sobre a natureza da composição racial do futuro governo, rejeitando a ideia de um governo inteiramente constituído por negros:

“O preto foi afastado de todos os problemas a sua promoção foi retardada através do colonialismo. Não podemos ter um governo do «caniço!» Isso seria uma salada! Temos é que dar às massas a informação, consciencializá-las. Um governo a formar deverá ser forçosa e verdadeiramente constituído por elementos representativos.»<sup>183</sup>

Esta posição ia, claramente, de encontro ao discurso de Spínola.

### **Comício de Xipamanine**

No dia 3 de maio, o GUMO realizou um comício, por volta das 16h30, no Campo de Futebol do Xipamanine, em Lourenço Marques. O jornal *Notícias* afirmava que o comício reuniu cerca de 20.000 pessoas, sobretudo negras, dos subúrbios<sup>184</sup>. A revista *Tempo*, por outro lado, afirmava que entre cinco e oito mil pessoas estiveram presentes<sup>185</sup>. O consulado americano colocava o número de presentes em 10.000 pessoas — “the first large African political meeting ever held in Mozambique”<sup>186</sup>. (cf. Figuras 3 e 7) O

---

<sup>181</sup> Conferência de Imprensa. Grupo Unido de Moçambique. (1974, 5 maio). *Notícias*, p.2.

<sup>182</sup> GUMO dá conferência de imprensa. (1974, 9 maio). *Tempo*.

<sup>183</sup> “Conferência de Imprensa. Grupo Unido de Moçambique”, 01/05/1974, *Notícias*

<sup>184</sup> GUMO concentrou uma multidão de milhares de pessoas no campo de futebol do Xipamanine para a elucidar sobre o momento político e as finalidades daquele movimento. (1974, 4 maio). *Notícias*, 1-2.

<sup>185</sup> O povo disse não ao GUMO. (1974, 12 maio). *Tempo*.

<sup>186</sup> First African political rally sponsored by GUMO, 08/05/1974, (US)

consulado expressou que o evento gerou bastantes rumores e reportagens exageradas na imprensa sul-africana<sup>187</sup>.

Ao contrário dos relatos sensacionalistas, os americanos caracterizaram o comício como “tame and uninspiring”, embora a própria Simião o tenha considerado um sucesso. Simião discursou em primeiro lugar (cf. Figura 4), dando uma história simplificada do GUMO, e urgindo a multidão para que votassem nos líderes do GUMO nas eleições para a Assembleia Nacional em Lisboa e para a Assembleia Legislativa em Lourenço Marques. Isto parece indicar que Simião acreditava que Moçambique ainda ficaria sob domínio português durante algum tempo, e que as instituições legislativas (coloniais) que já existiam antes do 25 de abril iriam perdurar no tempo a prazo de realização de novas eleições. Declarou também que apenas o diálogo com Spínola e a JSN podiam prevenir “aventuras” do tipo UDI (Declaração Unilateral de Independência) e produzir o “Moçambique novo”<sup>188</sup> Simião afirmou a sua lista de prioridades: a «[l]ibertação de presos políticos e restauração das liberdades.» e informar os moçambicanos “para poderem escolher o futuro político do Estado de Moçambique”<sup>189</sup>.

Máximo Dias proferiu um discurso caracterizado pelos americanos como “vago” e “idealista” (cf. Figura 6):<sup>190</sup>

GUMO é garantia de autenticidade moçambicana, onde todos serão apenas moçambicanos. GUMO é Moçambique, GUMO é de todos. GUMO será a vontade de Moçambique. E Moçambique será o que GUMO realizar. [...] GUMO não é de Máximo Dias, de Joana Simeão nem de qualquer actual membro da Comissão Central. GUMO é de todos, GUMO pretende apenas ser Moçambique. [...] GUMO é a ideia de Paz, da concórdia, da liberdade<sup>191</sup>.

Dias também afirmou que o GUMO “não é contra o ideal de Justiça da FRELIMO”, já que ambos nasceram das mesmas injustiças sociais. Alertou contra as “forças reaccionárias que pretendem dividir-nos para reinarem”. Ironicamente, o GUMO

---

<sup>187</sup> “Meeting has been widely mis-reported in South African press as having been scene of clash between FRELIMO sympathizers and police, and as having broken up in disorder. Unusual event also gave rise to rumors (...) that Africans were planning violent demonstrations, including one horror story, absolutely without foundation, that Africans "were going wild" breaking windows downtown, overturning cars, etc.” (R 081120Z MAY 74)

<sup>188</sup> First African political rally sponsored by GUMO, 08/05/1974 (US); GUMO concentrou uma multidão de milhares de pessoas no campo de futebol do Xipamanine para a elucidar sobre o momento político e as finalidades daquele movimento. (1974, 4 maio). Notícias.

<sup>189</sup> GUMO concentrou uma multidão... (1974, 4 maio). Notícias.

<sup>190</sup> First African political rally sponsored by GUMO, 08/05/1974 (US)

<sup>191</sup> GUMO concentrou uma multidão... (1974, 4 maio). Notícias.

foi acusado de fazer parte dessas mesmas “forças reacionárias”, pela FRELIMO e pelos Democratas. Terminou com afirmações ousadas, proclamando o GUMO como a “única via da Paz” e a “única imagem de uma FRELIMO justa, descomprometida, implantada em Moçambique”<sup>192</sup>. Jorge de Abreu também se encontrava presente e efetuou um discurso. (cf. Figura 5)

Problemas logísticos e técnicos, como as colunas de fraca qualidade, que dificultavam a audição dos discursos, prejudicaram o possível sucesso do comício. Além disso, os discursos, efetuados em português, tinham subsequentemente de ser traduzidos em língua Ronga, dado que a população presente na sua grande maioria não era fluente na língua imposta pelo regime colonial<sup>193</sup>.

O consulado americano descreveu um grupo de cerca de trinta africanos, simpatizantes da FRELIMO, que interromperam o discurso com cantos pró-FRELIMO, gritando “Fora GUMO!”. Afirmou categoricamente que não existiam os “milhares” de dissidentes reportados nalguns jornais, como no caso da revista *Tempo* e do jornal *Notícias*:

Alguns milhares de presentes, estando totalmente em desacordo com as intenções do grupo Unido, insurgiam-se contra os mesmos, exibindo cartazes, num dos quais [...] se lia: «Rua, Gumo!» [...] No final, e na altura em que começou a dispersão, a dr<sup>a</sup> Joana Simeão foi envolvida por numeroso grupo de populares, de tal forma que teve de solicitar o auxílio da Polícia e, mais tarde, introduzir-se num edifício das redondezas de onde, muito dificilmente, conseguiu sair numa viatura, a grande velocidade.<sup>194</sup>

Segundo o relato americano, a única instância de violência foi quando um camião transportando fotografos e correspondentes quase atropelou o grupo frelimista, provocando uma reação. O GUMO, preocupado com a maneira como os eventos foram reportados nos *media*, publicou uma declaração no dia 4 de maio. Os órgãos de comunicação tentaram desmentir essa declaração: “O GUMO, no dia seguinte, mandou um esclarecimento à «Tribuna» considerando tendenciosa a notícia que tinha sido dada por um órgão de informação diária e minimizando a manifestação pró-FRELIMO cujos elementos reduziu a «cerca de três dezenas de contramanifestantes».”<sup>195</sup>

De acordo com o oficial do consulado americano presente no comício, “a maior parte da multidão parecia politicamente apática”, “as pessoas vagueavam, falavam com

---

<sup>192</sup> GUMO concentrou uma multidão... (1974, 4 maio). *Notícias*.

<sup>193</sup> Situation in Mozambique as of 1600 Hours May 3, 03/05/1974 (US)

<sup>194</sup> GUMO concentrou uma multidão... (1974, 4 maio). *Notícias*.

<sup>195</sup> O povo disse não ao GUMO. (1974, 12 maio). *Tempo*.

amigos, alimentavam bebês”. Encarou a possibilidade de que alguma da população branca presente poderia ter ficado alarmada com o tom do discurso de Máximo Dias e a sua identificação com a FRELIMO.<sup>196</sup>

De acordo com a visão americana, a principal significância de tal comício, à parte da simples importância da sua realização, tinha sido o sucesso do GUMO em atrair o maior grupo de população negra até aí para um comício de natureza política em Moçambique.<sup>197</sup> Simião culpou a fraca cobertura mediática em repórteres com vieses políticos, como Areosa Pena—que ela caracterizava como “maoísta”. Apesar de tudo, considerou-o um sucesso.<sup>198</sup>

Nesse mesmo dia, Nurmahomed Issufo Salé abandonou as suas funções como Secretário do GUMO. É o primeiro de vários que irão abandonar o partido nas semanas e meses que se seguem. Tal foi anunciado publicamente nos órgãos de comunicação no dia 14, no entanto, sem quaisquer informações sobre o que levou Salé a abandonar o GUMO.<sup>199</sup> Talvez os eventos em Xipamanine e a reação mediática subsequente o tenham feito querer distanciar-se de um grupo que estava a ganhar uma imagem pública negativa.

É por esta altura que começaram as tentativas de aproximação do GUMO à FRELIMO, numa tentativa de exercer algum tipo de “influência moderadora” em membros do partido, ou mesmo uma aliança formal ou informal entre os dois grupos. O GUMO enviou um telegrama a Samora Machel e Marcelino dos Santos, em que sugeria trabalharem em conjunto. Simião inquiriu, por sua vez, junto do consulado americano quais, entre os membros do comité central da FRELIMO, seriam mais moderados e “razoáveis”.<sup>200</sup>

### **Comício de Chipangara**

No dia 11 de maio, o GUMO realizou um comício no bairro negro da Chipangara, na Beira, perto da escola Baltazar Rebelo de Sousa. (cf. Figura 8)

---

<sup>196</sup> First African political rally sponsored by GUMO, 08/05/1974 (US)

<sup>197</sup> First African political rally sponsored by GUMO, 08/05/1974 (US)

<sup>198</sup> Latest talks with Dr. Joana Simiao, GUMO Vice President, 08/05/1974 (US)

<sup>199</sup> “O sr. Nurmahomed Issufo Salé solicitou à Imprensa e à Rádio que anunciassem que ele havia deixado de exercer as funções de secretário do GUMO no passado dia 3 do corrente.” (Os drs. Joana Simião e Máximo Dias ausentes da Beira (1974, 14 maio). *Notícias da Beira.*)

<sup>200</sup> GUMO request for information on moderate FRELIMO members, 10/05/1974 (US)

Questionado pelo periódico *Notícias da Beira* em relação à intencionalidade da escolha daquele local para a realização do comício, Máximo Dias replicou “não haver qualquer nexo de causalidade, sendo antes meramente casual”.<sup>201</sup>

Quanto ao número de pessoas presentes, segundo o *Notícias da Beira* estariam “umas escassas centenas” e segundo o jornal *Notícias* estariam “muitas centenas” (o número referido até poderia ser o mesmo, dependendo a ênfase da perspectiva jornalística). Discursou Leonardo Gimo, um locutor da Rádio Pax, que apresentou o GUMO na língua changane, e depois Alberto Manuel, locutor da Voz de Moçambique, que repetiu a apresentação na língua sena. De seguida, Joana Simião fez o seu discurso.

No discurso de Joana Simião, esta enfatizou a necessidade do povo moçambicano “ser consultado sobre o destino de Moçambique” e estabeleceu três opções: “ficar sob a Bandeira Portuguesa”, “independência a prazo através dum diálogo com Spínola” e “independência total e imediata”. Também explicitou a função do GUMO neste processo de transição no qual a FRELIMO era “elemento preponderante”: “preparar o povo para as eleições”, tratando do pré-recenseamento da população, e através da inscrição do povo moçambicano nas delegações do GUMO<sup>202</sup>.

Máximo Dias, no seu discurso, afirmou que GUMO é Moçambique, e que pertence a todos os moçambicanos. Declara o GUMO como “terceira força” e afirma a identificação com “o Ideal de Justiça dos Movimentos de Libertação”. Afirmou, tal como Simião, a necessidade da efetuação de uma consulta popular em que o povo poderá escolher entre a “autodeterminação com algumas ligações políticas com Portugal” ou “independência total (...), continuando, porém, a língua e os laços históricos”. Máximo Dias criticou também a “dispersão partidária”, e afirma que “quase todos os grupos, que se têm revelado, poderiam ter um papel a desempenhar no GUMO, com a excepção apenas do FICO”. Também fez uma crítica aos Democratas, afirmando que “durante 48 anos, se habituaram a nada fazer”, e que agora só se ocupavam de criticar<sup>203</sup>.

Máximo Dias afirmou também que GUMO, ao contrário de outros grupos, não aguardou pelo 25 de Abril para se constituir enquanto grupo político/cívico, declarando que, antes da Revolução, tiveram de enfrentar a PIDE, membros hostis da Assembleia Nacional, entre outros obstáculos. Também denuncia o estatuto socioeconómico dos Democratas (“luxuosas casas”), contrastando-os com o “nós” moçambicanos, pobres.

---

<sup>201</sup> GUMO: Comício tumultuoso no bairro da Chipangara (1974, 12 maio). *Notícias da Beira*.

<sup>202</sup> Discursos na manifestação do GUMO. (1974, 13 maio). *Notícias*.

<sup>203</sup> Discursos na manifestação do GUMO. (1974, 13 maio). *Notícias*.

“Precisamos apenas de uma frente unida, lúcida, aberta e esclarecedora onde todos (incluindo os ditos democratas) possam tomar parte activa por um Moçambique autêntico (...)”.<sup>204</sup>

Através da análise destes discursos é possível compreender que o GUMO não aspirava a uma competição de vários partidos pelo poder. O objetivo delineado por Máximo Dias era o GUMO ser uma frente única, ser no fundo, um *partido único* que agrupasse todos os grupos políticos (com exceção de aqueles grupos como o FICO que queriam a perpetuação do colonialismo).

Uma jornalista da *Voz Africana*, Filomena Jorge, foi julgada como sendo militante/simpatizante do GUMO, por este a ter referido no seu discurso (“Precisamos apenas de uma frente única, lúcida, aberta e esclarecedora onde todos (incluindo os ditos democratas) possam tomar parte activa por um Moçambique autêntico, como diz FILOMENA JORGE na «Voz Africana» de hoje. Esse é o desejo de GUMO.”<sup>205</sup>), sendo por isso atacada pela multidão presente. A multidão exigiu-lhe “o dinheiro que o GUMO prometeu”<sup>206</sup> A revista *Tempo* também referiu este incidente.<sup>207</sup>

O jornal *Notícias* não mencionou este incidente, falando simplesmente nalguns distúrbios que ocorreram após o término do comício, com o lançamento de pedras a alguns veículos<sup>208</sup>.

### **Comício de Munhava**

Ao comício da Chipangara, seguiu-se o comício do GUMO no Bairro da Munhava, também na cidade da Beira, em 12 de maio de 1974, de manhã, perto da Companhia das Águas, junto da nova autoestrada.<sup>209</sup> O comício contava com alguns

---

<sup>204</sup> Discursos na manifestação do GUMO. (1974, 13 maio). *Notícias*.

<sup>205</sup> Discursos na manifestação do GUMO. (1974, 13 maio). *Notícias*

<sup>206</sup> “A nossa camarada da «Voz Africana», Filomena Jorge, entrevistava presentes, quando, por via da forma como o seu nome foi utilizado pelo dr. Máximo Dias, foi esta nossa camarada julgada como sendo militante do GUMO. Sucedeu que em unísono vários populares a interpelaram, a empurraram enquanto lhe gritavam: — Você é GUMO! GUMO prometeu dinheiro. Dá dinheiro que GUMO falou! — Aquela gente falou no seu nome! Você costuma vir ao Chipangara fazer perguntas de nossa vida. Dá dinheiro que GUMO prometeu — Você GUMO tem carteira cheia! Dá meu aumento”. “GUMO: Comício tumultuoso no bairro da Chipangara”, 12/05/1974, *Notícias da Beira*

<sup>207</sup> “Entre a única paz possível e o aventureirismo das direitas”, 19/05/1974, *Tempo*. Acerca da revista *Tempo*, nos números digitalizados disponíveis na plataforma Aluka o conteúdo dos números 190 e 192 foi trocado (ou seja, o artigo mencionado encontra-se no ficheiro do número 190, de 05/05/1974, embora pertença ao 192). Irei mencionar a data correta dos conteúdos.

<sup>208</sup> Reunião do GUMO na Beira. (1974, 13 maio). *Notícias*.

<sup>209</sup> Comício do GUMO acaba com graves distúrbios (1974, 13 maio). *Notícias da Beira*.

milhares de assistentes (segundo o jornal *Notícias da Beira* seriam três mil pessoas). Joana Simião discursou primeiro, e segundo o *Notícias da Beira*, já durante o seu discurso se ouviam “burburinhos” da multidão contra o GUMO.

Durante o discurso de Máximo Dias, o descontentamento da assistência agravou-se:

“No uso da palavra seguiu-lhe Máximo Dias, que, a dado passo, e criticando as condições de insalubridade em que vive a população da Munhava, afirmou: «Eu vivi aqui, nesta zona pantanosa onde falta a água». Pouco depois era interrompida a sua fala, em virtude de chuva certa de pedradas que varreu o palanque. Um sector da assistência, dando vivas à Frelimo e «fora Gumo», «Gumo vai embora», apedrejou com maior insistência os líderes e militantes do Gumo. Entretanto, os líderes do Gumo, do alto do seu camião, tentavam incriminar a Imprensa de ter provocado o descontentamento contra eles, sem que conseguisse com isso tirar o efeito pretendido. Com a pronta intervenção das forças da ordem — PSP e PM — a multidão dispersou, atirando ainda uma ou outra pedra na passada. Verificou-se a necessidade de escolta e protecção policial para os líderes do partido abandonarem o estrado do camião e se meterem na viatura ligeira que os aguardava.”<sup>210</sup>

Por outro lado, o relato do *Notícias* afirmou que Simião e Dias foram “ovacionados” durante os seus discursos, mas que no final um “determinado sector do povo” apedrejou os membros do GUMO<sup>211</sup>.

A presença de população branca, que tinha aparecido para observar o comício a partir das suas viaturas, pode ter ajudado no escalar de tensões<sup>212</sup>. Um setor da população negra decidiu apedrejar as viaturas da população branca: “[u]ma das viaturas apedrejadas foi depois seriamente danificada, tendo ficado toda amolgada”, e o carro foi virado. Estes eventos “provocaram a excitação entre alguns elementos da população branca beirense” que acorreram ao local.<sup>213</sup>. As autoridades tiveram de intervir para evitar conflitos:

“Os apedrejamentos continuaram durante a tarde, o que provocou uma intervenção da polícia militar. Mantiveram-se 60 indivíduos armados no local, e à noite o general Diogo Neto enviou uma companhia de paraquedistas para policiar a zona”.<sup>214</sup>

Os brancos, indignados, prosseguiram na direção do edifício do Governador-Geral. Pelo caminho, apedrejaram a residência de Miguel Murupa e agrediram a sua

---

<sup>210</sup> Comício do GUMO acaba com graves distúrbios. (1974, 13 maio). *Notícias da Beira*

<sup>211</sup> Manifestações na Beira resultantes de graves incidentes. (1974, 13 maio). *Notícias*.

<sup>212</sup> Disturbances in Beira, 14/05/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>213</sup> Comício do GUMO acaba com graves distúrbios. (1974, 13 maio). *Notícias da Beira*

<sup>214</sup> Comício do GUMO acaba com graves distúrbios. (1974, 13 maio). *Notícias da Beira*

mulher. Isto derivou de um acidente rodoviário, envolvendo João Unhai. Murupa tinha saído da sua casa para tentar acalmar a discussão entre Unhai e os outros intervenientes no acidente: “Miguel Murupa foi empurrado e a esposa, que tinha aparecido em seu auxílio, foi agredida e pontapeada”. A residência foi apedrejada.<sup>215</sup>

À tarde, dezenas de brancos concentraram-se em frente ao Governo do Distrito, para falarem com o Comandante Guerra Corujo. Mais tarde, chegou o automóvel que tinha sido “posto de rodas para o ar”, rebocado por outro.

O Comandante mandou emitir um comunicado:

«Na sequência das manifestações realizadas esta manhã pelo GUMO, verificaram-se provocações e incidentes que a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Militar, actuando em conjunto, tiveram dificuldade em dominar, face às ordens recebidas do Governo do Distrito e do Comando Militar para só actuarem quando os incidentes assumissem proporções muito graves. As duas polícias deram provas de extrema serenidade (...)

«A situação é contudo extremamente grave e poderá assumir proporções dramáticas que levem ao confronto de grupos. Nesta conformidade o governador do Distrito e o comandante militar pedem encarecidamente à população da cidade para «manter a serenidade e evitar situações de provocação e confronto, acatando as ordens da P.S.P e da P.M.»<sup>216</sup>

Apesar disso, a concentração junto do Governo do Distrito manteve-se. Mais ao fim da tarde, chegaram Costa Gomes e Diogo Neto, escoltados pela PSP e PM. A população branca acabou por invadir o recinto da residência até à varanda. Diogo Neto pediu calma, enquanto a população gritava “queremos armas” e solicitava Costa Gomes. Costa Gomes acaba por se dirigir à população, pedindo calma e serenidade.<sup>217</sup>

Costa Gomes e Neto foram capazes de acalmar a situação, embora alguns apedrejamentos de carros continuassem até ao início da noite.

Simião telefonou a vários consulados (americano, francês, alemão), e a jornalistas estrangeiros, afirmando que a demonstração contra o GUMO tinha sido organizada por Nunes de Carvalho, antigo membro da Assembleia Legislativa, oposicionista e líder do PRUMO (um partido recém-formado). De acordo com outras fontes do consulado americano, tinham sido elementos negros pró-Frelimo os que tinham sido responsáveis

---

<sup>215</sup> Apedrejada a residência de Miguel Murupa. Notícias da Beira.

<sup>216</sup> Calma e Serenidade porque situação é muito grave—Comunicado do Governador do Distrito. (1974, 13 maio). *Notícias da Beira*.

<sup>217</sup> Calma e Serenidade... (1974, 13 maio). *Notícias da Beira*.

pela interrupção do comício.<sup>218</sup> Segundo a opinião britânica, os elementos pró-FRELIMO foram claramente um fator, embora houvesse quem acusasse Jardim de estar envolvido.  
219

Este evento gerou uma série de rumores, de que teria mesmo havido feridos e uma morte, mas que não correspondiam à verdade dos acontecimentos. Isto levou a que os ânimos ficassem ainda mais exaltados, e que Costa Gomes condenasse o sensacionalismo dos media relativamente ao comício<sup>220</sup>.

### **Joana Simião em terras macuas**

Em Porto Amélia, no dia 16 de maio, Joana Simião e Adão Seni<sup>221</sup> fizeram uma conferência de imprensa. Simião falou sobre a formação do GUMO, voltando a levantar a questão de o GUMO ser anterior a outros partidos que só se tinham formado no pós-25 de Abril. Sobre a conferência de imprensa que realizou em janeiro de 1974, que segundo ela “foi interdita em território moçambicano” por Pimentel dos Santos, que também proibiu várias conferências de imprensa do GUMO.

Simião defendeu que deviam existir “conversações directas (...) entre as Forças Armadas e a FRELIMO, pois consideramos que esses dois elementos são os únicos responsáveis e os únicos capazes de nos conduzir até à paz”. Além disso, defendia a “desmilitarização” da FRELIMO, o que permitiria uma coligação entre esta e o GUMO: “Com uma FRELIMO desmilitarizada, GUMO poderá estudar a eventualidade de uma coligação para a construção de um Moçambique livre, justo e fraterno”<sup>222</sup>

Simião abordou também o problema dos agentes da DGS que “gozam de uma liberdade de acção que traz apavorada a população suburbana”. Simião condenou qualquer discriminação e afirma que o GUMO “congrega brancos, pretos, mistos e asiáticos e entende que atitudes raciais devem ser banidas”.

Depois, falando como membro da etnia macua, ela expressou que os povos do Norte tinham de participar na solução para o término do conflito em Moçambique: “os povos do Norte da Zambézia não poderão ser compelidos a aceitar uma solução que eles

---

<sup>218</sup> Trouble mounts in Beira, 13/05/1974 (US)

<sup>219</sup> Disturbances in Beira, 14/05/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>220</sup> Disturbances in Beira, 14/05/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>221</sup> Também referido como Adamo Seni. Não existem muitas informações nem muitas referências a este membro do GUMO, que teria sido Comissário da Propaganda. (Cf. Comunicado do GUMO (1974, 19 maio). *Notícias da Beira*.)

<sup>222</sup> GUMO falou à população de Porto Amélia. (1974. 23 maio). *Notícias*.

não querem”<sup>223</sup>. Ou seja, Simião procurava usar a sua identidade macua para se afirmar junto da população da região norte de Moçambique.

Reportou ao consulado americano o sucesso da sua visita, mas os americanos não se esquecem de reportar certas discrepâncias e hipérboles, incluindo a afirmação de que, supostamente, os macuas a teriam aceitado como líder política. Os americanos questionavam o grau de aceitação e sucesso, já que Simião nem sequer era capaz de comunicar-se numa língua nativa com o “seu povo”, precisando de um tradutor.<sup>224</sup>

### **Primeiras críticas ao GUMO e divisões entre os líderes**

Dia 13 de maio<sup>225</sup>, no mesmo dia do comício do GUMO na Munhava, uma emissão da *Voz da Frelimo*, a estação radiofónica responsável pela propaganda do movimento de libertação, ofereceu duras críticas ao GUMO e aos seus membros, misturando realidade com rumor, acusando-os de receberem proteção de Caetano, Rebelo de Sousa e Pimentel dos Santos:

“Quando em Moçambique eram perseguidos todos os que ousavam criticar, mesmo timidamente, o colonialismo, quando em Portugal eram presos todos os que ousavam sugerir o fim da guerra, como é que o GUMO fazia conferencias de imprensa em Lisboa? [...] como é que o GUMO é recebido e acarinhado por Marcello Caetano e Pimentel dos Santos, faz viagens e discursos com Rebelo de Sousa? A resposta a todas estas perguntas é muito simples e muito clara: o GUMO é um instrumento do colonial-fascismo português!”<sup>226</sup>

A *Voz da Frelimo* mencionou a reunião de Máximo Dias com Marcelo Caetano, em setembro de 1973. Eles citam um suposto documento redigido pelo GUMO a um governo estrangeiro: “Esta audiência histórica durou 1.45 horas. O nosso presidente expõe com clareza e sinceridade as nossas aspirações, marcando, com esta iniciativa, a nossa vontade de marcar uma portugalidade velha de cinco séculos”.<sup>227</sup>

---

<sup>223</sup> GUMO falou à população de Porto Amélia (1974. 23 maio). *Notícias*.

<sup>224</sup> Dr. Simiao: latest plans; GUMO running into opposition, 21/05/1974 (US)

<sup>225</sup> Transcrição da emissão: CIDAC H45-1/15/NC-2.

<sup>226</sup> Que pensa a FRELIMO do GUMO? – emissões da Frente de Libertação de Moçambique denunciam dirigentes e objectivos do GUMO. (1974, 2 junho). *Tempo*.

<sup>227</sup> Mais tarde, Máximo Dias irá negar a existência deste documento, e também nega ter afirmado uma “portugalidade” perante o Presidente do Conselho. (Máximo Dias responde às acusações da «Voz da FRELIMO». (1974, 30 junho). *Tempo*.) Além disso, afirma que a reunião apenas durou 45 minutos, embora documentos da DGS reportem que esta foi mais longa. “Em 23 SET p.p., o Dr. MÁXIMO DIAS teria tido uma conferência, com Sua Excelência o Presidente do Conselho,

A mudança constante da retórica do GUMO, numa aproximação às ideias da FRELIMO, também era vista como sinal de que o GUMO não tinha convicções: “se por um lado demonstra quanto os colonialistas e seus agentes reconhecem a força das ideias da FRELIMO no seio das massas, denuncia, por outro lado, a baixaza dos fantoches”.

Alguns dias depois, Máximo Dias escreveu para o jornal a sua defesa contra acusações da FRELIMO. Numa conferência que dá em Quelimane (cf. Figura 9), Dias pegou nas acusações feitas pela FRELIMO e “satisfazendo de seguida a curiosidade das pessoas presentes com a apreciação feita sobre Joana Simião, pondo a interrogação: «Teria sido ela expulsa da FRELIMO?»”<sup>228</sup> Além disso, sem dúvida como resposta ao ataque da FRELIMO, “pôs depois em evidência a posição do «GUMO» em relação à «FRELIMO», e que o diálogo aberto e franco estava no programa de ambos os partidos que tinham os mesmos campos ideológicos a defender, sendo provável que «GUMO» se unificasse à «FRELIMO», logo que esta se organizasse em Moçambique como partido político”. Disse também que o GUMO era “FRELIMO interna” e que enquanto grupo foi perseguido pela PIDE/DGS<sup>229</sup>.

No início de maio, Simião já dera sinais de que pretendia substituir o Presidente do GUMO. Embora ela o considerasse “útil” como orador e organizador, afirmava que lhe faltava carisma para ser líder do GUMO. O oficial consular a quem confessou as suas intenções sugeriu Domingos Arouca, mas ela negou dizendo que Arouca era apoiante da FRELIMO, não sendo, portanto, adequado a um cargo no GUMO.<sup>230</sup>

### **Contactos com a Suazilândia e o I Governo Provisório**

Dia 19 de maio, Joana Simião deslocou-se à Suazilândia, acompanhada de Calisto Makulube. O rei Sobhuza pediu para a ver depois de o seu nome ter sido mencionado por pessoal da COREMO em Lusaka (possivelmente Paulo Gumane). O rei disse a Simião que ele tinha escrito uma carta a Spínola e que tinha enviado uma delegação a Dar es Salaam e Lusaka para discutir com os respetivos governos e os movimentos de libertação.

---

de 1 hora e 45 minutos, a quem teria exposto os seus pontos de vista políticos.” (PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-1)

<sup>228</sup> GUMO propõe para dirigir destinos de Moçambique advogado dr. William Pott–Máximo Dias, em Quelimane (1974, 23 maio). *Notícias da Beira*.

<sup>229</sup> GUMO propõe para dirigir destinos de Moçambique advogado dr. William Pott–Máximo Dias, em Quelimane (1974, 23 maio). *Notícias da Beira*.

<sup>230</sup> Latest talks with Dr. Joana Simiao, GUMO vice president, 08/05/1974 (USA)

As três perguntas que o rei colocava à FRELIMO eram as seguintes: sob que condições aceitaria a FRELIMO o referendo proposto por Spínola?; qual era o tempo (*timeline*) previsto para a independência moçambicana por parte da FRELIMO?; iria a FRELIMO aceitar ligações continuadas com Portugal, e se estabeleceriam conexões com Angola e outros territórios portugueses?

Simião informou que a delegação suazilandeses tinha chegada a Dar es Salaam no dia 20 e que iria chegar a Lusaka dia 23, prosseguindo para Lisboa. A própria iria deslocar-se à Suazilândia no próximo dia 25, dirigindo-se depois a Londres, via Lisboa. Esperando que a sua visita à capital portuguesa coincidissem com a delegação da Suazilândia, e esperando encontrar-se com Costa Gomes e Mário Soares.<sup>231</sup>

No seu regresso a Moçambique, a 21 de maio, Simião teve uma audiência com o Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, que recebeu vários indivíduos e grupos políticos, entregando-lhe o relatório do seu encontro com o rei da Suazilândia. No entanto, à imprensa, não dá detalhes da natureza deste encontro, dizendo apenas que era sobre “o futuro político de Moçambique” e que “O resto é secreto”.<sup>232</sup>

Almeida Santos expressara, antes da sua nomeação como Ministro no I Governo Provisório que pensava que o GUMO e Joana Simião seriam esquecidos “dentro de três semanas”.<sup>233</sup> A sua nomeação, na opinião de Tavares Pimenta, devia-se não só ao seu papel na oposição democrática (incluindo ligações a figuras da metrópole como Mário Soares), como às suas ideias moderadas. Antes do 25 de abril, tinha mesmo expressado opiniões favoráveis a uma federação. (Pimenta, 2018). Contudo, é óbvio que Almeida Santos não via grupos como o GUMO como jogadores sérios no xadrez político moçambicano.

Numa carta redigida pelo GUMO a Almeida Santos, a 23 de maio, demonstravam uma aproximação à retórica da FRELIMO — a opção de permanência sob a bandeira portuguesa é definitivamente retirada, com a carta apelando pelo “reconhecimento do direito à independência do povo de Moçambique (...) contido no direito à autodeterminação já reconhecido”. Ou seja, a autodeterminação e a independência já não são apresentadas como opções separadas.<sup>234</sup>

---

<sup>231</sup> King Sobhuza apparently seeking play role as intermediary in settling Portuguese-African affairs, 23/05/1974 (USA)

<sup>232</sup> Audiências. (1974, 22 maio). *Notícias*.

<sup>233</sup> Dr. Simião: latest plans; GUMO running into opposition, 21/05/1974 (US)

<sup>234</sup> GUMO apresenta apelo ao Ministro Almeida Santos. (1974, 23 maio). *Notícias da Beira*.

Independentemente da sua retórica em comícios e cartas abertas, Simião considerava que a independência do Estado moçambicano seria um processo longo: projetara que demoraria dois anos a ser concretizada, e que neste momento o foco deveria ser a “moçambicanização” de importantes setores da sociedade moçambicana.<sup>235</sup> Isto entrava em confronto claro com as intenções da FRELIMO, que queriam a independência o mais cedo possível, e viam na independência pré-condição para o término da guerra. O GUMO nos seus discursos defendia o contrário—a FRELIMO deveria depor as suas armas e parar com a luta armada primeiro, antes de o futuro político moçambicano poder ser negociado. Esta diferença fundamental de ideias de como o processo descolonizador deveria ser levado a cabo resulta, obviamente, numa rejeição do GUMO por parte da FRELIMO, por muito que o GUMO afirmasse que se “identificava” com a FRELIMO.

### **3.2. O colapsar do GUMO**

As divisões existentes entre Máximo Dias e Joana Simião, e as dúvidas daquele sobre esta, agravaram-se, resultando que a 30 de maio, Dias se encontrou com o cônsul britânico em Lourenço Marques, para o questionar diretamente sobre Joana Simião. Dias falou em rumores de que Simião estaria a trabalhar “para os brancos”, e referiu também a informação que circulava de que ela teria feito parte da FRELIMO. Essencialmente, o que ele realmente procurava era aconselhamento relativamente à manutenção de Simião como membro do partido. O cônsul recusou, naturalmente, qualquer envolvimento nos assuntos internos do GUMO.<sup>236</sup>

O cônsul deu a sua opinião sobre a necessidade de incluir africanos (negros) no partido, para projetar uma “imagem africana”, já que Máximo Dias era euro-asiático. Isto contrastava com a opinião mediática, que acusava o GUMO de se dirigir unicamente à população negro-mestiça. Máximo Dias falou na sua vontade de falar diretamente com a FRELIMO, e pediu ao cônsul se este poderia ajudá-lo a entrar na Tanzânia por canais diplomáticos para falar com o movimento de libertação, mas este respondeu que não se

---

<sup>235</sup> Dr. Simiao: latest plans; GUMO running into opposition, 21/05/1974 (US)

<sup>236</sup> “Call by Dr Maximo Dias, President of GUMO”, 30/05/1974, TNA FCO 45/1540 234990

encontrava na posição de o fazer. Sugeriu, em vez disso, que obtivesse um visto no Malawi.<sup>237</sup>

O colapso do GUMO acelerou com a demissão de Jorge de Abreu do comité central do partido, dia 31 de maio<sup>238</sup>. No dia anterior, ele tinha discutido com um oficial consular americano a sua insatisfação com Joana Simião, que atuava sem procurar conselhos e sem informar os outros membros do comité central do GUMO, e tinha partido para a Europa sem avisar os restantes membros do GUMO. Abreu informou mesmo que não era ele a financiar esta ida de Simião à Europa, embora ele tivesse sido fonte de financiamento no passado, dizendo não saber quem agora a financiava<sup>239</sup>.

### **Viagem à Europa**

Simião deslocou-se, portanto, à Europa. Ela tinha informado o consulado americano que pretendia ir a Londres, e Abreu estava informado de que ela iria passar por Paris, por causa do 25<sup>a</sup> Aniversário do Congresso Mundial da Paz.

Primeiro, em Paris, ela deu uma conferência de imprensa (dia 30 de maio), em que afirmou estar disponível para formar uma frente unida com a FRELIMO. Declarou também que tinha feito esta proposta no dia anterior a um representante da FRELIMO.<sup>240</sup> A FRELIMO vai negar qualquer contacto neste sentido com Simião, dizendo que ela “[a]panhou o nosso camarada de surpresa e conseguiu falar com ele alguns minutos sobre um assunto que nem remotamente implicava a FRELIMO com o chamado GUMO”.<sup>241</sup>

Mas Simião manteve a sua história: “quero sublinhar o aspeto fraternal do nosso encontro. isto demonstra uma lição aqueles que nos tentam dividir, que o que presidiu foi o moçambicanismo [...] quer dizer Pangenji recebeu a sua irmã, independentemente das

---

<sup>237</sup> “Call by Dr Maximo Dias, President of GUMO”, 30/05/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>238</sup> Tomada de posição. Jorge Abreu desliga-se do GUMO. (1974, 31 maio). *Notícias*, pp. 1 e 8

<sup>239</sup> Jorge Abreu comments on FRELIMO intentions, Mozambique’s foreign relations, press, 31/05/1974 (US)

<sup>240</sup> Joana Simião em Paris: Frente Unida Gumo-Frelimo. (1974, 31 maio). *Notícias da Beira*.

<sup>241</sup> Folha informativa n<sup>o</sup>9 dos Democratas de Moçambique, na Beira. (1974, 8 junho). *Notícias*, p.5

divergências que existem”.<sup>242</sup> Também diz o mesmo ao consulado americano.<sup>243</sup> Afirmou que Pangenilhe tinha dito que a queria levar para Dar es Salaam para falar com a FRELIMO.

Já em Lisboa, Joana Simião foi à embaixada americana, no dia 31 de maio para reportar sobre as atividades do GUMO. Tinha esperanças de se encontrar com Costa Gomes e Spínola. Na sua opinião, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, estava a avançar demasiado rápido na questão ultramarina. Simião também estava insatisfeita com o Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos. Ela afirmou que Santos acreditava que a FRELIMO era o único grupo moçambicano com o qual valia a pena dialogar, aconselhando o GUMO a não fazer mais comícios. Acusou Santos de favoritismo na nomeação de Soares de Melo como Governador-Geral de Moçambique<sup>244</sup>. Ambos membros dos Democratas de Moçambique (Pimenta, 2018) — dada a posição dos Democratas relativamente ao GUMO, era natural que Simião estivesse insatisfeita com o decurso dos eventos.<sup>245</sup>

Foi entrevistada pela RTP, pelo jornalista Francisco Ribeiro Soares.<sup>246</sup> Simião descreve as origens do GUMO como associação cívica/grupo de pressão sob o antigo regime, e a procura de apoio nos elementos mais liberais dentro desse regime, nomeadamente Rebelo de Sousa, que lhes deu um “apoio cauteloso e discreto”, mas clarificou que o “apoio não significa conluio com o regime, simplesmente uma estratégia”. Afirmou que os Estatutos do GUMO foram elaborados com a ajuda de Almeida Santos, e que era “amiga” deste. Isto tem de ser uma tentativa de se “colar” ao Ministro da Coordenação Interterritorial. Nunca qualquer amizade ou aproximação entre os dois foi mencionada nas fontes. Terei de classificar isto como uma manobra política de Simião.

Descreveu a transição do GUMO após o 25 de Abril, falando na mobilização política, nos comícios, e nas “contra manifestações”. Relativamente ao “tribalismo”,

---

<sup>242</sup> <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-joana-simeao/>

<sup>243</sup> Joana Simião in Lisbon, 03/06/1974 (US)

<sup>244</sup> Num comunicado de 20 de maio redigido por Simião e publicado na imprensa, o GUMO declara o seu apoio a William Gerard Pott para se tornar Governador-Geral de Moçambique. (Comunicado do GUMO, 20 de maio 74, Notícias) Pott era um dos advogados que tinham defendido os padres do Macuti e, como vimos, tinha anteriormente estado associado ao GUMO com o título de vice-presidente, no período pré-25 de abril (cf. Capítulo 2).

<sup>245</sup> Joana Simião in Lisbon, 03/06/1974 (US)

<sup>246</sup> <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-joana-simeao/> A entrevista é datada de 2 de maio, mas está incorreta. Ela menciona, por exemplo, o comício de Xipamanine que foi dia 3 de maio. Penso que seja um erro do mês e que a data correta seria 2 de junho. Isso faria mais sentido dadas as deslocações de Simião à Europa no final do mês de maio e inícios de junho, e a sua já registada presença em Lisboa dia 3.

afirmava que o GUMO é contra e que quer “o respeito das fronteiras políticas que foram vigorando”, mas que “temos de ter em consideração a composição do governo futuro” e era preciso satisfazer “as aspirações dos representantes dos grupos étnicos”.

Quanto ao papel do GUMO no futuro da política moçambicana, Simião distinguia duas fases. A primeira, a das negociações de paz em que “só a FRELIMO tem o direito de ser interlocutor válido face à Junta e ao Governo Provisório”; a segunda fase, seria a decisão do destino político de moçambique. Só nessa deveria o GUMO intervir, já que o futuro de Moçambique devia “elaborado por todos os moçambicanos sem exceção”. Contudo, se na primeira fase não se chegasse a uma solução de concordância entre a FRELIMO e o governo português, o GUMO iria “tentar conciliar as partes” com a ideia de que seriam “elementos secundários”. O entrevistador perguntou a Simião se esta ideia de o GUMO ser secundário à FRELIMO advinha da baixa adesão numérica do mesmo, mas Simião enfaticamente recusou a ideia:

“Entrevistador: “quando me diz que são elementos secundários [...] está a pensar na vossa representatividade em termos de números de pessoas...”

J: não, não, não, não, não.”

Sobre o referendo, admitia participação do GUMO, após a elaboração de uma nova lei eleitoral e devido e “saneamento da estrutura política e administrativo do Estado, garantia de uma consulta honesta”. Claro que tal referendo só podia ser feito depois de alcançar a paz, porque aí se estaria “no jogo democrático”. Mesmo assim, diz que depende da aceitação da FRELIMO. Questionada diretamente sobre a questão de uma federação, não diz que sim, nem que não, dizendo que o povo deveria poder escolher que tipo de relações teria com a ex-metrópole:

“[no] princípio a paz. Segundo, ver se é possível o referendo, a tal consulta popular. Tercio, vamos agora ver o estilo de relações com o que será nessa altura a ex-metrópole. [...] o Gumo defende o ponto de vista segundo o qual é preciso estudar o estilo de relações [...] *vis-a-vis* a ex-metrópole. Mas creio que isso será também produto de uma consulta aos moçambicanos.”

Dia 3 de junho, Simião dá uma conferência num hotel, em Lisboa. Nesta conferência desmentiu a sua ligação com Jorge Jardim, porventura em resposta às acusações que circulavam desde a emissão da Voz da Frelimo: “Não há ligação nenhuma. O Jorge Jardim é manipulador e gosta de controlar tudo.”<sup>247</sup>

---

<sup>247</sup> Em Lisboa. Conferência de imprensa com a Dr<sup>a</sup> Joana Simião. (1974, 4 junho). *Notícias*, p.5

Já em Londres, dia 4 de junho, Simião teve uma audiência com o Subsecretário para as Relações Exteriores e *Commonwealth*. Nesta, ela afirmou ter conversado com delegados da FRELIMO em Paris, e que tinha explicado que o GUMO queria a sua unificação com a FRELIMO na preparação de um referendo antecedendo a independência. Questionada sobre as diferenças entre o GUMO e a FRELIMO, ela explicou que, em contraste com a FRELIMO, o GUMO acreditava em métodos pacíficos e no diálogo, além dos diferendos de opinião no papel do Estado no controlo da economia, e nas medidas para controlo da inflação. Além disso, enquanto a FRELIMO queria independência imediata, o GUMO queria um período transicional de um ano. Questionada acerca da utilidade de tal transição, ela afirmou que este ano era necessário para preparar o país psicologicamente, e resolver o problema da minoria branca.

Simião estabeleceu como objetivo final do GUMO uma coligação com a FRELIMO e o envolvimento do partido no governo de Moçambique.

Ela afirmou que se tinha encontrado com Costa Gomes no dia anterior, em Lisboa, tendo-lhe pedido para nomear um indivíduo da etnia macua como governador em Nampula<sup>248</sup>.

Questionada sobre os seus objetivos em reunir com vários governos europeus, Simião disse simplesmente que ela “apenas [estava] interessada em explicar os objetivos do GUMO”. Quanto à questão da minoria branca, Simião pensava que a sua reação ia depender desta fase de transição, e que se Almeida Santos acelerasse o processo de independência em excesso, era possível uma declaração unilateral de independência (UDI) do tipo rodesiano. Simião também abordou a questão da Rodésia e da África do Sul.<sup>249</sup>

No dia anterior à audiência de Simião, o cônsul britânico tinha enviado um telegrama com orientações quanto a uma possível aproximação de Simião: “While I recommend that Dr Simiao is given a sympathetic hearing I hope there will be no question of affording her the support she apparently seeks (...)”<sup>250</sup> Descrevia a “confusão total” na liderança do GUMO – nomeadamente o facto de Dias, poucos dias antes, ter procurado o conselho se devia ou não expulsar Simião do partido, para não falar da demissão de Jorge

---

<sup>248</sup> “Record of a conversation between the Parliamentary Under-Secretary for Foreign and Commonwealth Affairs and the Vice-President of the United Group of Mozambique (GUMO) at the Foreign and Commonwealth Office on 4 June 1974 at 4.30PM”, 04/06/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>249</sup> “Record of a...”, 04/06/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>250</sup> Telegrama, 03/06/1974, TNA FCO 45/1540 234990, nº 95

Abreu no final de maio. Duncan termina afirmando que seria mais aconselhável Simião “ficar em casa” e tentar construir uma base de apoio entre a sua etnia (os macuas) em vez de andar pela Europa “por razões de prestígio próprio”, já que uma base de apoio em Moçambique seria a única maneira de ela ter “algo com que negociar”. Não o surpreendia que a liderança da FRELIMO não estivesse interessada em conversas com o GUMO <sup>251</sup>

A FRELIMO não precisava da influência nem da moderação do GUMO. A primeira reunião com vista à negociação do processo de paz em Moçambique ocorreu nos dias 5-6 junho em Lusaka. Do lado português, Soares e Otel Saraiva de Carvalho, que tinham recebido orientações de Spínola para reconhecer a FRELIMO apenas como *um dos* interlocutores. A FRELIMO voltou a afirmar as suas condições, não havendo qualquer progresso nas conversações oficiais. (Aniceto & Gomes, 2010)

### **Cisão no partido**

Entretanto, em Moçambique, a figura de Simião estava a cair na mais profunda ilegitimidade, já que tinha chegado à imprensa escrita o comunicado de 13 de maio da Voz da Frelimo, pelas mãos da revista *Tempo*. Numa reunião da delegação do GUMO em Inhambane, dia 5 de junho, os presentes deliberaram a suspensão de Joana Simião “até apuramento e esclarecimento do seu passado político e possíveis compromissos assumidos”<sup>252</sup>. A suspensão foi anunciada publicamente num comunicado publicado dia 8 no *Notícias*.

Máximo Dias, mais tarde, explicou que a demissão de Joana tinha sido requisitada nessa reunião por causa das acusações feitas pela *Voz da FRELIMO*, nomeadamente da sua alegada ligação à antiga polícia política (PIDE/DGS): “Mas como nós não a podíamos demitir porque ela não estava presente, sugeri que fosse suspensa, para que se pudesse defender em assembleia geral (...), com a presença de todos os delegados”<sup>253</sup> Ele respondeu às acusações no jornal *Notícias*, na edição 9 de junho. Além de negar firmemente todas as acusações feitas, incluindo as com alguma base de verdade (como o financiamento do GUMO por grupos económicos), ele distanciou-se de Simião e das acusações feitas em relação à mesma: “Joana Simião não respondeu à entrevista da

---

<sup>251</sup> Telegrama, 03/06/1974, TNA FCO 45/1540 234990, nº 95

<sup>252</sup> “GUMO Comunicado”, 08/06/1974, *Notícias*, p.5

<sup>253</sup> Contradições no seio do GUMO. Acusações recíprocas de ilegalidades — fulcro da questão: Máximo Dias suspendeu Joana Simião, e esta demitiu aquele. (1974, 17 junho). *Notícias*, p.3

«SEARA NOVA» na qualidade de membro do GUMO. Respondeu por ela e só por ela. Ela não é fundadora do GUMO. É apenas uma ADERENTE<sup>254</sup>.»

Simião estava de novo em Lisboa, descobrindo que tinha sido suspensa através da imprensa lisboeta e de chamadas telefônicas de apoiantes seus em Moçambique. Afirmou, perante a Embaixada dos EUA, que a sua suspensão não era válida, e que ao regressar a Moçambique iria convocar uma assembleia geral do GUMO e prosseguir com a expulsão de Máximo Dias. Simião afirmava que Dias, ao ter declarado numa conferência que o GUMO cessaria assim que as negociações com a FRELIMO começassem, tinha-se destituído a si próprio no momento em que as ditas negociações se tinham iniciado, no passado dia 5.<sup>255</sup>

Simião informou a Embaixada americana de que se iria encontrar com Spínola, reunião que teria sido arranjada por Costa Gomes, com o qual tinha conversado antes da sua ida a Londres. Os pontos discutidos com ambos tinham sido: a composição do governo provisório em Moçambique, o referendo e as tropas negras portuguesas. Apontou que o novo Governador-Geral, Soares de Melo, e restantes membros do governo provisório de Moçambique pertenciam aos Democratas e, dado o viés pró-FRELIMO desse grupo, isso significava uma parcialidade e viés político que não deveria existir. Simião argumentava que o governo deveria possuir membros de todas as tendências políticas, incluindo obviamente o GUMO, e que o Governador-Geral deveria ser apartidário<sup>256</sup>.

Quanto ao referendo, parecia estar a surgir uma brecha entre o Governo Provisório e a Junta. Ela procurou junto de Spínola garantias de que iria haver um referendo genuíno em Moçambique. Se este não acontecesse, o trabalho de grupos como o GUMO teria de ser dirigido a preparar os seus apoiantes para uma tomada do poder por parte da FRELIMO. Spínola alegadamente garantiu-lhe que iria haver referendos em todos os três territórios, incluindo na Guiné.<sup>257</sup>

Simião pediu a Spínola que permitisse que o GUMO angariasse apoio junto de tropas negras e mestiças em Moçambique. Ela disse que a menos que houvesse uma transferência de poder direta para a FRELIMO, teria, eventualmente, de haver um diálogo entre o GUMO e Samora Machel, e para que esse diálogo fosse genuíno era necessário

---

<sup>254</sup> Máximo Dias responde às acusações da “Voz da Frelimo” (9 de junho) — Notícias, depois republicado no Tempo.

<sup>255</sup> Joanna Simiao call at embassy, 12/06/1974 (US)

<sup>256</sup> Joanna Simiao call at embassy, 12/06/1974 (US)

<sup>257</sup> Joanna Simiao call at embassy, 12/06/1974 (US)

que GUMO tivesse apoio entre as forças militares portuguesas não-brancas para contrabalançar as forças militares da FRELIMO. Spínola concordou que Simião poderia “mentalizar” essas tropas, sob certas condições (fora das bases militares, fora de uniforme). Simião também queria garantias de imparcialidade da imprensa moçambicana, e procurava adquirir uma estação radiofónica própria para chegar à população.<sup>258</sup>

Os planos de Simião envolviam, essencialmente, atividades na zona étnica macua; procurava contactar-se com missionários protestantes presos pela DGS e agora libertados e com membros não-FRELIMO da etnia maconde. Além disso, realizava contactos com a elite financeira, devido às dificuldades financeiras em que o GUMO se via mergulhado. Contactara por exemplo com Champalimaud e Quina de Borges, que afirmara ambos estarem interessados no GUMO como possível alternativa à FRELIMO.<sup>259</sup> Além disso, o apoio discreto da Suazilândia, tendo Simião recebido um convite para visitar o rei Sobhuza, era uma fonte de esperanças para a ideia de uma coligação não-FRELIMO.<sup>260</sup>

Relativamente às ações do seu presidente, Simião recusou a sua suspensão do comité central e suspendeu, por sua vez, Máximo Dias, declarando uma continuação das atividades do GUMO<sup>261</sup>, com o objetivo de participar politicamente no *referendum* a realizar.<sup>262</sup> Informou todos os jornais locais, declarando a sua suspensão como ilegal, e anunciando a demissão de Dias, proclamou-se presidente do GUMO, transferindo a sede do partido da Beira para Nampula, entre o seu povo (os macuas). Apresenta um novo comité formado por Cassamo Daúde, Haider, Francisca Sebastião, Amad Ahmed<sup>263</sup> e Ana Fonseca. (Pimenta, 2018, p.168).<sup>264</sup> Fez então oficialmente a convocação para um “Congresso dos Povos” que seria realizado em julho para planear a independência, e pediu a união da FRELIMO e COREMO. Atacou os Democratas de Moçambique, designando-os de sexistas, antidemocráticos e corruptos, dizendo que não confiaria os destinos do povo moçambicano a indivíduos associados com interesses económicos em Moçambique.<sup>265</sup>

---

<sup>258</sup> Joanna Simiao call at embassy, 12/06/1974 (US)

<sup>259</sup> Joanna Simiao call at embassy, 12/06/1974 (US)

<sup>260</sup> Joanna Simiao call at embassy, 12/06/1974 (US)

<sup>261</sup> GUMO statement, 11/06/1974 (US)

<sup>262</sup> GUMO statement, 11/06/1974 (US)

<sup>263</sup> No relatório do consulado, o nome de Amad Ahmed surge como Amad Mahomad.

<sup>264</sup> Joana Simiao, a new GUMO and COREMO (US)

<sup>265</sup> O Edifício Rubi era propriedade de Soares de Melo e Almeida Santos, Almeida Santos tinha ações no Hotel Quatro Ventos.

Dr. Máximo Dia respondeu através do jornal *Notícias*: «[Simião] surpreendida com a suspensão, decidiu arbitrariamente, sem nenhuma reunião, sem a presença de qualquer delegado, tentar demitir ou exonerar o presidente, fora dos termos estatutários» e que «[q]uando regressou da Europa telefonou-me a pedir uma reunião geral para o dia 30 deste mês, na altura ela apresentaria a sua defesa, mas não aguardou a reunião por ela pedida.».<sup>266</sup> Ele afirmou que a tinha suspenso para lhe dar oportunidade de responder às acusações, todavia, Simião não só não esclareceu as acusações e não apresentou provas de inocência, como responde à FRELIMO em modo de desafio: que deveriam fazer essas acusações na sua cara, e com as evidências que as comprovassem.<sup>267</sup>

Dias recusou a convocação do Congresso, e afirmou que se a FRELIMO não desejava um referendo, o GUMO também não, e que o GUMO suspenderia todas as suas atividades em julho quando as negociações se iniciassem.<sup>268</sup>

Entretanto, Simião planeava reunir-se com o COREMO na Suazilândia, para formar uma frente unida. A análise americana resume os acontecimentos:

“GUMO seems thoroughly split, though it remains to be seen whether it now consists of much more than its two competing presidents. Whether an alliance with her old COREMO (...) will help Simiao seems doubtful, but leashing out at provisional government certainly not likely to aid her cause.”<sup>269</sup>

O controlo dos destinos do GUMO passou a ser disputado entre Máximo Dias e Joana Simião, que defendiam objetivos diferentes para o partido, que agora se convertera em dois “GUMOs”.

Simião, agora líder do seu GUMO, inicia conversações com o COREMO e o Congresso Nacional Africano para formar uma frente unida não ou anti-FRELIMO. Também faz aproximações ao UNIPOMO, o movimento maconde liderado por Lázaro Kavandame, ex-FRELIMO. Simião seguia a posição de Spínola, enunciada pelo próprio no seu discurso de 11 de junho, em que ele se mantivera firme na questão do referendo. Já que Simião, por informações do côsul britânico, se teria encontrado com o General antes de regressar a Moçambique, este põe a hipótese de ela ter feito esta concessão ao mesmo para obter permissão para reunir tropas africanas no Norte.<sup>270</sup>

---

<sup>266</sup> Contradições no seio do GUMO.... (1974, 17 junho). *Notícias*, p.3

<sup>267</sup> “Mocambique internal”, 18/06/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>268</sup> Joana Simiao, a new GUMO and COREMO, 17/06/1974 (US)

<sup>269</sup> Joana Simiao, a new GUMO and COREMO, 17/06/1974 (US)

<sup>270</sup> “Moçambique internal”, 18/06/1974, TNA FCO 45/1540 234990

Simião também afirmou ao cônsul britânico que se a FRELIMO não se submetesse ao veredito do povo, que os soldados africanos continuariam a lutar, havendo assim uma africanização da guerra.<sup>271</sup>

A 24 de junho, Joana convocou uma conferência de imprensa em Nampula e falou ainda em nome do GUMO. A escolha de Nampula não é acidental, sendo cidade no Norte, território dos macuas. Nesta conferência de imprensa, Simião regressou à ideia do referendo, e defendeu uma frente comum que agrupe os grupos políticos existentes para fazer uma campanha a favor do mesmo:

“[...] nós aceitamos o *referendum* proposto por Spínola. Propomos a criação duma frente comum, sem dissolução dos grupos políticos vigentes para mobilização não só das pessoas mas também dos meios para essa campanha eleitoral. GUMO propõe uma aliança flexível entre formações políticas a ideário idêntico para lançarmos em grande uma poderosa campanha em favor do *referendum*.”<sup>272</sup>

Também reforçou a ideia de que era necessário auscultar o povo, afirmando que os que não combateram pela FRELIMO também tinham um direito a expressar o seu “ponto de vista”, neste caso através do voto:

“Fala-se tanto das massas, do povo moçambicano mas tem-se medo de lhes informar e pedir o seu ponto de vista num momento crucial dos seus destinos. Sabe-se perfeitamente que nem toda a população pegou em armas do lado da FRELIMO. Milhões ficaram neutros durante o combate violento para a emancipação. Vamos esquecer esses milhões? Porque motivo? Esses milhões são traidores?”<sup>273</sup>

Terminou anunciando o Congresso do Povo Moçambicano, a realizar em julho em Nampula, com a presença de chefes tribais e líderes religiosos. Logo após esta conferência ela parte para a Suazilândia. É neste período que Simião e os seus aliados vão renomear o GUMO, e dar a origem a um novo grupo político: a Frente Comum de Moçambique (FRECOMO).

### 3.3. FRECOMO e PCN

A 25 de junho, tomou posse o Governo Provisório de Moçambique, liderado por Soares de Melo. Na sua governação, Soares de Melo procurou “uma postura de

---

<sup>271</sup> “Moçambique internal”, 18/06/1974, TNA FCO 45/1540 234990

<sup>272</sup> Joana Simião anuncia campanha violenta contra os Democratas. (1974, 24 junho). *Notícias*, pp. 2 e 9.

<sup>273</sup> Joana Simião anuncia... (1974, 24 junho). *Notícias*, pp. 2 e 9.

compromisso” entre as posições spinolistas e a pressão dos Democratas de Moçambique, do qual ele era proveniente. (Pimenta, 2018)

Numa assembleia geral a 30 de junho, os membros do GUMO que ficaram do lado de Máximo Dias reuniram e foi decidido o fim de todas as atividades políticas do partido, com efeito a partir do dia 10 de julho. Nesse dia, foi publicado o último comunicado assinado por Máximo Dias. De modo algo definitivo, Máximo Dias retirou-se do panorama político moçambicano. O GUMO, enquanto tal, chegava ao fim. Contudo, isso não impediu Joana Simião de prosseguir o seu projeto político.

A FRECOMO nasceu, então, das cinzas do GUMO, nas terras do norte de Moçambique, zona na qual Simião planeava adquirir base de força política. Dia 25 de junho, Simião viajou para a capital da Suazilândia, onde anunciou ao embaixador americano aí presente a formação dessa nova força política, que agregava dissidentes do GUMO e o CNAM (Congresso Nacional Africano de Moçambique), liderado por Calisto Makulube.<sup>274</sup>

Estes planeavam enviar uma delegação a Blantyre para tentar angariar o líder do COREMO, Paulo Gumane, para se juntar ao recém-formado grupo político, planeando enviar um telegrama diretamente ao presidente do Malawi para que este aceitasse receber a delegação. Simião sugeriu ir sozinha a Blantyre, falar com Gumane, com o objetivo de o convencer a aceitar a presidência da FRECOMO, talvez para garantir mais legitimidade e prestígio ao grupo.<sup>275</sup>

Mas não só o COREMO—a FRECOMO pretendia transformar-se num agrupamento de grupos dissidentes da FRELIMO, todos sob a mesma bandeira. Simião iniciara, com esse propósito, contactos com o UNIPOMO, o movimento maconde liderado por Lázaro Kavandame, também uma etnia do norte de Moçambique.<sup>276</sup>

Os únicos grupos excluídos, à partida, desta formação eram, obviamente, os Democratas e também o FICO, movimento de conotação colonialista. Simião considerava que era precisava estabelecer, e rápido, uma alternativa viável à FRELIMO que aceitasse o princípio do referendo, e com a qual os portugueses pudessem negociar.<sup>277</sup>

Simião planeava enviar um telegrama ao Secretário-Geral da ONU a anunciar a formação do novo grupo político. A ideia do referendo, e da disputa do poder via um

---

<sup>274</sup> Dr Joanna Simiao plans call for Unified alternative to Frelimo and for UN/OAU supervised referendum in Mozambique, 26/06/1974 (US)

<sup>275</sup> Dr Joanna Simiao plans call..., 26/06/1974 (US)

<sup>276</sup> Dr Joanna Simiao plans call... , 26/06/1974 (US)

<sup>277</sup> Dr Joanna Simiao plans call..., 26/06/1974 (US)

processo eleitoral, ainda permanecia de pé, e Simião queria requisitar tanto à ONU e à OUA (Organização da Unidade Africana) que o supervisionassem. Claro que só iria aceitar a realização deste referendo sob uma série de condições: a) um homem, um voto b) Portugal deveria mudar os chefes de distrito e de província c) comissão devia ser nomeada para regular liberdade de expressão da imprensa para os vários partidos d) referendo sob a supervisão do secretário-geral da ONU/OUA <sup>278</sup>

Simião mantinha contactos com o rei da Suazilândia, reunindo com ele, e ela pensava estabelecer bases em Blantyre e na Suazilândia para a futura coligação. Os americanos duvidavam que o rei apoiasse exclusivamente a FRECOMO, como Simião parecia querer dar a entender; e também consideravam improvável que aceitasse que uma organização anti-FRELIMO estabelecesse a sua base no seu reino.<sup>279</sup>

Também planeava contactos com outras potências estrangeiras, como a Arábia Saudita, à qual tencionava pedir apoio financeiro e diplomático. Simião afirma que tem número substancial de apoiantes muçulmanos, e a maior parte do comité central do GUMO é muçulmano. Também se queria encontrar com o Presidente do Zaire. <sup>280</sup>

A sua estada em Mbabane é curta, na noite regressa a Moçambique, pensando partir daí de novo para Nampula<sup>281</sup>. Parte para o Malawi dia 29, realizando, antes disso uma conferência de imprensa, acompanhada de Cassamo Daúde, Calisto Makulube e Ahmed Haider. O objetivo era “dar a conhecer os motivos que a levam até ao Malawi e as directrizes que orientam, politicamente, a «FRECOMO»” (cf. Figura 10). Expressou a sua “antipatia” pelos jornais moçambicanos, que acusa de ser “facciosos e tendenciosos”. Afirma que a sua partida é uma resposta “a um apelo telegráfico feito pela «COREMO»” e que da parte da FRECOMO o objetivo era convencer o COREMO “a aceitar as propostas feitas pelo Governo de Spínola (logo que certas garantias forem obtidas) e entrarem em Moçambique logo que possível”.<sup>282</sup>

Afirmavam como objetivo o “diálogo franco e aberto com o presidente Spínola, via eleições referendárias”. Clarificou que “o referendo não é [...] a escolha do destino político de Moçambique, porquanto o direito do povo moçambicano a uma vida independente não é e não pode ser negociável”, sendo as “eleições referendárias”

---

<sup>278</sup> Dr Joanna Simiao plans call..., 26/06/1974 (US)

<sup>279</sup> Dr Joanna Simiao plans call..., 26/06/1974 (US)

<sup>280</sup> Dr Joanna Simiao plans call..., 26/06/1974 (US)

<sup>281</sup> Dr Joanna Simiao plans call..., 26/06/1974 (US)

<sup>282</sup> Joana Simião em Blantyre. O Convite da COREMO desmente os boatos. *Notícias da Beira*. 30/06/1974-.

simplesmente “um mecanismo de transferência da soberania detida por Portugal para o Governo de Moçambique, livremente escolhido pelos moçambicanos”. Isto era uma clara mudança discursiva em relação à sua posição enquanto vice-presidente do GUMO, em que admitia a possibilidade de o povo moçambicano escolher o tipo de relações a ter com a metrópole, o que poderia incluir uma federação. Esta aproximação aos ideais da FRELIMO podem expressar uma tentativa de angariar boa vontade junto das populações, ou junto da própria FRELIMO.<sup>283</sup>

Falando do tópico do Congresso do Povo Moçambicano, Simião estabeleceu que neste não podem participar os grupos políticos que “sob rótulos enganadores”, pretendessem “defender os interesses da minoria”. O GUMO enviou um telegrama a Sá Carneiro convidando-o para o Congresso, e “manifestando o nosso desejo de ser indicado um membro do Governo Provisório e um das Forças Armadas para vir explicar publicamente o seu próprio programa”.<sup>284</sup> Exortou a FRELIMO para que a paz fosse alcançada, e defendendo a ideia de que o seu poder teria de ser legitimado através de eleições:

Desejamos ardentemente que os irmãos da «FRELIMO» façam todos os esforços (...) para que a Paz seja conseguida e regressem a Moçambique e TODOS lutemos politicamente, com armas políticas, pela construção dum Moçambique Independente, Justo e Fraternal. [...] Com o nome histórico que a FRELIMO detém, com o capital de prestígio, obtido junto da opinião internacional, com fundos financeiros alimentados por estados, os nossos irmãos da FRELIMO, uma vez regressados, têm 99% de probabilidades de vencerem. E, nessa altura, NINGUÉM poderá contestar que, efectivamente, são a expressão da vontade adulta da maioria dos moçambicanos.<sup>285</sup>

### **União com o COREMO**

Em Blantyre, Simião reuniu-se com Artur Vilankulu, e conseguiu que os líderes do COREMO concordassem em juntar-se à FRECOMO e em participar no Congresso do Povo Moçambicano. Vilankulu, por sua vez, na sua visita a Nairobi, conseguiu persuadir o FUMO e a MANU a dissolverem-se e a juntar-se ao COREMO.<sup>286</sup>

---

<sup>283</sup> Joana Simião em Blantyre.... *Notícias da Beira*. 30/06/1974-.

<sup>284</sup> Joana Simião em Blantyre. *Notícias da Beira*. 30/06/1974-.

<sup>285</sup> Joana Simião em Blantyre. *Notícias da Beira*. 30/06/1974-.

<sup>286</sup> Coremo's Representative in the US, 05/07/1974 (US)

Úria Simango, Secretário das Relações Exteriores do COREMO, regressou a Moçambique no dia 6 de julho<sup>287</sup>, sendo recebido por Joana Simião no Aeroporto da Beira. No seu discurso, Simango expressou intenções de permanecer em Moçambique, confirmando que se tinha juntado à FRECOMO. Alegou que ele e seus associados representavam a grande maioria do povo moçambicano, sendo, portanto, um erro o governo português negociar apenas com a FRELIMO. Simango também afirmou que ainda tinha muitos apoiantes dentro da FRELIMO e que teria ganho as últimas eleições para presidente se não tivesse havido ameaças internas.<sup>288</sup>

Joana Simião discursou, falando do percurso de Simango de um modo dramatizado:

“Regressas a Moçambique depois de uma ausência de 12 anos. Mas quem és tu? Foste Vice-presidente da Frelimo no tempo do falecido Eduardo Mondlane. Após a sua morte viveste horas dramáticas. Foste insultado, castigado, metido na prisão por ordens dos outros dirigentes da Frelimo. Conseguiste sair desse inferno para o Cairo, viajaste pelo mundo. Filiaste-te depois no Coremo, onde és secretário-geral encarregue das relações exteriores. Certo de que era tempo de fazeres um gesto para começar o processo descolonizador, vieste para junto de nós.” (Ncomo, 2003, pp.302-303)

Simião voltou a apelar à paz e a um “processo democrático”, eleitoral, que conduzisse à independência de Moçambique. Apelou à FRELIMO para que “regressem depressa para construir connosco um País independente, justo e fraterno, do qual não podem ser excluídos os [...] grupos minoritários, entre os quais os Asiáticos e brancos.” (Ncomo, 2003, pp.302-303).<sup>289</sup>

A FRECOMO foi reorganizada com Simango como presidente e Simião como vice-presidente. Esforços para integrar outros grupos ainda não tinham sido bem-sucedidos, avançando as tentativas de formar coligação anti-FRELIMO antes do Congresso do Povo Moçambicano, em Nampula, agora agendado para os dias 27-28 julho. Foram entabuladas conversas com a Convergência Democrática (CDM), e Simango procurou, sem sucesso, encontrar-se com Lázaro Kavandame. O MONIPOMO, encabeçado por Miguel Murupa, não mostrava vontade de se juntar à nova “frente”. O FICO deu indicações de não estar avesso a colaboração com a FRECOMO, mas como

---

<sup>287</sup> “Simango desceu da Montanha – anuncia na Beira o dirigente da Coremo” (1974, 7 de julho). Notícias.

<sup>288</sup> Coremo’s Secretary of Foreign Affairs, 08/07/1974 (US)

<sup>289</sup> Conferência de Imprensa: [Notícias da Beira nº8871, 7 de julho 1974)

sabemos havia aversão da FRECOMO em relação a este movimento branco conservador.

290

A FRECOMO enfrentava uma série de críticas. Simião já tinha denunciado pela Voz da FRELIMO, e Simango e Vilankulu eram denunciados na imprensa dominada pelos Democratas. Além disso, Simango tinha sido criticado pela Igreja Presbiteriana.<sup>291</sup> A análise dos diplomatas americanos sobre esta tentativa de um movimento alternativo à FRELIMO é bastante dura:

“Joana Simião and Uria Simango are trying to put together anti-FRELIMO coalition before scheduled Congress of People in Nampula, but success seems far from certain. The attempt remains marred by continued squabbling, lack of plausible plan to counter FRELIMO even if coalition successful and failure to date to demonstrate significant African support”.<sup>292</sup>

A FRECOMO, na sua opinião, parecia limitada a Joana Simião e aos seus “amigos” do COREMO. Procurava criar uma alternativa à FRELIMO, presumivelmente com base na etnia macua (e noutras etnias do Norte) e em medos de certos segmentos da população relativamente à ideologia e militância marxista da FRELIMO. Contudo, as intenções pareciam longe da realidade. Apesar de tudo, Simião conseguira angariar apoio moral e possivelmente financeiro da Suazilândia. Os americanos chegaram a colocar a hipótese de a população branca poder apoiar a FRECOMO se esta parecesse ter boa probabilidade de emergir vitoriosa. Mas que até aí, tal parecia extremamente duvidoso, já que os esforços para montar a dita coligação decorriam lentamente, não havendo evidências de que conseguissem o apoio de um setor significativo da população moçambicana.<sup>293</sup> A maioria da população negra identificava-se ou expressava simpatia pela FRELIMO, e na área de Lourenço Marques, o apoio pela FRELIMO era amplo.<sup>294</sup>

Além disso, o referendo, em cuja realização toda a estratégia do partido se baseava, estava longe de ser uma certeza. A luta armada com a FRELIMO era também impossível, a menos que a FRECOMO conseguisse apoio militar. Mas, como avalia um dos oficiais consulares, a procura de uma solução que não fosse a FRELIMO provavelmente iria continuar enquanto o clima interno em Moçambique o permitisse.<sup>295</sup>

---

<sup>290</sup>Party politics: towards an anti-Frelimo coalition?, 12/07/1974 (US)

<sup>291</sup> Party politics: towards an anti-Frelimo coalition?, 12/07/1974 (US)

<sup>292</sup> Party politics: towards an anti-Frelimo coalition?, 12/07/1974 (US)

<sup>293</sup> Party politics: towards an anti-Frelimo coalition?, 12/07/1974 (US)

<sup>294</sup> Progress of Mozambique political groups, 27/06/1974 (US)

<sup>295</sup>Party politics: towards an anti-Frelimo coalition?, 12/07/1974 (US)

Caiu o I Governo chefiado por Palma Carlos, e foi anunciado o novo governo chefiado por Vasco Gonçalves. Spínola perdia um dos seus grandes aliados, e a posição do MFA relativamente ao processo descolonizador tornou-se dominante. A posição do MFA era a de uma transferência imediata do poder para a FRELIMO, por oposto à realização de um referendo/eleições proposto por Spínola.<sup>296</sup>

Simião viu esta mudança no governo com preocupação, e a militarização dos macuas ganhou maior dimensão nos seus planos, na esperança de contrabalançar o poder militar da FRELIMO. Mas é sabido que segmentos da população macua rejeitavam Simião e seria difícil para ela reunir números substanciais de apoiantes.

A FRECOMO estava desesperada por encontrar apoios<sup>297</sup>. Colocavam-se hipóteses de países a visitar, Simião queria contactar-se com o Príncipe Mangosuthu Buthelezi, Helen Suzman, e o Bispo Muzorewa, indivíduos sul-africanos que se opunham às políticas de *apartheid*, mas que preferiam a via pacífica de combate. A África do Sul, cujas políticas de *apartheid* Simião condenava, era apesar de tudo um elemento que ela pensava não poder ser ignorado, devido à dependência económica de Moçambique em relação à mesma<sup>298</sup>. O consulado americano detetava uma diminuição na confiança de Simião e até um certo desespero, procurando freneticamente apoios e aliados:

“Whatever support Simiao may have had before, it [is the] impression of [the] embassy, which was confirmed separately by [an] editor [of a] local newspaper whom Simiao sought out, that she seems less confident of her position than on previous visits. Her rapid-fire name-dropping of African leaders whom she must consult gave impression she [is] scrambling somewhat frantically for support.”<sup>299</sup>

### **Distanciamento dos EUA e fricção com o COREMO**

O processo de distanciamento dos americanos relativamente a Simião começara em inícios de julho. As críticas de Simião ao Governo Provisório, e o descrédito de Simião dentro do território moçambicano (devido às acusações de que ela terá sido colaboradora ou agente da PIDE/DGS), a sua incapacidade de obter apoio significativo junto dos

---

<sup>296</sup> Frecomo postpones congress, 16/07/1974 (US)

<sup>297</sup> Frecomo postpones congress, 22/07/1974 (US)

<sup>298</sup> Dr. Joana Simiao's travels, 26/07,1974; GUMO statement, 11/06/1974 (US)

<sup>299</sup> Dr. Joana Simiao's travels, 26/07/1974 (US)

macuas, e os seus planos para uma “militarização” dessa etnia—tudo isto eram elementos que preocupavam os americanos.<sup>300</sup>

Os americanos chegaram à conclusão que não era do seu interesse facilitar ou encorajar a viagem de Simião aos EUA naquela conjuntura política, já que qualquer demonstração de apoio ou reconhecimento de um grupo como o GUMO poderia ser mal interpretado, já que os eventos avançavam para uma negociação direta entre Frelimo e autoridades portuguesas.<sup>301</sup>

Simião estava, cada vez mais, a tornar-se um embaraço para os EUA:

Simiao is increasingly becoming potential embarrassment to US. She telephones long distance several times a week to seek information or support. We intend to reiterate firmly our position that we have no intention of interfering in internal affairs of Mozambique and, if she persists in seeking to involve us, we will refuse further talks with her. We also intend to inform her to stop communicating with us by phone.<sup>302</sup>

Num telegrama do Departamento de Estado, este “reitera a sua relutância em se envolver com quaisquer grupos no espectro político moçambicano”. Simião deveria ser claramente informada dessa posição. No entanto, o Departamento via utilidade na manutenção de contactos informais com Simião, desde que feitos discretamente e sem “envergonhar” os EUA.<sup>303</sup>

Não eram apenas os EUA a quererem distanciar-se de Simião: Paulo Gumane começava a considerar que Joana Simião estava a tornar-se prejudicial para o movimento (“has become liability and may be eased out”). Acusava-a de imaturidade política e de ser incapaz de guardar segredos.<sup>304</sup>

Em conversas com a embaixada americana em Nairobi, Gumane falou do seu plano de criar uma alternativa em Moçambique, recrutando ativistas políticos da comunidade moçambicana em Nairobi, que incluía muitos ex-membros da FRELIMO. Gumane estava otimista sobre o lançamento do MUNIREMO (Movimento de Unificação e Reconciliação de Moçambique), que ele afirmava estar sob o controlo do COREMO<sup>305</sup>. Este novo partido, tinha sido lançado dia 22 de julho por Pedro Mondlane, primo de Eduardo Mondlane. Embora sem qualquer organização ou massa de apoio, convidou

---

<sup>300</sup> Political maneuvers of GUMO's Joana Simiao, 01/07/1974 (US)

<sup>301</sup> Joana Simiao, 6/07/1974 (US)

<sup>302</sup> Joana Simiao's latest maneuver, 19/07/1974 (US)

<sup>303</sup> Joana Simiao, 24/07/1974 (US)

<sup>304</sup> Coremo President Discusses Mozambique, 26/07,1974 (US)

<sup>305</sup> Coremo President Discusses Mozambique, 26/07/1974 (US)

todos os partidos a juntarem-se ao MUNIREMO. As esperanças do COREMO eram que bastaria o nome ‘Mondlane’ para despoletar um apoio popular. Claramente, não foi isso que sucedeu<sup>306</sup> Segundo a análise americana o *momentum* pró-FRELIMO era já demasiado forte para uma coligação oposta se conseguir afirmar. A maioria dos países da OAU apoiavam a FRELIMO, e até os apoios discretos da Suazilândia e do Malawi iriam desaparecer em breve, já que ninguém estaria disposto a apostar num caso perdido.<sup>307</sup>

### **Tentativa final**

O processo descolonizador avançava agora rapidamente. A 26 de julho, deu-se, em Portugal, a aprovação da Lei 7/74, pela qual o direito dos territórios ultramarinos à autodeterminação e à independência ficou definitivamente estabelecido. Dia 30 de julho, deu-se um contacto exploratório de Melo Antunes com a FRELIMO, em Dar es Salaam. As conversações com a FRELIMO continuaram no dia 15 de agosto, com a presença de Mário Soares, Almeida Santos e Melo Antunes. (Aniceto & Gomes, 2010)

Há um silêncio nas atividades de Simião e da FRECOMO entre finais de julho e meados de agosto. Sabemos que a 16 de agosto, Joana Simião deslocou-se a Nampula, onde reuniu com Úria Simango, Mateus Gwengere, e Basílio<sup>308</sup> Banda.<sup>309</sup>

Parecia que finalmente, se caminhava para a tentativa final de uma coligação anti-FRELIMO. Dia 22 de agosto, reuniram-se na Beira o COREMO, o MONAUMO (Movimento Nacional Africano de Unificação de Moçambique) e a FRECOMO. Paulo Gumane e Uria Simango deram uma entrevista ao jornal *The Guardian*, “em que descrevem toda a história da FRELIMO, algumas atrocidades desta e a morte de Mondlane, que atribuem a Samora Machel” (Mesquitela, 2014).

Estas reuniões tinham como objetivo a formação de um partido de coligação alternativo à FRELIMO. O Partido de Coligação Nacional (PCN), apelidado pelos

---

<sup>306</sup> Muniremo launched on weak note, 31/07/1974 (US)

<sup>307</sup> Muniremo launched on weak note, 31/07/1974 (US)

<sup>308</sup> Banda tinha sido o secretário de Gwengere quando este tinha feito campanha para depor Mondlane (Cabrita, 2000)

<sup>309</sup> Panorama da situação no distrito de Nampula. (1974, 17 agosto). *Notícias*, 2.

americanos como uma “sopa de letras”, incluía o COREMO (Paulo Gumane), MONIPAMO (liderado por Basílio Banda, incluía Miguel Murupa), GUMO (Joana Simião), CNAM (Calisto Makulube), MONAUMO (Domingos Cardoso) e o MANU-FUMO (Padre Mateus Gwengjere).<sup>310</sup>

O acordo para a formação do PCN foi assinado dia 23 de agosto. Uria Simango era Presidente, Paulo Gumane era Vice-Presidente, Mateus Gwengere era Conselheiro Nacional, Basílio Banda era Secretário-Geral, Arcanjo Kambeu era Secretário das Relações Exteriores, Nasse Mbule era Secretário de Informação, Mahomed Hanif era Secretário das Finanças, Samuel Simango é Secretário da Juventude, Joana Simião era Secretária da Educação e Cultura e Ahmed Haider era Secretário Administrativo. (Mesquitela, 2014, p.258).

Após a sua formação, o PCN realizou de imediato uma conferência de imprensa na Beira, onde expôs as suas principais reivindicações, enfatizando que a independência deveria ser garantida “através de um processo democrático” em que as populações se pudessem pronunciar livremente “num clima de paz”. Rejeitavam a ideia de uma negociação com um único grupo político (neste caso a FRELIMO), já que “nenhuma organização se pode atribuir a legitimidade da representação exclusiva do povo moçambicano”. Defendiam a sociedade multirracial, e a paz como “condição necessária para a reconstrução nacional”.<sup>311</sup>

Os americanos viam o PCN um “casamento de conveniência”, que não iria durar muito, embora estivessem preocupados com a possibilidade de este movimento provocar distúrbios, especialmente a Norte—apresentando-a como consequência perigosa dos atrasos na negociação do governo português com a FRELIMO.<sup>312</sup>

### **Golpe de estado?**

Simião telefonou para o consulado americano dia 29 de agosto, possivelmente a partir da Beira, para anunciar que o PCN decidira fazer um “25 de abril” em Moçambique, e que ela iria passar a comunicar-se com o consulado através de um nome código (*Jodeth*).

Embora o consulado duvidasse das afirmações de Simião, eles consideravam que os rumores não podiam ser negligenciados, e que era possível que o PCN tentasse iniciar

---

<sup>310</sup> Alphabet Soup – Anti-FRELIMO forces form new party, 23/08/1974, (US)

<sup>311</sup> Um em vez de cinco. Novo partido político. (1974, 24 agosto). *Notícias*, p.2

<sup>312</sup> Alphabet Soup – Anti-FRELIMO forces form new party, 23/08/1974, (US)

atividade de guerrilha na Beira ou no Norte de Moçambique, tentando desse modo impedir a transferência de poder para a FRELIMO.<sup>313</sup>

Mais tarde, o consulado questionou Vasco Campira Momboya, membro do PCN, sobre os planos para um “25 de abril” em Moçambique—ele disse que o assunto estava a ser estudado por um comité executivo especial e que não tinha detalhes.<sup>314</sup> Na mesma conversa, Momboya fala em conversações que ele e Pedro Mondlane levaram a cabo com Spínola e Costa Gomes, apresentando as suas posições, pintando uma imagem de ilegitimidade em relação à FRELIMO (apontando a liderança do sul, indicando que Úria Simango deveria ser o presidente por direito, falando em compromissos da FRELIMO com a China e URSS, e até num suposto projeto federativo com a Zâmbia e a Tanzânia). O PCN tinha conhecimento de que o governo português concordara em dar à FRELIMO posições no governo provisório, que iria tomar o poder em Moçambique. O PCN queria um Alto-Comissário neutro, para garantir que o PCN e outros partidos não-FRELIMO tivessem oportunidade de se organizar e competir democraticamente contra a Frelimo por posições do governo. De outro modo, afirmava ele, as forças anti-FRELIMO na Rodésia e no Malawi e forças do PCN no interior de Moçambique iriam mergulhar o país numa guerra civil.<sup>315</sup>

Momboya afirmou que Spínola e Costa Gomes estavam preocupados com o perigo da guerra civil em Moçambique e que informaram a delegação portuguesa para manter isso em mente durante as negociações. As principais preocupações de Momboya eram garantir a sobrevivência do PCN e a segurança da sua liderança após o governo provisório, dominado pela FRELIMO, tomar o poder.<sup>316</sup>

Joana Simião foi ao consulado americano dia 5 de setembro:<sup>317</sup> O PCN acreditava que um golpe de estado não violento era a única solução, já que a FRELIMO queria prevenir o processo democrático em moçambique. Simião alegou que PCN tinha o apoio necessário para o golpe entre forças armadas moçambicanas e portuguesas, mas que ainda precisava de coordenar plano de ação. O golpe seria realizado após a tomada de posse do governo transicional, mas antes da independência. Mas até que ponto é que isto seria *bluff*? De qualquer modo, Simião parecia acreditar que ainda era possível depor a

---

<sup>313</sup> Joana Simiao informs ConGen of Impending Coup Attempt, 30/08/1974 (US)

<sup>314</sup> PCN views on current Mozambique situation, 03/09/1974 (US)

<sup>315</sup> PCN views on current Mozambique situation, 03/09/1974 (US)

<sup>316</sup> PCN views on current Mozambique situation, 03/09/1974 (US)

<sup>317</sup> PCN's Joana Simiao: latest plans, 05/09/1974 (US)

FRELIMO, e o PCN tentava procurar apoio da África do Sul e Rodésia. Mantinha-se também o plano nunca concretizado da ida à ONU. Os americanos, obviamente, duvidavam das afirmações de Simião:

“We strongly doubt PCN has claimed support among Portuguese military without which bloodless coup is inconceivable, particularly after FRELIMO-dominated transitional government assumes power. From past experience with Joana Simiao, we would not be surprised if her announced plans are unfulfilled. She asked for no support and we reiterated US non-interference, etc.”<sup>318</sup>

A verdade é que houve, de facto, uma tentativa de ‘golpe’ em Moçambique, mas completamente espontânea, e não relacionada com os esforços do PCN.

### 3.4. O “Movimento Moçambique Livre”<sup>319</sup>

No dia 7 de setembro de 1974, foi assinado o Acordo de Lusaka, que determinava a transferência de poderes para a FRELIMO e a independência do Estado Moçambicano. A independência completa seria proclamada dia 25 de junho de 1975, no aniversário da fundação da FRELIMO. Para assegurar a transição, foram estabelecidas várias estruturas governativas, como o cargo de Alto-Comissário, que deveria ser nomeado pelo Presidente português; um Governo de Transição, nomeado por acordo entre a FRELIMO e Portugal, e uma Comissão Militar Mista.<sup>320</sup>

No mesmo dia, um grupo ocupou a Rádio Clube Moçambique, proclamando-se contra a entrega do poder à FRELIMO. Esta ocupação durou três dias, até dia 10 de setembro, e ocorreu em simultâneo com distúrbios e ataques a populações negras no caniço. Este evento, cujos organizadores autodenominaram “Movimento Moçambique Livre”, contribuiu para a perseguição, prisão e eventual morte de uma série de indivíduos pertencentes ao PCN. Apesar de os americanos terem recebido o pré-aviso do PCN e de outras fontes de que algum tipo de golpe estaria a ser preparado, tudo indica que os eventos de 7 de setembro em diante foram espontâneos e não planejados.<sup>321</sup>

Desde 30 de agosto, circulavam rumores de que iriam ser iniciados distúrbios no dia 4 de setembro, antes do início das negociações com a FRELIMO, nomeadamente por

---

<sup>318</sup> PCN’s Joana Simiao: latest plans, 05/09/1974 (US).

<sup>319</sup> Eventos seguem o relato do consulado britânico (TNA FCO 45/1541 234990), exceto quando expressamente indicado.

<sup>320</sup> [https://pt.wikisource.org/wiki/Acordo\\_de\\_Lusaka](https://pt.wikisource.org/wiki/Acordo_de_Lusaka)

<sup>321</sup> Analysis of Abortive Uprising in Lourenco Marques.

parte de um grupo chamado Dragões da Morte. Este grupo seria responsável por uma iniciativa armada.<sup>322</sup> Nas semanas anteriores, os Dragões da Morte (que eram essencialmente antigo pessoal da DGS e das Forças Armadas ou dos Comandos) tinham distribuído panfletos ameaçando a insurreição, e tinham sido, provavelmente, responsáveis por um ataque ao centro de estudos da Universidade de Lourenço Marques e por uma tentativa de assassinato a Pereira Leite, um dos Democratas de Moçambique.

Os eventos começaram antes da assinatura dos acordos, dia 5, com um comício da FRELIMO no estádio da Machava, que deveria coincidir com a abertura das negociações em Lusaka. A chuva interrompeu o evento, mas os organizadores decidiram continuar no dia seguinte—o que era contra os desejos da própria liderança da FRELIMO. No dia anterior, vários escritórios e negócios tinham fechado para que os empregados pudessem ir ao comício, mas como no segundo dia isso não aconteceu grupos pró-Frelimo pediram aos patrões que deixassem ir uma porção dos empregados. Outros grupos chegaram a ameaçar de violência caso não fechassem.

Os Dragões da Morte começaram um protesto junto dos escritórios do *Notícias* na tarde de 6 de setembro. Isto levou a que houvesse apedrejamentos e um carro fosse virado, e foram distribuídos panfletos atacando os jornais de Lourenço Marques e a rádio, acusando-os de “traição”. À noite, o centro de estudantes da Universidade foi atacado e efetivamente destruída, e foi também atacado o quartel-general dos Democratas. Os Dragões libertaram também cerca de 200 indivíduos pertencentes à antiga DGS, perante a inação dos guardas prisionais, que se recusaram a disparar sobre brancos.

Dia 7 de setembro, sábado, encorajados pela falta de reação da polícia, os revoltosos decidiram durante o decurso dessa tarde atacar o Rádio Clube, que estava sob a proteção de uma dúzia de soldados, na sua maioria negros. Esta ocupação ocorreu em reação a um grupo de estudantes que tinham desrespeitado a bandeira portuguesa junto do edifício da rádio. O consenso dos que observaram os eventos é de que a multidão foi à rádio inicialmente com a ideia de destruir o equipamento. Eventualmente, no entanto, tomaram conta de emissão — sugerem alguns que os próprios técnicos, para salvar o equipamento, sugeriram aos insurretos fazer uma demonstração da sua utilização. A decisão não foi premeditada, segundo a análise do cônsul britânico.

O grupo insurreto decidiu telefonar aos líderes dos três grupos políticos brancos fundados desde o 25 de abril: o FICO, o PSD (antigo CDM) e o Movimento Federalista.

---

<sup>322</sup> Joana Simiao informs congen of impending coup attempt (30/08/1974).

Uma hora depois da ocupação da rádio, os líderes desses três grupos tinham tomado conta da situação, passando a emitir os objetivos dos seus grupos: que o governo de Moçambique independente devia incluir pessoas de todas as raças, e que deveria ser em Moçambique e não em Lusaka que as decisões do futuro do país deviam ser tomadas. Rejeitavam os termos do Acordo de Lusaka, e apelavam às pessoas de todas as raças para se manifestarem pelo seu direito de serem consultadas. Durante este tempo, o governo ficou em silêncio. A polícia não parecia inclinada a agir, ou estava mesmo em simpatia com os insurretos, e o exército estava inativo.

A população branca respondeu efusivamente às emissões, e cerca de 20.000 pessoas saíram à rua na Baixa de Lourenço Marques (os americanos falam em 30.000 pessoas). A multidão reagiu como se fosse um evento de festa, cantando “Grândola Vila Morena”, e gritando “Moçambique unido jamais será vendido”, agitando bandeiras portuguesas<sup>323</sup>.

O MML proclamou através da rádio a “libertação” de Moçambique, e que iria constituir um governo provisório. Declarou que se iria realizar um referendo imediato sobre o futuro político de Moçambique, e que todos os grupos políticos seriam representados no próximo governo, que teria uma maioria de ministros de origem africana. A emissão clarificou que o MML não era anti-FRELIMO, adereçando-os como “irmãos”, e apelando que se juntassem em negociações sobre o futuro da nação. O consulado britânico afirmou que a linguagem usada era muito semelhante às “frases vazios” de Caetano e às suas promessas de uma autonomização progressiva:

“Queremos as forças armadas a tomar conta do governo central, totalmente independente de Portugal, para podermos mostrar que somos portugueses, que damos a alma de Portugal para fazer que Moçambique seja grande em português, um Moçambique moçambicano de todos os moçambicanos. [...]. Ontem a bandeira portuguesa foi arrastada. Não podemos consentir. Moçambicanos somos, temos aqui as nossas raízes, temos aqui os nossos filhos, queremos continuar em Moçambique como país [multirracial] [...] Viva Portugal. Viva o Moçambique Novo.” (Freitas, 2022)

Gonçalo Mesquitela, antigo membro da Assembleia Nacional (que tinha dirigido duras críticas a Simião, como vimos, aquando da sua conferência em Lisboa) estava presente na RCM.

Mais perigosos foram os apelos feitos aos portugueses que viviam na África do Sul e Rodésia para se juntarem à insurreição, e também a antigos membros dos Comandos

---

<sup>323</sup> Mozambique Sitrep no. 1, 12/09/1974 (US)

e das Forças Armadas que se juntassem em vários pontos da cidade para formarem uma força insurgente e tomassem controlo do aeroporto, da refinaria de petróleo e de outras infraestruturas centrais da capital.

Apesar da natureza espontânea da insurreição, havia rumores de que um golpe estava de facto a ser planeado, para 20 de setembro, e que algumas unidades do exército português se iriam juntar à revolta, e que esta contaria com o apoio de 30.000 ex-militares.<sup>324</sup>

A decisão do PCN de se juntar ao MML deu à insurreição improvisada um incentivo extra. Simião foi um dos membros do PCN que se dirigiu ao RCM, aí permanecendo até ao meio-dia de 10 de setembro.<sup>325</sup>

O MML também fez apelos a Domingos Arouca, mas este não respondeu. Jorge Jardim agiu de modo cauteloso, limitando-se a enviar dois emissários para falar com os revoltosos, evitando qualquer envolvimento direto na situação. Cerca de vinte e quatro horas após o início da ocupação da rádio, o governo português anunciou que o Tenente-Coronel Dias Lima iria de Lisboa para Lourenço Marques para avaliar a situação. O MML tomou isto como sinal prematuro de vitória, e de que o governo iria reconsiderar o Acordo de Lusaka. Grandes multidões foram receber o enviado de Spínola, e uma equipa de três líderes do PCN e dois brancos foi constituída para o receber. Por essa data, as suas reivindicações eram dirigidas ao Exército e às forças de segurança para restauraram a ordem. Terça-feira, dia 10 de setembro, o Presidente da República declarou que eles tinham de se render ou ser apreendidos. Os revoltosos, no fundo respeitadores das hierarquias de poder, obedeceram e a ‘revolta de Lourenço Marques’ chegou ao fim. No entanto, para alguns dos seus participantes, estes eventos tiveram graves consequências.

---

<sup>324</sup> European insurrection in Mocambique 7-10 September 1974, 18/09/1974, TNA FCO 45/1541 234990.

<sup>325</sup> Dr. Joana Simiao requests US visa to travel to U.N.; gives sitrep of Lourenco Marques, 11/09/1974 (US)

## 4. Os “traidores”

O que aconteceu ao PCN após a assinatura do Acordo de Lusaka, e da transferência de poder para a FRELIMO? O que aconteceu aos membros do antigo GUMO? Aqueles que se dissociaram do GUMO, e se afastaram do panorama político moçambicano, conseguiram prosseguir as suas vidas. Máximo Dias, que se exilou em Lisboa até à década de 90, quando ocorreu a abertura ao multipartidarismo regressou a Moçambique, candidatando-se mesmo às eleições presidenciais de 1994, nas quais obteve 2,34% dos votos. Criou e foi o secretário-geral do partido MONAMO-PMSD. Em 1999, foi eleito deputado pela Assembleia da República, na Coligação RENAMO/Aliança, da qual o seu partido fazia parte<sup>326</sup>.

Para aqueles que, como Simião, escolheram continuar a procurar uma alternativa à FRELIMO até ao último momento, recorrendo a todas as estratégias e a todos os aliados que para isso se oferecessem, o destino foi muito mais dramático.

Dia 11 de setembro, depois do término da ocupação do RCM, Simião foi à embaixada americana para pedir um visa para poder fazer uma viagem à ONU, apresentar a sua posição. Planeava abandonar Moçambique no dia seguinte, com possível paragem em Bonn. Embora a insurreição tivesse falhado, ela estava certa de que a FRELIMO e as Forças Armadas portuguesas não iam conseguir manter a paz em Moçambique.<sup>327</sup>

O Departamento de Estado dos EUA não viu razões para recusar o pedido de um visa; aconselharam que Simião fosse informada de que a maioria dos delegados africanos da ONU apoiavam a FRELIMO e que era provável que ela não conseguisse apresentar o seu caso. Simião planeava partir para Joanesburgo com um “líder guerrilheiro anti-FRELIMO de alta patente”, onde desejava contactar-se com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul. Planeava depois prosseguir para os Estados Unidos e apresentar o seu caso à ONU. Afirmava que a FRELIMO não poderia governar em Moçambique porque não tinha uma base de apoio generalizada, o que claramente ia de

---

<sup>326</sup> Morreu em Lisboa, o político e advogado moçambicano, Máximo Dias (2020, 28 dezembro). *RFI*. <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20201228-ano>

<sup>327</sup> Dr. Joana Simiao requests US visa to travel to U.N.; gives sitrep of Lourenco Marques, 11/09/1974 (US)

encontro à realidade vigente. Não pediu qualquer assistência americana, provavelmente sabendo que seria recusada.<sup>328</sup>

Entretanto o Alto-Comissário Vítor Crespo anunciou que os líderes da insurreição falhada seriam julgados e punidos. Dado que Simião era considerada tinha estado presente no RCM, ela estava incluída nesta lista. Portanto, a admissão de Simião nos EUA podia ser legal e diplomaticamente problemática para o governo americano. Para prevenir mal-entendidos com o governo português, os americanos informaram as autoridades portuguesas que o visa fora concedido antes das ordens do Alto-Comissário serem publicitadas.<sup>329</sup>

Simião chegou aos EUA, e pediu asilo à USUN (Missão Americana para a ONU), afirmando que a sua vida estaria em perigo tanto em Moçambique como em Portugal. Informou mais tarde que estava ao cuidado da WILPF em Filadélfia.<sup>330</sup> Um oficial do Departamento de Estado encontrou-se com Simião alguns dias depois, e ela informou-o de que Simão lhe tinha dito para voltar urgentemente a Moçambique. Também alega que o PCN tem uma base de apoio ampla, e procura apoio do governo americano, que não lhe é concedido<sup>331</sup>. Parte dos EUA dia 30 de setembro, planeando entrar através da fronteira do Malawi.<sup>332</sup> Alguém a apoiava financeiramente, mas de onde provinha esse financiamento é desconhecido. Dia 18 de outubro, informa a embaixada americana da sua presença em Blantyre, e da sua iminente partida para Moçambique<sup>333</sup>.

O jornal *Notícias da Beira* de dia 20 de outubro noticia a chegada de Simião à Beira dia 19, num voo proveniente do Malawi. É recebida por Ahmed Haider. Na tarde de dia 20, um correspondente da Reuters informa o consulado americano que Simião tinha sido presa na Beira. Esta sucessão de eventos deixa os americanos perplexos:

in view of her identification as one of leaders of free Mozambique movement whose arrest was ordered by the government, it is difficult to understand why she returned to Mozambique, particularly since she clearly made no attempt to enter clandestinely or hide her whereabouts.<sup>334</sup>

Simião tinha algum plano? Porque é ela regressou sem sequer tentar esconder o seu paradeiro?

---

<sup>328</sup> Joana Simiao visa request, 12/09/1974 (US)

<sup>329</sup> Simiao Visa, 14/09/1974 (US)

<sup>330</sup> Request for asylum: Joana Simiao, 20/09/1974 (US)

<sup>331</sup> Request for asylum: Joana Simiao, 26/09/1974 (US)

<sup>332</sup> Joana Simiao, 04/10/1974 (US)

<sup>333</sup> Joana Simiao, 21/10/1974 (US)

<sup>334</sup> Joana Simiao returns: arrest reported, 21/10/1974 (US)

Simião foi levada para a cadeia da Machava, em Lourenço Marques, antiga prisão da PIDE/DGS, juntamente com outros elementos dissidentes da FRELIMO e que tinham feito parte do PCN, como Uria Simango, Mateus Gwengere, entre outros. Esta versão dos acontecimentos é corroborada pela memória de Luís Manuel Fernandes Carasso, um ex-miliciano (branco) dos GEP<sup>335</sup>, que foi preso pela FRELIMO em outubro e enviado também para a cadeia da Machava. Ele referiu que se juntou a eles “outro grupo de prisioneiros, também presos pelo MFA”, que eram “todos negros”, “figuras públicas”, ex-membros da FRELIMO que tinham abandonado o movimento. Estes eram “Joana Simeão, Dr. Júlio Razão, Paulo Mondlane, Paulo Gumane, Mateus Gwengere” (Fernandes, 2017). Joana Simião ficou num edifício diferente do sujeito, por ser mulher. Mais tarde, segundo Fernandes, foram transferidos para a cadeia penitenciária de Sommershield, em Lourenço Marques. (Fernandes, 2017)

Já depois do 11 de março de 1975, Jorge Costa, “desertor do Exército Português e arvorado em inspector da Polícia Judiciária”, apareceu na cadeia penitenciária, tendo por missão transferir um certo número de presos. Esses presos, incluindo Fernandes, foram levados para o aeroporto de Lourenço Marques e daí com destino ao Norte: “Entre os nossos companheiros de viagens encontravam-se cinco outros brancos, antigos combatentes que haviam participado nos acontecimentos do 7 de Setembro [...]. Entre os pretos que eram deportados na mesma altura encontrava-se a Dr.<sup>a</sup> Joana Simeão, o Dr. Júlio Razão e Paulo Mondlane.” (Fernandes, 2017)

Aterraram no aeroporto de Porto Amélia, de onde foram transportados até Mueda. Já em Mueda, os indivíduos negros que se encontravam presos são levados por um avião da Força Aérea Portuguesa, para Nachingwea, na Tanzânia:

(...) aterrou no aeródromo de Mueda um avião Nord-Atlas da Força Aérea Portuguesa. Vimos distintamente que atrás do *cockpit* o piloto do avião era um major identificável pelos seus galões. Foram então obrigados a subir para o aparelho os pretos que estavam detidos connosco. Antevendo que o seu destino seria a base-mãe da Frelimo, Nachingwea, em território tanzaniano, alegaram que eram portugueses, mostrando os seus passaportes e documentos de identidade e que não queriam ser deportados para o estrangeiro. (Fernandes, 2017)

Em Nachingwea, Simião e outros estariam sujeitos a um dos julgamentos (*show trials*) da FRELIMO.

---

<sup>335</sup> PT/TT/EMA/C/002/0126

## Show trials e campos de reeducação

Durante o período de transição, entre março e maio de 1975, a FRELIMO realizou uma série de “julgamentos” de ex-membros do movimento, acusados de traição à luta pela libertação nacional. Alguns eram desertores, que se tinham entregado às autoridades portuguesas. Outros eram dissidentes, como os que se tinham separado da FRELIMO para formar o COREMO e outros grupos. Estes julgamentos foram realizados no complexo da FRELIMO em Nachingwea, em frente de recrutas, jornalistas e líderes políticos de outros países africanos. Como afirmam Colin Darch & Paolo Israel, o poder exercido pela FRELIMO consistia não só nos julgamentos e nas confissões, e na reeducação destes prisioneiros, mas também na escrita da história oficial, da inscrição destes indivíduos como traidores e reacionários. (Darch & Israel, 2023)

O primeiro encontro em que alguns prisioneiros foram publicamente julgados foi dia 16 de março. Simião não está presente neste primeiro encontro, chegando a Nachingwea em 21 abril de 1975, no segundo encontro (cf. Figura 12). Chega num Land Rover com cinco outros prisioneiros. (Darch & Israel, 2023)

Samora Machel interroga-a pessoalmente:

“Who are you to represent the interests of the Mozambican people?” asked Ndugu Samora. The FRELIMO President told the gathering that Joana made several trips to Portugal after the April coup to get the Portuguese authorities not to recognize FRELIMO. She was a darling of the Portuguese, who gave her protection including armed escorts.

Samora: Explain how you got the documents guaranteeing your protection wherever you went. Do not let me tell the public here what you really are, because I want to preserve for you some little prestige, although you actually do not have any.

Joana: Go and ask Costa Gomes...

Samora: Me? I am a Mozambican. Who is Costa Gomes to me? Watch out, who do you think you are talking to? How did Costa Gomes give you protection?

Joana: I asked protection from [Costa] Gomes.

Samora: Protection from whom? Aren't you a PIDE agent? (Darch & Israel, 2023)<sup>336</sup>

Machel acusou-a de fazer viagens a Portugal após o 25 de Abril para garantir que as autoridades portuguesas não reconhecessem a FRELIMO. Ele perguntou-lhe como é que ela obteve proteção, e ela respondeu “pergunta a Costa Gomes”. Joana Simião foi

---

<sup>336</sup> Retirado de Marcelino Komba, “FRELIMO Exposes Traitorous Clique: Twenty-Four More Paraded,” *Daily News* (Dar es Salaam), April 23, 1975, 4

acusada de “lutar juntamente com os reacionários portugueses” para fazer cair a FRELIMO, antes e depois da transferência de poderes.<sup>337</sup>

O último julgamento de Nachingwea deu-se em 11-12 de maio de 1975. Todavia, a condenação pública dos “traidores” foi apenas uma parte deste evento que durou dois dias e contou com a presença dos presidentes Julius Nyerere e Kenneth Kaunda. No final do dia 11 de maio, foram apresentados, perante recrutas, jornalistas, e os presidentes convidados, os “agentes inimigos” da luta de libertação, cerca de quatro centenas de indivíduos. Machel acusa-os duramente no seu discurso:

«Estes reaccionários em certa altura da nossa luta foram nossos aliados. Todos foram membros da FRELIMO e criaram distúrbios com a finalidade de destruir a FRELIMO. Criaram distúrbios para criarem confusão no seio dos nossos amigos, particularmente na Tanzânia e na Zâmbia. Quiseram dividir a FRELIMO, a UNIP e a TANU, quiseram dividir a amizade dos nossos povos porque tinham ambições e muitos deles serviam o imperialismo com a capa de revolucionários; com a capa de nacionalistas e com a capa da FRELIMO tentaram destruir a FRELIMO, reforçando a força inimiga contra nós.»<sup>338</sup>

Entre os presentes, encontrava-se Simião (cf. Figura 13). Na reportagem da revista *Tempo* sobre o sucedido, Simião foi descrita apenas com uma frase: «Presidente da Gumo, amiga de Caetano e Rebelo de Sousa e protegida das forças imperialistas do mundo».<sup>339</sup> Depois do julgamento, Simião foi, finalmente, transportada para o campo de reeducação de M’telela.

O projeto de estabelecimento de campos de internamento começou cedo durante o período de transição. Logo após os eventos de 21 de outubro de 1974, em que conflitos entre soldados portugueses e guerrilhas da FRELIMO em Lourenço Marques despoletaram uma onda de violência fatal, a FRELIMO levou a cabo uma série de prisões. Depois de interrogados, muitos foram libertados, mas alguns, por não terem ocupação, foram considerados sujeitos que tinham de ser reeducados. A FRELIMO estabeleceu de imediato um campo para os reeducar. (Machava, 2018). Outras vítimas desta onda de prisão foram as zonas de prostituição, levando à prisão em massa de prostitutas.

As prisões em massa, por todo país, levaram a que as prisões deixadas pelos portugueses rapidamente ficassem sobrelotadas, o que por sua vez levou a que o número de campos crescesse exponencialmente, mas sem grande planeamento. Alguns destes

---

<sup>337</sup> FRELIMO parades 24 more “traitors”, 22/04/1975 (US)

<sup>338</sup> Encontro em Nachingwea (1975, 1 junho). *Tempo*.

<sup>339</sup> Encontro em Nachingwea (1975, 1 junho). *Tempo*.

campos ficavam em regiões remotas no Niassa e Cabo Delgado, sendo difícil o transporte de rações essenciais de alimentos, levando à fome entre os prisioneiros. (Machava, 2018).

O campo de M’telela, no Niassa, era um deles. Juntamente com Chiputo, na mesma região, e Chaimite, em Cabo Delgado, estes eram os campos que recebiam dissidentes da FRELIMO. Apesar disso, M’telela destacava-se, por ser o campo que era destinado aos presos mais notórios. O campo foi estabelecido num antigo quartel militar português para acolher parte dos “traidores” julgados em Nachingwea. Úria Simango e a sua mulher, Lázaro Nkavandame, Paulo Gumane, Mateus Gwengere e outras figuras proeminentes foram todos enviados para M’telela em novembro de 1975. Entre eles, Joana Simião. (Machava, 2018) O número de presos neste campo nunca ultrapassou os 140. Estes prisioneiros não podiam receber visitantes sem uma autorização expressa do governador do Niassa e do próprio Samora Machel.

Era o campo mais temido, e ficou na memória coletiva com uma reputação bastante tenebrosa (incluindo quem o apelidasse de “campo de extermínio”). No entanto, os registos arquivísticos mostram algo um pouco diferente, como descobriu Benedito Machava. As condições de vida eram relativamente melhores às de outros campos no Niassa. Alguns dos detidos viviam em casas de pedra, protegidos dos elementos, e os prisioneiros podiam escrever cartas aos seus familiares. O tratamento que recebiam dos guardas era cortês, devido ao seu estatuto<sup>340</sup>. (Machava, 2018)

Um dos únicos dados concretos sobre Simião durante a sua prisão em M’telela é a de uma tentativa de suicídio a 9 de junho de 1976. De acordo com os relatórios do campo, Simião tinha pedido aos guardas para ser transferida para outro quarto. O seu pedido não foi atendido, e de manhã foi encontrada inconsciente com um laço em volta do pescoço. Não havendo médicos no campo, o médico chefe da província foi enviado para a ver. Segundo Machava, isto demonstra que, pelo menos até 1976, os prisioneiros políticos eram tratados com elevada consideração. (Machava, 2018).

Nesse ano, é permitido a um grupo de jornalistas que visite o campo de M’telela. Na sua entrevista com Simião, ela expressa que tinha esperança de que as palavras sobre a “reeducação” dos “reacionários” implicassem um processo educativo, de debate, e não o confinamento em campos com fracas condições:

---

<sup>340</sup> Outros campos, como é o caso de Ruárua e Bilibiza, tinham condições muito piores. Para o campo de Bilibiza, foram enviados, por exemplo, músicos, prostitutas, estudantes, e até funcionários do aparelho do Estado. O campo tinha fracas condições, não havia cuidados médicos, nem alimentos suficientes. Os prisioneiros eram sujeitos a tortura e a castigos corporais. (Sousa e Noronha, 2017).

Mas do ponto de vista de prisioneiros políticos... estamos isolados. Não houve nenhum debate político... quer dizer, eu pensei que... quando a FRELIMO... quando fala de reeducação política, era permitir-se um debate político. Como direi... uma correção das ideias erradas. (Simião *in* Meneses, 2017)

A verdade é que Simião, e outros prisioneiros políticos deste campo, não saíram vivos de M'telela. A hipótese de perder a vida no combate política era uma ideia que pairava na mente de Simião no mínimo desde os anos 60: “Deixo a Europa com a [...] decisão de tudo fazer mesmo com o sacrifício da vida, pois antes a morte mas livre do que pseudo-viva.”<sup>341</sup>

Já no ano de 1974, ela reiterou essa ideia numa carta— “A batalha política é dura, difícil mas apaixonante. Poderei nela perder a vida mas que vale uma vida sem luta?”<sup>342</sup>— e num discurso, em junho, em que afirma em tom de desafio que se as acusações da FRELIMO fazia contra ela fossem verdadeiras ela seria executada “em Dar es Salaam”:

Não faço da política uma questão de garrafa de «champagne» de festas. A política é uma luta por um «rapport» de força para o poder, que implica até, naturalmente, a perda de vida. John Kennedy, onde está ele? Luther King, onde está ele? Não me quero comparar com eles. Quero simplesmente dizer que, quando se lança para a arena política, temos que ter em consideração a perda da nossa própria vida <sup>343</sup>

O assassinato dos “traidores” foi encoberto pela FRELIMO, e durante muito tempo, ninguém sabia exatamente o que tinha acontecido a estes indivíduos. Ainda hoje, é impossível dizer com absoluta certeza quando e como é que Joana Simião foi assassinada.

Segundo a investigação de João Cabrita, foi em outubro de 1979 que um conjunto de veículos com oficiais seniores de governo chegaram a M'telela. Simango, Gumane, Gwenjere, Simião, Casal Ribeiro, Kavandame e três outros prisioneiros foram informados de que seriam transferidos para a capital moçambicana. A pouca distância do campo, na estrada para Chiputo, pararam os jipes. De acordo com Abel Assikala, os prisioneiros receberam ordens para sair dos veículos e foram então sumariamente executados<sup>344</sup>. (Cabrita, 2000)

---

<sup>341</sup> (Carta a Casal Ribeiro, Processo 520-SC/CI(2)) (provavelmente de 1964)

<sup>342</sup> Carta a Amadeu Cândido da Silva e Costa, janeiro de 74 (Processo 520-SC/CI(2))

<sup>343</sup> Joana Simião em Blantyre.. *Notícias da Beira*. 30/06/1974-.

<sup>344</sup> Esta versão dos eventos é proveniente de uma entrevista com a esposa de Casal Ribeiro, e de um relato de Jorge Costa, como relatado por João Cabrita em *The Tortuous Road to Democracy*.

Há várias teorias para a FRELIMO ter desistido do seu projeto benigno de reeducação em favor da execução sumária. Um fator poderá ter sido a preocupação com a RENAMO — que eles poderiam atacar M’telela e libertar os prisioneiros, dando-lhes uma segunda oportunidade política. Alguns acreditavam que as execuções tinham sido decididas “à pressa”. Mariano Matsinhe afirmou que: “Samora did not want those people dead.” Segundo um relato, é possível que o próprio Machel não estivesse envolvido na decisão: “President Samora at one point ran into me in the Palácio and he exclaimed, ‘Chissano, they killed Simango, do you understand?’ That was his tone ...” (Darch & Israel, 2023)

A execução dos “traidores” representa um aspeto da história moçambicana em que ainda há muitas questões por responder. O destino exato de Joana Simião não é conhecido, nem sequer a data exata da sua morte.

## Conclusão

Torna-se claro através da realização desta investigação que o GUMO se pretendia alinhar com a retórica e com os objetivos de figuras importantes no governo português (antes e depois do 25 de abril), de modo a constituírem-se como um elemento-chave para levar ao fim da guerra em Moçambique. O GUMO queria ser, em primeiro lugar, uma alternativa à FRELIMO, ou no mínimo, um parceiro obrigatório. Isto, por várias razões. Primeiro, a recusa da opção pela violência—tomada por Joana Simião desde a sua fuga do COREMO e o episódio do assassinato da Brigada de Estudos do Zambeze—e a escolha de uma luta feita internamente, dentro do regime. Durante o governo de Caetano, o GUMO contava afirmar-se dentro dos contornos do mesmo, candidatando-se a eleições, (etc.). A ideia era a de que a política de Caetano resultaria naquilo que o seu nome indicava—uma autonomia progressiva do território moçambicano, uma menor centralização do poder na metrópole.

O ponto central é a “moçambicanização de Moçambique” — ou seja, a promoção social e económica da maioria da população (negra, mestiça). A apologia desta promoção constitui o foco primordial do GUMO.

Apesar de encontrar alguns elementos recetivos no Governo central (como Baltazar Rebelo de Sousa e, possivelmente, o próprio Presidente do Conselho), e mesmo em órgãos de governo local em Moçambique (como o Secretariado Provincial de Comunicações) —as intenções do GUMO chocam não só com a ala mais à direita do regime, que veem como qualquer ação de autonomização das colónias como altamente perigosa para a unidade nacional. Daí a reação, por exemplo, de Gonçalo Mesquitela à conferência de imprensa que Simião dá em Lisboa. O outro elemento com que as intenções de uma gradual autonomia e de uma preparação de elites (processo que acontecera noutros imperialismos/colonialismos como o britânico) vão chocar é, obviamente, o decurso político. O cansaço da guerra e o descontentamento dos capitães vão culminar num golpe de Estado. O GUMO, apanhado de surpresa, poucos dias antes em conversas com membros do governo, vai ter de se reposicionar. Por um lado, a liberdade dá-lhe espaço para realmente se afirmar enquanto partido. Por outro, deixa de ter pontos de apoio no governo central.

O GUMO vai “colar-se”, de imediato, ao discurso de Spínola—que no fundo age como continuação da retórica de Caetano—e à ideia de um referendo. Isto dá logo azo a críticas, já que a ideia defendida pelo GUMO é que o “estilo de relações” que Moçambique iria ter com Portugal ainda estava aberta. Por outro lado, a FRELIMO defendia a independência imediata e completa, sem qualquer hesitação. No fundo, o que Simião defendia era a manutenção de alguns laços com a “portugalidade” (defende a ideia da comunidade Afro-Luso-Brasileira, etc.). Além disso, apoiava a ideia de uma transição mais longa para a independência, para que o povo pudesse ser “preparado”. Simião, que tinha estudado na universidade em Portugal e em Paris, via as “massas anónimas” como não tendo a preparação política e a educação suficientes para governar o país. Esta mentalidade ecoa perfeitamente o paternalismo colonial de Spínola e, antes, de Caetano.

Outra questão, que me coloquei no início desta investigação, é: até que ponto é que o GUMO é um partido/movimento com bases de apoio em Moçambique? No geral, é difícil determinar, em termos quantitativos, quantas pessoas aderiram ao GUMO. Contudo, apesar das tentativas de Simião de adquirir um número significativo de apoiantes, no Norte, na zona dos macuas, o resultado é que não houve um movimento de massas significativo que se reunisse à volta deste partido. Isso implica que este é um partido-fantoches? Partido-fantoches implica que este surgiu da vontade das autoridades portuguesas. Apesar de não ter conseguido reunir um apoio de massas que lhe permitiu afirmar-se no território é inegável que o GUMO decorre de uma vontade dos seus membros de constituir alternativa ao rumo da FRELIMO, por discordar em termos económicos e sociais da via marxista, pela qual este movimento pretendia enveredar, por marcar as suas distâncias em relação aos métodos de violência daquela, ou por defender a existência de um referendo e processo eleitoral que permitisse ao povo moçambicano escolher o tipo de relações com a metrópole e a constituição do futuro sistema de governo.

Quanto ao papel de Jardim, é óbvio que Jardim teve a sua influência sobre o percurso de Simião, e que procurou enquadrar Simião (e o GUMO) nos seus planos para uma independência de Moçambique. Contudo, Simião e o GUMO vão procurar distanciar-se de Jardim e da sua rede de influências. Jardim pode ter sido até a fonte do proto-GUMO, aquele que existiu antes de Dias ser presidente. Mas assim como Jardim se aproveitou de Simião, também ela se aproveitou de Jardim. Neste jogo de alianças, resumir o GUMO a uma “criação” de Jardim reduz o papel e minoriza a agência de outros intervenientes. Quanto ao apoio de membros do governo, antes e depois do 25 de abril—é claro que o apoio que o GUMO poderia ter conseguido do governo de Caetano é

reduzido pela rigidez da ideologia colonial e a incapacidade de o regime se reformar na prática, por muita retórica de “autonomia progressiva” que houvesse. A reação negativa à conferência de Lisboa é exemplo disso. Contudo, o GUMO continua a receber apoio cauteloso, e parece estar à beira do seu reconhecimento—quando se dá o golpe do 25 de abril.

Spínola também parece aberto ao GUMO, mas claramente que o decorrer da situação política (e militar—com a FRELIMO a intensificar as suas ações após o 25 de abril), significam que a sua posição vai ser marginalizada pela da independência e transferência de poder. As intenções de uma transição gradual são ultrapassadas pelo cansaço da guerra, que se arrastava há demasiado.

No fundo, o GUMO chega demasiado tarde, arrastado por um projeto “reformista” de Caetano—que também chegara demasiado tarde.

## Fontes primárias

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Arquivo da PIDE

- PT-TT-PIDE-SC-SR-646-61 (Processo N° 646-SR/61)
- PT-TT-PIDE-SC-520CI2 (Processo N° 520-SC/CI(2))
- PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-1 (GUM – Unidade por Moçambique, 1º volume). [digitalizado, em ]
- PT/TT/PIDE/D-C/001/1225-2 (GUM – Unidade por Moçambique, 2º volume). [digitalizado, em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4490756>].
- PT/TT/PIDE/D-C/001/4126-3 (COREMO, 3º volume) [digitalizado, em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4490406>]
- PT-TT-PIDE-SC-CI(2)-12628 (Processo N° 12.628-CI(2))
- Processo 5173/73-SR, NT 4127
- Processo N° 12.628-CI(2), NT 7655

### Arquivo Histórico Diplomático

- PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0025/UI08102

### Arquivo Melo Antunes

- PT/TT/EMA/C/002/0126

### Arquivo de História Social

- PT-AHS-ICS-ML-B-DP-MZ

### The National Archives of the UK (TNA)

- FCO 45/1540 234990

### National Archives (USA) - Acesso em: <https://aad.archives.gov/aad/index.jsp>

- Central Foreign Policy Files, created 7/1/1973 - 12/31/1979, documenting the period ca. 1973 - 12/31/1979 — Record Group 59

### CIDAC

- H45-1/15/NC-2

## **Imprensa**

### ***Portugal***

- *Expresso*
- *Diário de Lisboa*
- *Época*
- *Seara Nova*

### ***Moçambique***

- *Notícias da Beira*
- *Notícias*
- *Tempo*

## **Assembleia Nacional**

- <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/11/01/037/1974-03-07/731> Diário das Sessões, N°37.

## Bibliografia

- Aniceto, A. & Gomes, C. M. (2010). *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. QuidNovi.
- Antunes, J. F. (1996). *Jorge Jardim: Agente secreto*. Bertrand.
- Bell, D. (2016, November 29). *Liberal internationalism*. *Encyclopedia Britannica*.  
<https://www.britannica.com/topic/liberal-internationalism>
- Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2023, March 20). *Women's International League for Peace and Freedom*. *Encyclopedia Britannica*.  
<https://www.britannica.com/topic/Womens-International-League-for-Peace-and-Freedom>
- Cabrita, J.M. (2000). *Mozambique: the tortuous road to democracy*. Palgrave,
- Cahen, M. (2005). Arquivos coloniais, arquivos colonialistas?: Os fundos de arquivos coloniais da PIDE/DGS e outros, como fontes históricas. Maria de Lurdes Henriques (IANTT). *IVº Seminário internacional de Arquivos de tradição ibérica, Instituto dos Arquivos Nacionais*. Torre do Tombo, Associação latino-americana de Arquivos.
- Cahen, M. (2010). Moçambique: o “fim da história”... única Trajectórias dos anticolonialismos em Moçambique. *Africana Studia*, (15).
- Cahen, M. (2012). Anticolonialism & Nationalism: Deconstructing Synonymy, Investigating Historical Processes. In Éric Morier-Genoud (ed.), *Sure Road? Nations and Nationalism in Guinea, Angola and Mozambique*. Brill.
- Confortini, C. C. (2012) *Intelligent Compassion: Feminist Methodology in the Women's International League for Peace and Freedom*. Oxford University Press.
- Couto, F.A. (2011). *Moçambique 1974. O Fim do Império e o Nascimento da Nação*. Caminho.
- Derluigian, G. (2012). The social origins of good and bad Governance: re-interpreting the 1968 schism in Frelimo. In *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*.
- Dionísio, J.A. (2023). *Massacres na Guerra Colonial. Wiriyamu, 50 anos. Tete, um exemplo*. Espaço Ulmeiro.

- Fernandes, L. (2017). *Tempo de Vésperas de Desastre*.  
[https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2017/11/tempo-de-v%C3%AAsperas-de-desastre-por-lu%C3%ADs-fernandes.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/11/tempo-de-v%C3%AAsperas-de-desastre-por-lu%C3%ADs-fernandes.html)
- Fonseca, I.A. (2014). *A imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974* (Tese de Doutoramento). <http://hdl.handle.net/10451/15605>
- Freitas, M. (2021). Rádio Clube de Moçambique: História económica e cultural de uma empresa radiofónica num contexto colonial (1932-1974). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, (21), 97-120.
- Freitas, M. R. D. (2022). Reavaliando o Movimento Moçambique Livre: a construção sonora do assalto ao Rádio Clube (7 de Setembro de 1974). *Ler História*, (80), 225-247.
- Funada-Classen, S. (2013). *The origins of war in Mozambique: A history of unity and division*. African Minds.
- Hall, M. & Young, T. (1997). *Confronting Leviathan: Mozambique since independence*. Hurst & Company.
- Larmer, M. (2011). *Rethinking African Politics: A History of Opposition in Zambia*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315605975>
- Larmer, M., & Lecocq, B. (2018). Historicising nationalism in Africa. *Nations and Nationalism*, 24 (4), 893-917.
- Machaqueiro, M. (2012). The Islamic Policy of Portuguese Colonial Mozambique, 1960–1973. *The Historical Journal*, 55(4), 1097-1116.
- Machaqueiro, M. A. (2011). Portuguese colonialism and the Islamic community of Lisbon. In M. Maussen, V. Barder & A. Moors (Eds.) *Colonial and Post-Colonial Governance of Islam: Continuities and Ruptures* (pp. 211-232). Imiscoe Research.
- Machava, B. (2018). *The morality of revolution: urban cleanup campaigns, reeducation camps, and citizenship in Socialist Mozambique (1974-1988)* (Tese de doutoramento).
- Machel, S. (1974). *A luta continua*. Afrontamento.
- MacQueen, N. (1997). *The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. Addison Wesley Longman.
- Mateus, D.C. (2011). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial. 1961-1974* (2a ed). Terramar.

- Medeiros, E. (2008). *Contribuição para o Estado da Arte das Continuidades e Mudanças em Moçambique. Vinte e Cinco Anos de «Estudos Moçambicanos», 1980/81-2006*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Medeiros, E. (2007). *Os senhores da floresta. Ritos de iniciação dos rapazes macuas e lómuès*. Campo das Letras.
- Meneses, M. P. (2017). Autodeterminação em Moçambique: Joana Semião, entre a história oficial e as memórias de luta. *Discursos memorialistas africanos e a construção da história*, 49-78.
- Mesquitela, C. (2014). *Moçambique: 7 de Setembro de 1974: Memórias da Revolução*. Branco.
- Moutinho, M. (2001). *O indígena no pensamento colonial português*. Edições Universitárias Lusófonas.
- Ncomo, B. (2003). *Uria Simango: um homem, uma causa*. Novafrica.
- Neves, O. I. (2009). *O movimento associativo africano em Moçambique: Tradição e luta (1926-1962)*. [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa–Faculdade de Ciências Sociais e Humanas].
- Newitt, M. (2017). *A Short History of Mozambique*. Oxford University Press.
- Peixoto, C. B. T., & Meneses, M. P. (2013). Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique. *Topoi* (Rio de Janeiro), 14, 86-104.
- Pimenta, F. T. (2013). Identidades, sociabilidades e urbanidades na África Colonial Portuguesa: Angola e Moçambique. *Identidades, sociabilidades e urbanidades na África Colonial Portuguesa: Angola e Moçambique*, 183-200.
- Pimenta, F.T. (2018). *Branco de Moçambique: Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*. Edições Afrontamento.
- Pimenta, F.T. (2021a). A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Moçambique. In *Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá* (pp. 149-174). CITCEM.
- Pimenta, F.T. (2021b). Marcelo Caetano e a Política de Reforma do Colonialismo Português em África (1968-1974). In A. Cordeiro, S. Dias-Trindade, A. P. Pita (Org.),

*Limites e Limiares: contributos para pensar a sociedade complexa* (pp.185-204).  
Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ribeiro, N. (2014) Broadcasting to the Portuguese Empire in Africa: Salazar's singular broadcasting policy, *Critical Arts*, 28(6), 920-937. DOI: [10.1080/02560046.2014.990630](https://doi.org/10.1080/02560046.2014.990630)

Roberts, G. (2017). The assassination of Eduardo Mondlane: FRELIMO, Tanzania, and the politics of exile in Dar es Salaam. *Cold War History*, 17(1), 1-19.

Sitoe, I. C. (2021). A Economia Colonial em Moçambique: Uma discussão sobre o desempenho dos planos de fomento no período auge da colonização portuguesa, 1953-1975. In W.K.F. de Santana & E.L. Silveira (Orgs), *Educação, Linguagens e Ensino: Saberes Interconstitutivos* (Vol.2, pp.88-104). Pedro & João Editores.

Sousa, C. & Noronha, I. (2017). *Sonhámos um país* [filme]. Midas Filmes.

Sousa, M.R. (1999). *Baltazar Rebelo de Sousa: Fotobiografia* (2ª ed). Bertrand Editora.

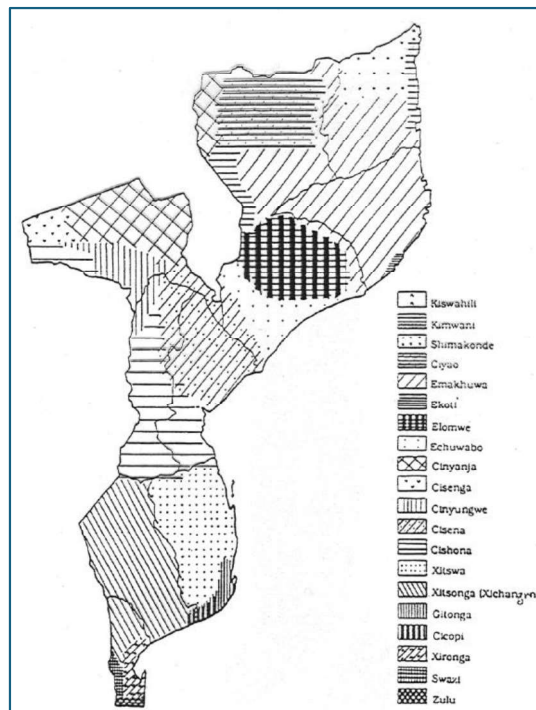
Souto, A.N. (2007). *Caetano e o ocaso do «Império»: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Edições Afrontamento.

Stucki, A. (2019). *Violence and Gender in Africa's Iberian Colonies: Feminizing the Portuguese and Spanish Empire, 1950s–1970s*. Palgrave Macmillan.

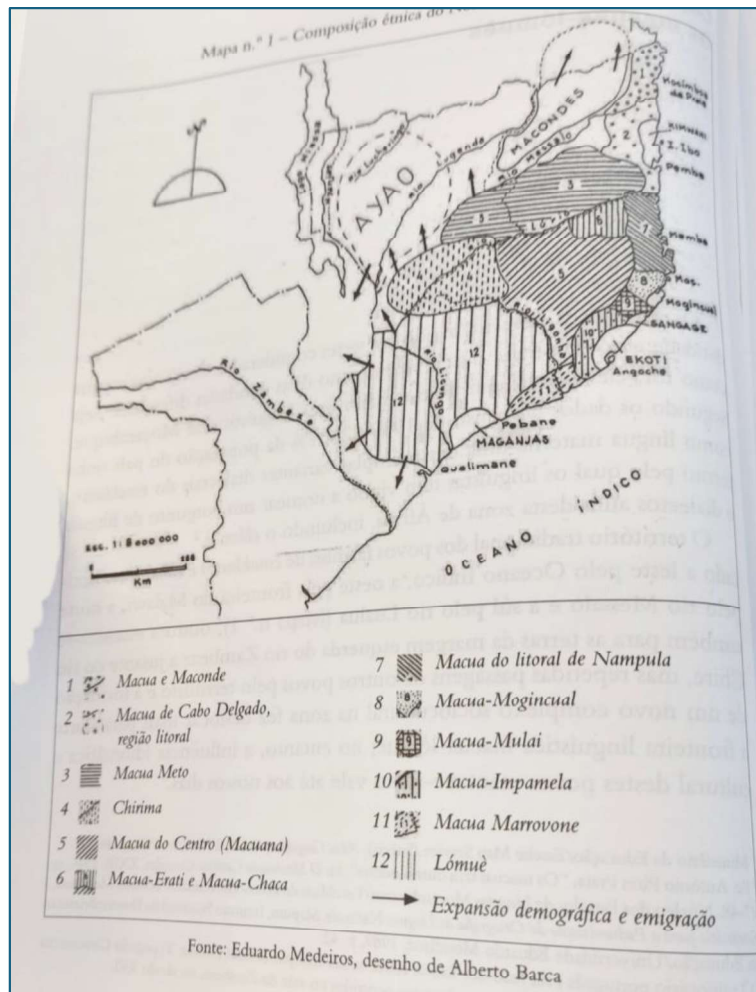
# Anexo I - Mapas



Mapa 1 - Mapa de Moçambique na atualidade



Mapa 2 - Mapa linguístico de Moçambique (Medeiros)



Mapa 3 – Composição étnica do norte de Moçambique

## Anexo II - Figuras



*Figura 1 - Joana Simião em conferência de imprensa em Lisboa, 18 de janeiro de 1974. Imagem do Diário de Notícias, 18/01/1974.*



Figura 2 - Conferência de imprensa do GUMO no Hotel Tivoli, 30 de abril de 1974. "Três elementos do Comité Central do GUMO, presentes à conferência de imprensa: da esquerda para a direita, Cassamo Daúde, Joana Simeão e Jorge Abreu". (imagem da revista Tempo, 05/05/1974)



Figura 3 - Comício de Xipamanine, 3 de maio de 1974. "Aspecto do Campo de Futebol, durante a concentração convocada pelo GUMO". (Notícias, 04/05/1974)



*Figura 4 - Joana Simião a discursar no comício de Xipamanine (Notícias, 04/05/1974)*



*Figura 5 - Jorge de Abreu a discursar no Comício de Xipamanine. (Notícias, 04/05/1974)*

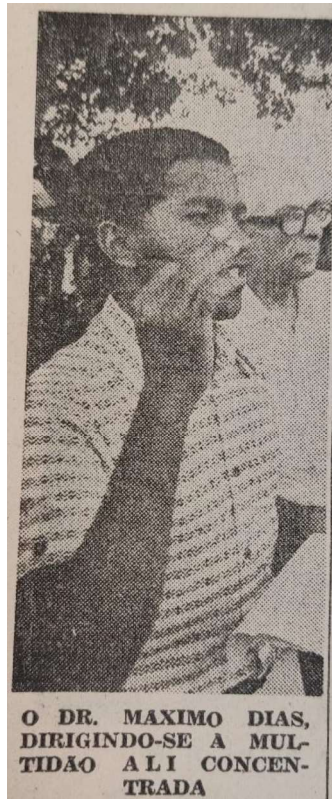


Figura 6 - Máximo Dias a discursar no Comício de Xipamanine. (Notícias, 04/05/1974)



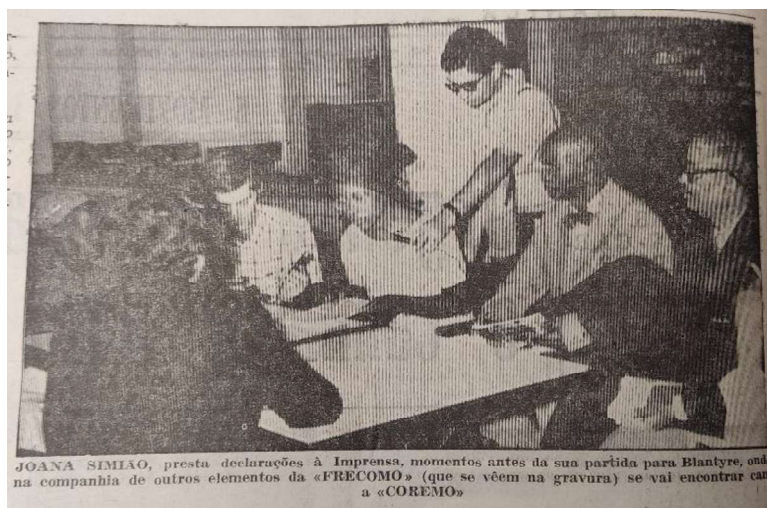
Figura 7 - Comício de Xipamanine (Notícias da Beira)



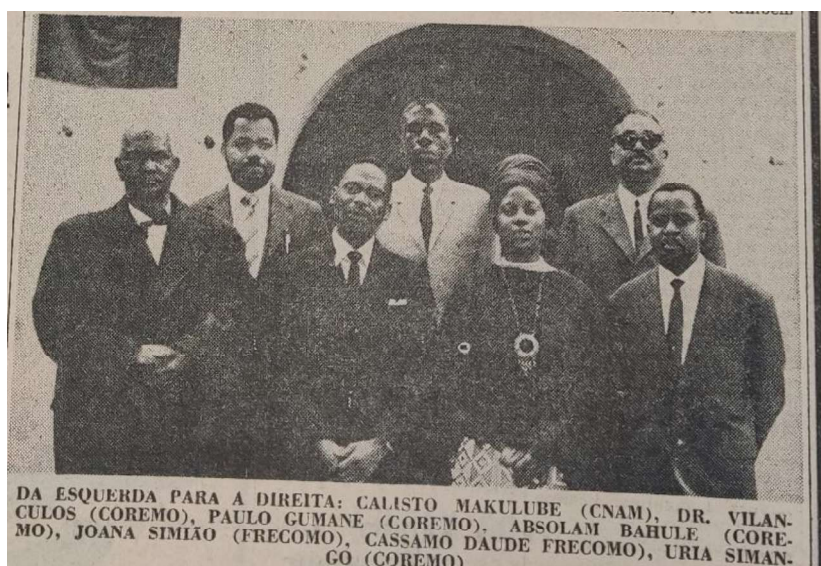
*Figura 8 - Comício da Chipangara (Notícias da Beira)*



*9 - Máximo Dias em Quelimane*



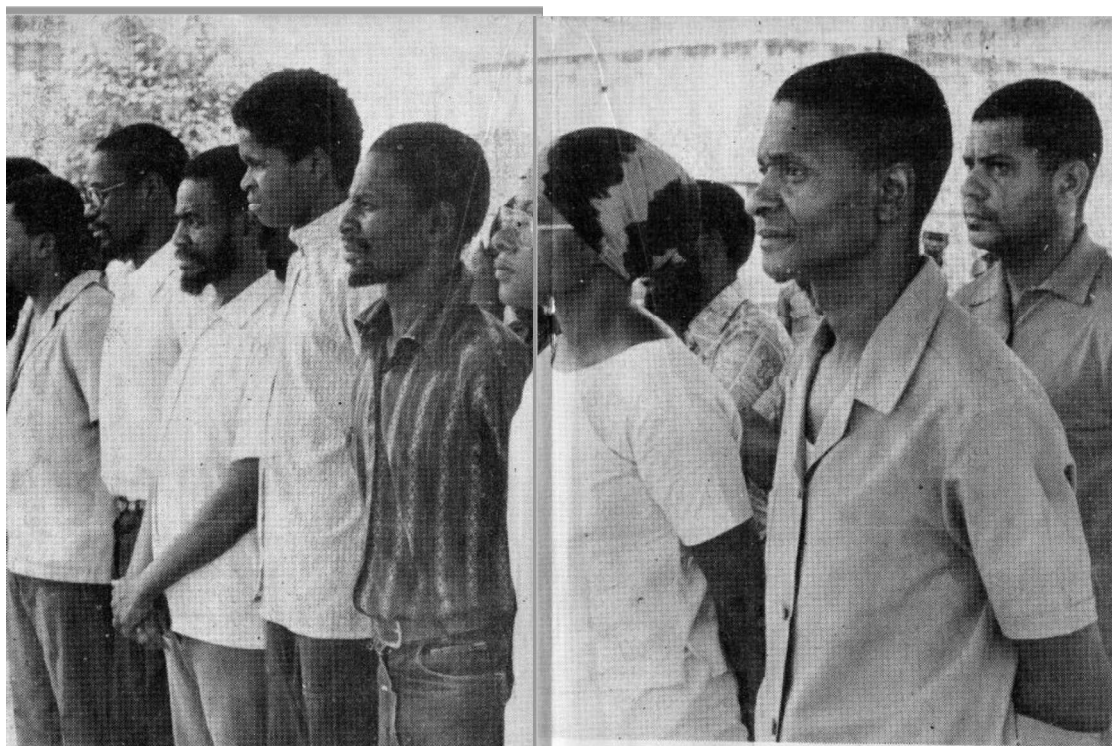
*Figura 10 - Joana Simião antes de partir para Blantyre – “Joana Simião presta declarações à Imprensa, momentos antes da sua partida para Blantyre, onde na companhia de outros elementos da «FRECOMO» (que se vêem na gravura) se vai encontrar com a «COREMO» (Notícias da Beira)*



*Figura 11 – Da esquerda para a direita: Calisto Makulube (CNAM), Artur Vilankulu (COREMO), Paulo Gumane (COREMO), Absolam Bahule (COREMO), Joana Simião (FRECOMO), Cassamo Daúde (FRECOMO), Úria Simango (COREMO), (Notícias, 03/07/1974)*



*Figura 12 - Samora Machel a levar Joana Simião, no segundo encontro em Nachingwea, dia 21 de abril de 1975. (retirado de Darch & Israel, 2023)*



*Figura 13 - Julgamento de Nachingwea, 12 de maio. Joana Simião encontra-se no centro da imagem (Revista Tempo, 01/06/1975)*